

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**“GRAVIDEZ E RELAÇÕES VIOLENTAS: REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE LAGES – SC”**

ROZELI MARIA PORTO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

ORIENTAÇÃO: PROF^a DR^a MIRIAM PILLAR GROSSI

**FLORIANÓPOLIS
2002**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“GRAVIDEZ E RELAÇÕES VIOLENTAS: REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE LAGES/SC”**

ROZELI MARIA PORTO
ORIENTADORA DRA. MIRIAM PILLAR GROSSI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores:

Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC-Orientadora)

Dra. Claudia Fonseca (UFRGS)

Dra. Luzinete Simões Minella (PPGSP/UFSC)

Dr. Alberto Groisman (UFSC)

Florianópolis, 31 de outubro de 2002.

RESUMO

Esta dissertação procura analisar as violências doméstico-conjugais no período de gravidez, a partir das representações de homens e mulheres envolvidos nas relações conjugais violentas e também de profissionais que atuam em diversas instituições de apoio às mulheres no município de Lages - SC. O estudo verifica a existência de um recorte de classe, tendo a gravidez um significado relevante nessas relações de gênero que envolvem além de casais violentos, inúmeras pessoas que fazem parte de suas relações de parentesco.

PALAVRAS-CHAVE: gravidez – violências – relações de gênero – parentesco

ABSTRACT

This work analyzes the domestic violence against pregnant women in married couples, from the representations of men and women involved into violent marriage relationships and also of professionals who act in various institutions that support battered women in the city of Lages - SC. This study verifies the existence of class clipping, having pregnancy a very important meaning in these gender relations that involve not just violent couples, but also a lot of other people who share with them kinship relations.

Key-word: pregnancy – violence – gender relations - kinship relations.

*Aos meus avós (in memoriam)
Cecília e Argentino*

*A Minha Família:
meus pais, Dulce e Vanildo
Liliane, Alberto, Lucas, Thiago,
Vanildo, Tereza, Victor*

*Ao meu noivo,
Artemio*

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é tarefa longa que exige muita dedicação, reflexão pessoal, solidão e, dentre outras coisas, uma boa dose de paciência. Porém, realizar esse trabalho (embora tenha sofrido um bocado) foi algo que me encantou profundamente, pois, além do aprendizado acadêmico, percebo o quanto cresci e amadureci como profissional e ser humano. Certamente, esse “duplo” crescimento aconteceu por várias razões: o tema a ser pesquisado, o trabalho de campo, o contato com as pessoas, o contato com a teoria, o incentivo da família, da orientadora e dos amigos. Mas aprendi principalmente, que ninguém escreve uma dissertação sozinho/a. Assim sendo, agradecer é o mínimo que posso fazer por todas essas “pessoinhas” que estiveram ao meu lado. A todas ofereço meu carinho e meus sinceros agradecimentos!

- Gostaria de agradecer de forma muito especial aos meus pais – Dulce e Vanildo - que sempre me incentivaram a estudar, registrando aqui o quanto eles são importantes na minha vida e o quanto eu os amo. Aproveito para pedir desculpas pelas vezes que estive de mal humor durante esse tempo, e, também, pedir desculpas por minha ausência mesmo estando presente. O meu muito obrigada por todas as formas de apoio.

- Também agradeço a minha sogra - Dona Herminia - a meu sogro - Seu Pedrinho – a Lucia, Carol, Jô, Paulinho, Tatá, Cris e Andressa, por compartilharem comigo, sempre que possível, todos os momentos deste trabalho, e do mesmo modo me desculpar pelas vezes em que não estive presente na vida de vocês.

- A minha grande amiga Ana Maria Duarte. Obrigada pelo incentivo. Se não fosse o seu grande empurrão, talvez não tivesse feito esse curso. Aliás, obrigada pelos quase doze anos de amizade. É tempo hein, amiga?

- Outra pessoa que merece todo o meu carinho, amor e respeito é Artemio, meu grande companheiro, que segurou todas as barras principalmente nestes últimos 18 meses em que estamos vivendo em cidades diferentes. Sinto que hoje meus bons sentimentos estão ainda mais solidificados. Obrigada por todo amor e incentivo.

- Quero agradecer especialmente a uma das grandes responsáveis por esta jornada: minha amiga, professora e orientadora Miriam Pillar Grossi. Lembra-se Miriam daquele dia que nos encontramos “por acaso” na frente da secretaria da pós-graduação? Muito obrigada pelo

apoio. São praticamente três anos de caminhada juntas. Sem a tua força, incentivo, carinho e determinação, seria muito mais difícil chegar até aqui.

- Ainda aos integrantes do NIGS meu muito obrigada. Bernadete você certamente é uma das minhas principais gurus! (Salve Nossa Senhora dos Nós!) Susi amiga e grande guerreira. Flavia Motta, amiga - como você mesma disse - de outras viagens. Silvana, companheira de muitos risos e choros. Juliana, minha futura professora de francês. Flavio, lembra-se de quando (quase) chorávamos vendo os passarinhos voando? Marlene, que me ajudou imensamente num trabalho da pós-graduação. Adriano, também meu professor de psicologia da educação e grande incentivador. Camila, minha querida substituta na bolsa do CNPq, Miriam Santin, grande amiga e companheira, Alinne, por sofrer comigo mesmo à distância, Rita, sempre pronta para qualquer parada, Analba pela oportunidade em fazer parte de seu livro e principalmente por sua amizade, Ari, Rita Bonita (REF), Tarcisio, teria muitas histórias para lembrar e compartilhar com todos vocês.

- Não poderia esquecer também de todos os meus professores: Maria Amélia, Carmen Rial e Alberto Groissmann – que me indicaram com cartas de recomendação para a seleção do mestrado. Ainda agradeço ao professor Alberto por quem tenho imenso carinho pois também foi meu orientador no curso de graduação em Ciências Sociais na UFSC no ano de 1996. Ilka, Teophilus, Oscar, Antonela, Maria José Reis, Sonia, Rafael, Alicia, Luzinete Minella, Marco Antônio Gonçalves e demais professores da pós-graduação. As professoras Claudia Fonseca e Ana Luiza Rocha (UFRGS) Adriana Picitelli (UNICAMP) das quais virei fã tanto academicamente quanto pela simpatia.

- Ao Luís e a Fátima da secretaria.

- Aos meus amados amigos Jacir, Paula, Bia, Adriana, Roberta, Davi, Ângela, também companheiros da graduação.

- Aos meus amigos Susana e Luciano, Rosa e Adriano, Daniele e Rafael.

- A turma de mestrado de 1999, principalmente a Márcia, Flavia, Anemarie, Ana Cristina e Vitória.

- As minhas 2 turmas da pós, de 2000 e 2001, com especial carinho a Ana Maria, Cristina e Fátima (horas e horas no telefone, não é Fátima?) que foram certamente pessoas muito especiais nessa troca que é criar. Também a Ana Paula, Micheline, Zeila e Melissa.

- Aos meus primos Melina, Kika, Márcia, Marcos, Marcos Augusto e Michael e aos meus irmãos Vanildo e Liliane por todo o incentivo e ajuda financeiras à época que não possuía bolsa de estudos. Ao Lucas, Thiago e Victor, meus sobrinhos que amo muito.

- As minhas queridas primas Graça e Helena e as minhas tias Braulina e Téia. Aos meus tios muito amados Zelândia e Wilson, Arlete e Nilton, Eni e Érico, Matilde e Aldo.
- Certamente não poderia esquecer todos os meus informantes da cidade de Lages: Sônia, Josiane, Nadir, Nelci, Jaqueline, Enio, Marli, Maria, Liamara, Lucia, Heron, Adriana e Gláucia. Roselana, Pedro, Irani, Dona Vilma, Neide, Margarida, Leonila, Isabel e Adriana. Gostaria de agradecer especialmente a Henrique, Luis, Geraldo, Dr. Carlos, Adriane, Lindanir e Iriane. Muito obrigada pela força em realizar a pesquisa e também pelo carinho durante todos os dias em que estive “perturbando” vocês.
- Agradeço muito a Jô que me hospedou durante dias em sua casa em Lages.
- Também gostaria de agradecer aos homens e mulheres que permitiram que eu adentrasse em suas vidas, trazendo para este trabalho um pouquinho de cada um deles.
- Quero agradecer pelo apoio da Delegacia de Proteção a Criança, ao Adolescente e a Mulher de Lages – DPCAPM - da Cáritas Diocesana, do Conselho Tutelar e também do PROCEVIC.
- A Cynara minha terapeuta que me ensinou a respirar e a evitar – sempre que possível – os ataques de ansiedade.
- Ao CNPq e a CAPES.
- A Tereza minha prima e cunhada (questões de parentesco) e ao meu querido amigo Hamilton que me recomendaram a UNIVALI. Do mesmo modo aos coordenadores desta universidade Marison e Luciana pela oportunidade e, ainda, aos meus alunos que me fizeram descobrir efetivamente que eu estou no caminho certo.
- A todos muito obrigada por me ajudarem a desenvolver essa dissertação, que foi escrita, certamente, por muitas mãos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFLEXÕES METODOLÓGICAS	16
2.1 O Trabalho de Campo	16
2.2 O Campo e a Subjetividade	17
2.3 As Técnicas Metodológicas	20
2.3.1 <i>Entrevistas</i>	20
2.3.2 <i>A Observação Participante</i>	23
3. OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	26
3.1 Violências contra as mulheres e o movimento feminista: assim começa a discussão	26
3.2 E a Discussão Continua: “Vítimas ou Cúmplices?”	27
3.3 A Ampliação do recorte: Dos estudos sobre as “mulheres” para os estudos de gênero	30
3.4 Gravidez e Maternidade: A Violência “em nome da mãe”, da honra e do “sagrado”	32
3.5 Indo direto ao assunto: “violências contra mulheres grávidas”	39
4. O CAMPO EM ANÁLISE: AS REPRESENTAÇÕES DOS ATORES SOCIAIS SOBRE A GRAVIDEZ E RELAÇÕES VIOLENTAS	43
4.1 O Contexto da Pesquisa	43
4.1.1 <i>Das Instituições e dos Informantes</i>	43
4.1.1.1 <u>A DPCAPM de Lages</u>	43
4.1.1.2 <u>O PROCEVIC</u>	47
4.1.1.3 <u>Outras Instituições e Informantes: Cáritas Diocesana de Lages, Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos e Conselho Tutelar</u>	48
4.2 As relações de gênero em Lages e as “tradicionais” razões para as violências	60
4.2.1 <i>A honra ligada à colonização portuguesa na região</i>	60
4.2.2 <i>“Eles podem, elas não podem...”</i>	63
4.2.3 <i>Modelos Ideais de Gênero: Homens Provedores e Mulheres Sustentadas</i>	66
4.2.4 <i>Ciúmes</i>	70

5. GRAVIDEZ: SAGRADA OU PROFANA? SAÚDE OU DOENÇA? AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O ESTADO GESTACIONAL DAS MULHERES NO PLANALTO SERRANO	74
5.1 O ponto de vista dos profissionais sobre a gravidez	74
5.2 Mães “desnaturadas”? Entre o maternal e o festerê!	77
5.3 Do ponto de vista das futuras mães: como as próprias gestantes percebem a gravidez?	82
5.4 O estar e o (não) desejar: o planejamento da gravidez e as percepções sobre o aborto	83
5.5 A vitimização característica das mulheres grávidas	89
5.6 Conflitos entre mulheres no período gestacional	91
6. GRAVIDEZ GERADORA DOS CONFLITOS?	96
6.1 A Irrupção das Violências	96
6.2 A prática sexual na conjugalidade: obrigação de mulher casada?	98
6.3 O pequeno-grande rival	99
6.4 Toma que o filho é teu: da dúvida em relação à paternidade aos exames de DNA	101
<i>6.4.1 O Caso Cledenir e Zelândia</i>	104
<i>6.4.2 O Caso Alcenir e Beatriz</i>	106
6.5 Outras Razões Para os Conflitos no Período de Gravidez: As Sogra e as Irmãs nas Relações de Parentesco	108
<i>6.5.1 As Representações de Carla e Regiane sobre as sogras: “a implicância” e “a coisa feita”</i>	111
<i>6.5.1.1 O caso de Carla</i>	111
<i>6.5.1.2 O Caso de Regiane</i>	113
6.6 Seu Flor e suas companheiras?	117
6.7 O sangue puxa... a violência puxa?	119
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

1. INTRODUÇÃO

Ao decidir realizar uma pesquisa envolvendo mulheres em situação de violência no período de gravidez, algumas vezes fui questionada se a escolha desse tema relacionava-se a minha própria história de vida, isto é, se havia sido maltratada por meu companheiro durante algum período gestacional.

Felizmente não me lembro de ter passado por qualquer tipo de violência traumática durante minha existência, principalmente no que diz respeito a relacionamentos afetivos/conjugais, como também nunca estive grávida. Certamente passei por muitas decepções, paixões não correspondidas, amores platônicos, desentendimentos... Porém, nada que se compare efetivamente aos estudos desenvolvidos sobre violência familiar ou aos casos vivenciados por mim nesta pesquisa.

O tema da violência doméstica começou a fazer parte de minha vida acadêmica a partir do momento em que retornei à UFSC no ano de 1999, três anos após minha formatura como Bacharel em Ciências Sociais¹.

À época de meu retorno², ingressei no Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade³ como bolsista de iniciação científica⁴, e, ao mesmo tempo, passei a realizar disciplinas no curso de Pós-Graduação em Antropologia como aluna especial.

Nesse período, elaborei vários trabalhos que tinham as relações de gênero como foco: gênero, religião e parentesco, violências⁵ e relacionamentos afetivos/conjugais⁶, usando diferentes técnicas de investigação, como análise de filmes e entrevistas com ex-freiras⁷.

¹ Em meu Trabalho de Conclusão de Curso, orientada pelo Professor Dr. Alberto Groissman, desenvolvi uma monografia sobre *A Construção da Identidade dos médiuns em Centros Espíritas Kardecistas*. TCC, CFH, UFSC, 1996.

² Retornei em 1999 à graduação no curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

³ O NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade - é coordenado pela professora Dr^a Miriam Pillar Grossi e está localizado no Laboratório de Antropologia da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴ Meu primeiro contato com o tema *Gênero* se deu no ano de 1995, quando realizava esta disciplina na Graduação de Ciências Sociais.

⁵ O objeto de estudo “violência” tem apresentado grandes dificuldades aos pesquisadores. Trata-se de um conceito muito amplo que abrange acontecimentos de diversas esferas, frequências e que são julgados de diversas formas (SÚAREZ & BANDEIRA:1999). Assim, se empregamos o termo “violência”, estamos homogeneizando vários fenômenos muito diferentes. RIFIOTIS (1998) propõe que seja usado “violências” para que possa ser feita esta diferenciação.

⁶ Defino conjugalidade conforme expõe Grossi (1998): “Considero como conjugalidade o projeto afetivo/emocional de duas pessoas, não necessariamente vivendo sob o mesmo teto, nem tendo filhos. Este projeto se fundamenta nas categorias de amor e paixão, categorias tidas nas culturas individualistas ocidentais modernas como ‘naturais’ e como sentimentos obrigatórios para uma união afetivo/conjugal.” (GROSSI,1998, p. 298)

No Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade, realizei como pesquisadora de Iniciação Científica do CNPq um levantamento bibliográfico sobre o tema *Violência contra as Mulheres no Brasil*, adquirindo para essa pesquisa vasta bibliografia⁸. Para isso, analisei tanto livros e artigos de autores conhecidos como trabalhos inéditos de alunos da graduação e do mestrado de várias universidades do país, produzidos entre os anos de 1995 e 1999, realizadas em disciplinas como Antropologia, Direito, Sociologia, Jornalismo, Serviço Social, etc.

Algumas das preocupações evidenciadas nesta dissertação surgiram com força durante o tempo em que desenvolvi esta pesquisa no NIGS⁹, como também durante a elaboração de outros trabalhos com perspectiva similar. Num primeiro momento, comecei a me identificar com assuntos referentes às relações de gênero (pelos contatos com a literatura, filmes, palestras, disciplinas) e, num segundo momento, observando a vasta produção sobre o assunto, fui percebendo que poucos trabalhos tratavam de violências na gravidez. Essa lacuna na bibliografia despertou meu interesse para o objetivo desta dissertação: a violência contra as mulheres grávidas.

A partir daí, comecei a elaborar o projeto no qual se baseia este trabalho, procurando problematizar questões referentes à desconstrução e ao essencialismo da gravidez como fenômeno biológico ou natural (ARIÈS, 1978; BADINTER, 1985), aos processos de vitimização (GREGORI, 1993), aos valores relativos à sacralização da maternidade e a discussões sobre a honra (MELHUS, 1990; ARAGÃO, 1983; PITT-RIVERS, 1992, etc.) dentre outros aspectos envolvidos numa abordagem de violência relacional sobre as questões de gênero (GREGORI, 1993; GROSSI, 1994).

Dessa forma, investiguei primeiramente algumas instituições em Florianópolis nas quais poderia realizar meu trabalho de campo. A princípio, achei viável realizar a pesquisa no Hospital Universitário, ou ainda na Delegacia de Proteção ao Menor e Proteção à Mulher de Florianópolis.

⁷ Trabalhos para as Disciplinas da Pós-Graduação em Antropologia: Organização Social e Parentesco (*Conventos e Freiras: uma construção atípica de família e casamento*), Antropologia das Violências e dos Conflitos (*Violência Conjugal: o Perfil do Agressor nas Telas do Cinema*), Relações de Gênero (*Cenas, Freiras e Representações: Como Elas Aparecem no Cinema*) e Antropologia do Mundo Rural e do Camponato (*A História de uma Família Desintegrada pela Violência*).

⁸ Esta pesquisa objetivou dar continuidade ao levantamento realizado até 1994 por esse mesmo núcleo sobre violência contra mulheres no Brasil. Esse levantamento, que incluía mais de 100 estudos, foi base para o documento brasileiro levado para o Itamaraty à 4ª. Conferência Mundial da Mulher, organizada pela ONU em Pequim.

⁹ Este trabalho está publicado no livro *Histórias para Contar: Retrato da Violência Física e Sexual contra o Sexo Feminino da Cidade de Natal*. Natal: Casa Renascer; Fpolis: NIGS, 2000. (Orgs) GROSSI, Miriam Pillar & BRAZÃO, Analba.

Foi então na 6º DP, com ajuda da bolsista do NIGS Camila Pinheiro Medeiros¹⁰, que comecei a realizar esta pesquisa, a partir da análise dos Boletins de Ocorrência registrados nessa Delegacia. Foram verificados 2.960 BOs referentes ao ano 2000, dentre os quais 91 tratavam de violências contra mulheres grávidas, cuja análise resultou no Relatório Final do CNPq da bolsista, com o título *Violências contra as mulheres no Brasil: A invisibilidade das violências contra mulheres grávidas*.¹¹

Porém acabei por transferir geograficamente minha pesquisa para outro campo, por obra do *acaso* (PEIRANO, 1995). Comentei sobre meu trabalho com um colega da disciplina de Relações de Gênero, Padre Heloir¹², que estava desenvolvendo um estudo sobre as relações de gênero na família, em Lages, estando dessa forma a par dos acontecimentos relativos ao fenômeno em sua cidade. Gentilmente convidou-me a visitar Lages - SC, argumentando que a violência doméstica nesse município era intensa, existindo muitos casos de violências durante a gravidez.

Na expectativa receosa de desenvolver este estudo num lugar que desconhecia, viajei no mês de fevereiro de 2001 para esse município, acreditando ser interessante realizar uma pesquisa exploratória e, assim, conferir quais seriam as possibilidades para a efetivação do trabalho em Lages.

Nessa cidade, Lúcio Azevedo - coordenador do Abrigo Municipal - e Padre Heloir levaram-me a várias instituições, entre elas o PROCEVIC¹³, a Delegacia de Polícia da Criança, do Adolescente e Proteção à Mulher de Lages, a Secretaria da Saúde, o Conselho Tutelar e a Secretaria da Promoção Social e da Cidadania, onde pude conversar com profissionais de diferentes instituições ligados à experiência da violência doméstica.

Na escolha então dos profissionais a serem entrevistados, dei preferência às funcionárias da Delegacia de Polícia da Criança, do Adolescente e Proteção à Mulher -

¹⁰ Ao ingressar no Programa de Pós-graduação de Antropologia Social, fui substituída por Camila Pinheiro Medeiros, que persistentemente deu continuidade a essa pesquisa, financiada pelo CNPq para pesquisadores de Iniciação Científica.

¹¹ Este trabalho foi apresentado por mim e pela bolsista nos seguintes Congressos: III Encontro REDEFEM – Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia, GT: Gênero e Violência. Trabalho: *Violências contra as Mulheres no Brasil: A Invisibilidade da Violência contra Mulheres Grávidas*, RJ – 24, 25 e 26/09/2001. II Encontro de Estudos de Gênero –Corpo, Sujeito e Poder. GT: Gênero e Família. Trabalho: *Violências contra as Mulheres Grávidas: uma análise a partir dos Boletins de Ocorrência da 6ª DP de Florianópolis/SC, Curitiba/PR* – Outubro/2001. IV RAM – Reunião de Antropologia do MERCOSUL. Fórum de Pesquisa: Sentidos de Gênero. Trabalho: *Violências contra as Mulheres Grávidas: uma análise comparativa a partir dos Boletins de Ocorrência das Delegacias de Atendimento ao Menor e à Mulher dos municípios de Florianópolis e Lages – SC*. Neste último trabalho, já realizando pesquisa na Delegacia de Lages, efetuamos uma análise comparativa entre os Boletins de Ocorrência das duas Delegacias.

¹² Lembro que os nomes dos meus informantes foram substituídos.

¹³ Conhecido em Florianópolis por CEVIC e em Lages por PROCEVIC, esta instituição atende às vítimas de crime e seus familiares, viabilizando acesso aos serviços públicos como assistência social, psicológica e jurídica.

DPCAPM – por estarem mais próximas de casos relativos às violências afetivo/conjugais e, certamente, por conhecerem casos de violências durante o período de gestação. Posteriormente, outras instituições também foram privilegiadas, ampliando assim as entrevistas com diferentes profissionais, para ter vários olhares sobre este assunto¹⁴.

Verificando ser viável realizar a pesquisa em Lages, num primeiro momento também pensei em desenvolvê-la de forma comparativa com as instituições e atores sociais¹⁵ ligados a essa questão em Florianópolis. Mas logo em seguida esse projeto comparativo foi repensado¹⁶, pois desenvolver esse estudo em dois municípios demandaria muito mais tempo do que o previsto para a finalização da pesquisa.

Nesse contexto, meu trabalho de campo foi realizado em Lages, tendo como objetivo principal investigar as representações¹⁷ elaboradas pelos vários atores sociais implicados nesse processo¹⁸ acerca das violências ocorridas no período de gravidez.

Acreditando que a gravidez e a maternidade¹⁹, assim como as violências, são assuntos antropológicamente relevantes, construí meu objeto de pesquisa conforme a trajetória descrita, fazendo de meus *trobriandeses*²⁰ o povo lageano, deixando quem sabe para uma próxima oportunidade um estudo comparativo com os *manezinhos da ilha*²¹.

A dissertação está dividida em seis partes. Inicia-se com a introdução e uma reflexão metodológica, seguidas pela discussão dos pressupostos teóricos, e por fim a análise dos dados etnográficos e considerações finais.

No capítulo introdutório, formulo a trajetória de minha pesquisa. No segundo, apresento algumas reflexões em torno da metodologia, exponho minhas expectativas em relação às

¹⁴ Sem dúvida, a realização dessa pesquisa exploratória foi essencial para a efetivação do projeto.

¹⁵ Utilizo a categoria *ator social* no sentido atribuído a ele por François Singly (1999), o qual argumenta que dentro de certas vertentes da teoria sociológica tal categoria surgiu com a intenção de sublinhar a importância do sentido subjetivo e não unicamente objetivo das práticas sociais.

¹⁶ Agradeço a colaboração da professora Luzinete Minella, do Professor Alberto Groismann e de minha orientadora Professora Miriam Grossi pelas sugestões feitas à época da qualificação de meu projeto.

¹⁷ Utilizo aqui o conceito de *representações* seguindo os apontamentos que SPERBER (1991) propicia para o tratamento de *interpretações e representações*.

¹⁸ Isto é, homens e mulheres envolvidos em relacionamentos afetivos/conjugais, funcionárias/os da Delegacia de Atendimento ao Menor e à Mulher, religiosos, psicóloga, assistente social, etc., ligadas/os à questão das violências contra as mulheres pertencentes a diferentes instituições.

¹⁹ Uso aqui *gravidez e maternidade* no sentido tal qual é referido por PAIM (1998, p.33). Segundo a autora "...a gravidez e a maternidade ... não são apenas indícios do desempenho de uma atividade biológica, ou seja, natural. Constituem também eventos culturais: são submetidos a uma construção simbólica que se impõem aos indivíduos. Por esta razão, seus estudos tornam-se relevantes para a Antropologia."

²⁰ MALINOWSKI, B. - "Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo, Abril, 1976.

²¹ "Manezinho" ou simplesmente "mané" na visão corrente é a terminologia utilizada para denominar o nativo da Ilha de Santa Catarina de origem açoriana, que se caracteriza por seu linguajar rápido, melodioso e muitas vezes incompreensível para ouvidos estrangeiros.

instituições e informantes e aponto quais técnicas metodológicas foram utilizadas neste trabalho.

Na terceira parte, faço uma reflexão a partir dos pressupostos teóricos, situando a mobilização política empreendida pelo movimento feminista e assinalando alguns eixos que vêm orientando as análises nesse campo. Posteriormente, articulo uma abordagem sobre relações de gênero, maternidade, gravidez e violências.

Divido o quarto capítulo em duas partes. Na primeira, apresento a maneira pela qual encontrei meus informantes a partir das instituições selecionadas, seguido de quadros explicativos com informações sobre todos os entrevistados. Na segunda parte, realizo uma discussão sobre as tradicionais razões que engendram violências na região de Lages, englobando tópicos sobre a honra, as amantes, modelos ideais de gênero e sobre os ciúmes.

O capítulo quinto se configura em relação às representações dos informantes sobre os significados inerentes à gravidez e à maternidade das mulheres no planalto serrano. Na continuação do capítulo, faço uma discussão sobre o planejamento da gravidez e percepções sobre o aborto, terminando com uma discussão sobre vitimização e conflitos que acontecem entre mulheres.

Por fim, no sexto e último capítulo, demonstro como a gravidez se configura em meio aos conflitos afetivo/conjugais, discutindo se as violências se iniciam ou se intensificam com a gravidez. Abordo assuntos como o estupro conjugal, a dúvida em torno da paternidade, os exames de DNA, o envolvimento de parentes consanguíneos e afins nos conflitos domésticos, terminando com uma discussão sobre a violência *intrageneracional*.

2. Reflexões Metodológicas

2.1 O Trabalho de Campo

Desde os *Argonautas* (MALINOWSKI, 1976) até nossos dias, o trabalho de campo na antropologia sofreu várias modificações. Porém a aventura do trabalho de campo ainda se encontra presente, mesmo quando os antropólogos pesquisam grupos sociais próximos à sua residência. Segundo José Guilherme Magnani (1996, p. 21),

não é o lado supostamente exótico de práticas ou costumes o que chama a atenção da antropologia: trata-se de experiências humanas, e o interesse em conhecê-las reside no fato de constituírem arranjos diferentes, particulares – e para o observador de fora, inesperados – de temas e questões mais gerais e comuns a toda a humanidade. A antropologia, lá ou cá, na floresta ou na cidade, na aldeia ou na metrópole, não dispensa o caráter relativizador que a presença do ‘outro’ possibilita. É esse jogo de espelhos, é essa imagem de si refletida no outro que orienta e conduz o olhar em busca de significados ali onde, à primeira vista, a visão desatenta ou preconceituosa só enxerga o exotismo, quando não o perigo, a anormalidade.

Nesse sentido, Vagner Gonçalves da Silva (2000) nos lembra que as modificações que perpassaram o “antigo” trabalho de campo, transformaram o “perfil” dos “sujeitos/objetos” da antropologia, bem como os lugares para sua realização:

as etnografias atuais, não são mais produzidas apenas por homens brancos que desembarcam com seus equipamentos em praias tropicais ou descobrem aldeias isoladas. Cada vez mais a etnografia vem se consolidando como uma atividade acadêmico-profissional realizada inclusive por povos antes considerados apenas ‘objetos’ desse conhecimento. ‘Sujeitos’ e ‘objetos’ da antropologia têm mudado de perfil em decorrência das mudanças nas relações políticas, econômicas e culturais entre os países que tradicionalmente ‘produziram’ os primeiros e os continentes que tradicionalmente ‘forneceram’ os segundos. Ao lado das ‘praias, aldeias e povoados’ da ‘antiga’ antropologia, estudam-se também a cidade, seus grupos, seus bairros, seus habitantes e seus estilos de vida, entre outros temas” (SILVA, 2000, p. 24)²².

²² Para melhor aprofundamento sobre este assunto, ver também GOLDMAN (1995); PEIRANO (1997); VELHO (1994), MAGNANI (1996).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a antropologia continua estudando o *outro exótico*, geográfica e culturalmente distantes, essa prática também é realizada no interior de nossa própria sociedade, pois os antropólogos estão cada vez mais ocupados em pesquisar o meio urbano industrial. (OLIVEN, 1987; MAGNANI, 1996; VELHO, 1994)

Sendo a experiência do trabalho de campo um dos traços mais marcantes da formação do antropólogo, não fugi a esta perspectiva e incorporei *urbanamente* a maneira pela qual Malinowski se inseriu nas aldeias nativas da Nova Guiné, tentando marcar este “rito de passagem”²³ ao deslocar-me para o município de Lages, região serrana de Santa Catarina.

2.2 O Campo e a Subjetividade...

Permaneci nesse município durante 45 dias, entre *idas e vindas*, realizando o trabalho de pesquisa com o grupo de pessoas selecionado. Foram seis viagens entre fevereiro de 2001 e abril de 2002. Certamente no trabalho de campo, além da definição e aplicação das técnicas metodológicas, surgem outros fatores, como a subjetividade do próprio pesquisador e a dos envolvidos no diálogo etnográfico. Nesse contexto, o medo, a angústia, a solidão, a sensação de abandono e principalmente a ansiedade que marcam o trabalho de campo e acompanham o investigador estavam presentes em cada uma das etapas dessas viagens. (DA MATTA, 1978; GROSSI, 1992)

Devo confessar que, mesmo tendo realizado trabalhos que exigiram minha saída a campo, esse em minha opinião foi o que trouxe mais desafios. Numa breve ilustração, lembro-me das primeiras vezes em que me aventurei como *aprendiz de antropóloga* nos idos de 1995, realizando minhas primeiras entrevistas com casais que estavam fazendo curso de noivado na Igreja Matriz de Campinas – SJ²⁴. Lembro-me também dos primeiros contatos com os médiuns espíritas kardecistas que fizeram parte de meu Trabalho de Conclusão de Curso, da emoção que senti nas entrevistas realizadas com ex-freiras²⁵, do medo ao entrar num centro de umbanda para fazer uma etnografia sobre o *Preto Velho*²⁶ e, mais recentemente, de minhas

²³ DaMatta (1991, p. 150) fala sobre o trabalho de campo como uma “viagem xamânica” ou rito de passagem feita pelo antropólogo à cultura que pesquisa.

²⁴ Esta pesquisa foi realizada em equipe (com minhas eternas amigas Beatriz e Paula) para a disciplina Gênero, ministrada pela professora Dr^a Miriam Pillar Grossi, intitulada *A Preparação para o Casamento*.

²⁵ Trabalho realizado para a disciplina Organização Social e Parentesco, ministrada pelo professor Dr. Marcos Antônio Gonçalves em 1999.

²⁶ Trabalho realizado para a disciplina Festas e Rituais ministrada pela Professora Dra. Antonela Tassinari em 2000.

viagens ao município de Lages. Admito que em todas essas experiências a ansiedade e o medo me assolavam em cada saída a campo.

Mesmo decidida a fazer este trabalho em Lages, uma vez que já tivera (durante a pesquisa exploratória) realizado contato com algumas das instituições, tinha receio de não ser bem-aceita pelos atores sociais selecionados para a pesquisa. Já havia conversado informalmente com algumas pessoas na DPCAPM, e também tinha pesquisado alguns Boletins de Ocorrência nessa Delegacia, porém, ainda não havia me deparado frente a frente com homens e mulheres que passaram pelo processo de violências no período de gravidez. Desconhecia até então como seria recepcionada pelos meus entrevistados, e também se teria acesso a eles. Além do mais, iria remexer em suas vidas, trazendo à tona lembranças provavelmente nada agradáveis.

Todavia, o período de convivência e trabalho com esse grupo foi vivido praticamente sem dificuldades. Fui muito bem recebida tanto pelos profissionais das instituições²⁷, como pelos homens e mulheres que se dispuseram a participar da pesquisa. Não nego, porém, que muitas entrevistas foram desmarcadas, alguns informantes não compareceram, e mesmo que fiquei aguardando horas de plantão para conseguir estabelecer contato com meus interlocutores. Mas, apesar de passar por uma ou outra situação desconfortável, na verdade fiquei impressionada com meus informantes – principalmente com os homens e mulheres que estavam diretamente ligados à violência no período de gravidez – pois eles mesmos queriam marcar novas entrevistas. Dessa forma, reativei os contatos, pois acabei por me envolver naquele momento com alguns deles, mas também fiquei com *raiva* de outros. Conforme questiona Miriam Grossi (1992, p. 14), “Como conviver com o outro, pensar em si mesmo, sem sofrimento?” A vida dos informantes no final das contas, também acaba por mexer com nossos sentimentos.

Abaixo, transcrevo uma parte de meu diário de campo, após ter entrevistado Carla, 20 anos, que recentemente havia dado à luz, estando seu bebê com 20 dias à época da entrevista:

Alguns dias depois, sem conseguir esquecer da entrevista com Carla e percebendo que a garota precisava de algumas injeções de ânimo urgentíssimas (todas nós precisamos de vez e quando e, aqui especialmente, minhas informantes, sem exceção) resolvi enviar uma reportagem sobre a Bené, nossa primeira governadora negra do país. Tirei uma cópia da reportagem (Revista

²⁷ Pensei, inclusive, que seria difícil a proximidade com profissionais do hospital, porém o Dr. Hermes – Diretor do Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos - aceitou o convite prontamente, em dia e horário que melhor se adequassem aos meus.

ISTO É, 8 abr. 2002) e enviei para minha informante pelo correio, falando algumas coisas sobre essa mulher admirável que é Benedita da Silva e argumentando que todas podemos superar nossos problemas e decepções, mas que para isso dependemos muito, em primeiro lugar, de nós mesmas. Alguns dias depois entrei em contato com ela, que me agradeceu e pediu que eu fosse morar em Lages para ficar perto dela...

Coisas semelhantes aconteceram também com outros informantes. Um dos homens que entrevistei, o qual chamo de Alcenir, me proporcionou uma emocionante entrevista entre promessas, arrependimentos e lágrimas. Primeiramente eu mesma estava emocionada em entrevista-lo, pois fora muito difícil entrar em contato com alguns homens. Além disso, todos os profissionais que entrevistei disseram-me que jamais iria conseguir conversar com um *agressor* que admitisse que espancava a companheira. Bem, Alcenir foi uma exceção e, além de fornecer a entrevista, declarou diversas vezes que gostaria de conversar novamente comigo²⁸. A reação que tiveram alguns de meus entrevistados sem dúvida foi de uma confiança instantânea ou, conforme comentou em uma das palestras proferidas na UFSC Cláudia Fonseca, de um *feeling* instantâneo²⁹. Penso também que acabei utilizando - afora as técnicas tradicionais da disciplina - truques e estratégias contidos no *manual do feiticeiro*, que todo antropólogo provavelmente possui, mas que, como diz Wagner da Silva (2000) “nem mesmo Malinowski se dispôs a revelar...”

Certamente muitas dessas pessoas estavam carentes de atenção e acabaram encontrando, num momento oportuno, alguém que se dispôs a ouvi-las. As entrevistas também servem muitas vezes, conforme já observou Miriam Grossi (1988), como um trabalho terapêutico.

Outra angústia superada aos poucos foi a de escrever sobre *os outros*, isto é, de que maneira transmitir, descrever, interpretar e narrar o trabalho de campo. Por mais que se utilizem técnicas variadas e modernas, fazer uma etnografia é uma das tarefas mais complicadas para o pesquisador. Segundo Gilberto Velho (1994, p. 13),

Quando um antropólogo faz uma etnografia, uma das suas tarefas mais difíceis, como sabemos ao narrar um evento, é transmitir o clima, o tom, do que está

²⁸ A postura de meu informante lembra a pesquisa realizada por Kátia Neves Lenz de Oliveira (2001), a qual identifica que os homens estão começando a falar de suas dificuldades emocionais e, dessa forma, começam também a usar argumentos ancorados em uma “proposta de igualdade entre os parceiros”.

²⁹ Palestra proferida no curso de Ciências Sociais da UFSC, na disciplina Antropologia Visual em 26 de abril de 2002. Durante a palestra, questionaram de que maneira os informantes de Cláudia Fonseca, mesmo sem conhecê-la, respondiam a todas as suas perguntas. Cláudia, num largo sorriso, respondeu que só poderia ser um *feeling instantâneo* produzido entre ela e seus entrevistados.

descrevendo. A sucessão dos fatos no tempo, o número de participantes, a reconstituição das interações, são etapas fundamentais mas, quase sempre, fica-se com a sensação e /ou sentimento de que falta algo crucial”.

Todavia, a suposição de que o antropólogo durante a pesquisa de campo pode se manter neutro em relação aos seus observados e nela não interferir é, sem dúvida, uma realidade não-condizente com a pesquisa antropológica. Porém esse distanciamento se faz necessário, já que no mínimo deve-se estabelecer uma postura ética em relação à pesquisa e a todos os seus informantes. Enfim, no momento da escrita, chega a hora de estabelecer o distanciamento necessário para não confundir-se ou misturar-se ao discurso nativo – momento de esquecer as simpatias, neutralizar as raivas, desenvolver uma análise *de fora*.

5.1 As Técnicas Metodológicas

2.3.1 Entrevistas

Para realizar o diálogo etnográfico com o grupo pesquisado, optei, dentre outras técnicas metodológicas, pelas entrevistas e pela observação participante.

Maria Cecília de Souza Minayo (1994, p. 57) argumenta que a entrevista é um dos procedimentos mais utilizados no trabalho de campo, observando que através dessa técnica,

o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

A entrevista, como recurso metodológico, certamente é um momento privilegiado para a troca de informações e de percepções entre as pessoas que dela participam, tornando-se fundamental “estabelecer uma relação de confiança, favorável a sua realização... [sendo] muitas vezes, um processo complicado, exaustivo e que exige um conhecimento mínimo de certas etiquetas e códigos do grupo” (SILVA, 2000, p. 41) .

Nas entrevistas por mim realizadas, tentei obter tanto dados objetivos como subjetivos, em entrevistas individuais e coletivas, relacionados às atitudes e às opiniões de meus entrevistados sobre suas representações a respeito das violências no período da gravidez. Certamente, conforme nos sugere Silva (2000), a realização de entrevistas não deixa de ser

um trabalho desgastante e complicado, porém essa parte da pesquisa, apesar de ter deixado muitas lágrimas pelo caminho, foi extremamente prazerosa.

Quanto aos roteiros de entrevistas, primeiramente delimiti uma trajetória pessoal para identificação de meus informantes, coletando dados relacionados ao contexto sócio-familiar de origem, relações conjugais anteriores e contexto sócio-familiar atual. Posteriormente, entrei nas questões que contemplam o problema das violências às mulheres durante o período de gravidez, do relacionamento com a rede local, das razões das denúncias, das reações às brigas, dentre várias outras questões, tentando organizar meus roteiros conforme o ator social a ser entrevistado.

Para complementar essa técnica metodológica, também utilizei o gravador – com a devida autorização de meus informantes – para poder registrar as entrevistas de forma mais detalhada. Sabe-se que o desenvolvimento tecnológico tem colocado à disposição dos pesquisadores novos meios de captar os dados, e o gravador representa uma forma mais viva de retratar a narração do que registro no papel. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988, p. 16),

A vantagem [na utilização do gravador] era conservar com maior precisão a linguagem do narrador, suas pausas (que podiam ser simbolicamente transformadas em sinais convencionais), a ordem que dava às idéias. O documento resultante era sem dúvida mais rico do que aquele registrado pela mão do pesquisador.

Todavia, Queiroz (1988, p. 16) argumenta que muitas críticas foram feitas em relação à *veracidade* dessa técnica, uma vez que se começou a perceber um certo empobrecimento entre a transcrição e a fita gravada.

Particularmente, não compartilho desta mesma *corrente* observada por Queiroz, pois minhas transcrições foram feitas *ipsis literis*, tentando não deturpar os discursos correspondentes, captando cada detalhe da narrativa de meus interlocutores, desde as frases incompletas às interjeições, dos risos às interrupções. Também desliguei o gravador em meio às entrevistas quando solicitado pelos informantes.³⁰

Outro detalhe há que se observar – é a utilização desses recursos metodológicos para a prática do trabalho de campo, que deve possibilitar ao pesquisador uma forma de registrar

³⁰ Essa maneira de transcrever as fitas *por inteiro* segue um aprendizado da época durante a qual fui estagiária da professora Miriam Pillar Grossi na Disciplina Métodos II, ministrada para a 6ª fase do curso de Ciências Sociais.

mais detalhadamente as situações das entrevistas e não de se confundir, conforme nos lembra Silva (2000), com uma maior *aproximação do real*.

Mais do que utilizar esses recursos metodológicos de registro de informações, mantive atualizado um diário de campo, o qual teve papel importantíssimo nesse trabalho. Sabe-se que os profissionais da antropologia utilizam o diário de campo como um “imperativo pouco contestado ao qual freqüentemente se atribui o sucesso de uma etnografia, já que a memória é traiçoeira” e nos ajuda, “a não nos perdermos nos labirintos da cultura do outro”. (SILVA, 2000, p. 66)

Durante meu trabalho de campo, anotava apressadamente num caderno coisas que julgava importantes para a pesquisa. Porém era à noite que escrevia efetivamente em meu diário. Nele registrava minhas observações, *insights*, dúvidas e confissões, e ele servia também como um grande companheiro nos momentos de solidão. Fazer esse exercício todos os dias era uma terapia, pois nele escrevia sobre os bons e maus momentos da pesquisa.

Outro procedimento técnico-metodológico adotado para esta dissertação foi a utilização do consentimento informado como técnica de abordagem. Segundo Ceres Victora (2000, p. 82), “o consentimento informado é uma espécie de autorização fornecida pelas pessoas entrevistadas de maneira voluntária, capaz de tomar decisões, permitindo assim a realização da pesquisa.”

Lembro que o consentimento informado é um processo que está intimamente relacionado à questão ética, visando respeitar os direitos dos informantes³¹. Também foram resguardados os nomes verdadeiros de meus entrevistados, bem como partes dos depoimentos que eles desejaram que não fossem gravados.

No que diz respeito à questão ética, ela se encontra envolvida numa polêmica que implica os limites das pesquisas científicas, e muitos pesquisadores estão debruçados sobre esse assunto.

Tom Miller (1990), por exemplo, acredita que os cientistas devem se preocupar com a moralidade e com a ética humana, com as condições ruins de vida de muitas comunidades, e que os antropólogos não deveriam se refugiar na “objetividade e neutralidade da pesquisa” e sim, por serem mais próximos dessas sociedades, garantir pelo menos a denúncia às autoridades federais. O autor argumenta que a ciência deve voltar-se para solucionar

³¹ Como trabalhei com entrevistas, tive maior facilidade em fazer circular o Consentimento Informado entre meus informantes. Lembro que em outras situações de pesquisa, existe um certo desconforto ou mesmo impossibilidade na utilização dessa técnica metodológica. Sobre essa questão, agradeço os comentários de Ari José Sartori e de Flávia de Mattos Motta.

problemas, melhorar a qualidade de vida e pelo menos amenizar o sofrimento dos seres humanos, tornando-se assim uma ciência responsável e engajada no combate a esses fatos.

Clifford Geertz (2000), ao mesmo tempo que se preocupa com essas questões, observa que os cientistas sociais podem expor os problemas inerentes às sociedades estudadas, porém muitas vezes não podem solucioná-los. O autor explica que a dimensão ética incorporada ao trabalho de campo antropológico pode ser comparada metaforicamente à situação médica, na qual um “oncologista que despende a maior parte de seus esforços em expor delicadamente patologias graves [...] não está preparado para combatê-las”. Nesse sentido, comenta que em relação ao trabalho antropológico sua característica mais marcante como forma de conduta é não permitir significativas separações “das esferas ocupacional e extra-ocupacional da vida”, obrigando na verdade a essa fusão. Segundo Geertz “deve-se fazer amigos entre os informantes e fazer dos informantes amigos [sendo] nesse processo que se impõe dia a dia, o esforço de sua promoção, o esforço de combinar duas atitudes fundamentais em relação à realidade – a engajada e a analítica – numa atitude única” (GEERTZ, 2000, p. 32-33).

Para esse autor, o compromisso pessoal e o compromisso profissional não se opõem um ao outro no momento “de encarar os assuntos humanos”, tanto de forma analítica como de uma “perspectiva moral específica”. Argumenta que “a ética profissional repousa na ética pessoal e dela extrai sua força” (GEERTZ, 2000, p. 36; 45-46).

2.3.2 *A Observação Participante*

A observação participante, considerada uma das técnicas mais importantes utilizadas pelos antropólogos, foi sem dúvida fundamental para esta pesquisa, auxiliando, dentre outras questões,

a descobrir quem as pessoas pensam que são, o que pensam que estão fazendo e com que finalidade pensam que estão fazendo, sendo necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significados em meio aos quais elas levam suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é uma idéia impraticável e inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio e diferente...” (GEERTZ, 2000, p. 26)

Nesse sentido, mergulhar na comunidade do nativo é o melhor caminho para se sair dela, conforme sugere Geertz.

Com o apoio dessa técnica metodológica pude captar uma variedade de situações que não conseguiria somente por meio das entrevistas. Segundo nos indica Aspásia Camargo (1984, p. 11):

Parece ser esse, precisamente, o princípio dialético necessário para estabelecer tanto a cumplicidade quanto a distância entre o analista e seu informante... Neste caso, a diferença entre um grupo de entrevistas selecionadas e a observação participante é que esta última técnica permite ao observador apreender o meio que ele estuda sua totalidade, e *in loco*, possibilitando-lhe distinguir o discurso do informante das evidências objetivas que ele mesmo registra durante o trabalho de campo.

Nesse sentido, verifica-se que é observando os acontecimentos corriqueiros e diários que a Antropologia pode construir novas interpretações, reelaboradas dia-a-dia por diferentes camadas sociais, que desempenham papel importantíssimo também no entendimento de nossa sociedade e resgatam, dessa maneira, o estudo antropológico no meio urbano-industrial (OLIVEN, 1987).

Trabalhando em meio às sociedades complexas, tentei interpretar os pressupostos de minha própria sociedade através de um exercício de estranhamento, sendo então a observação participante utilizada durante todo o tempo em que estive em campo. Lembro que essa técnica auxiliou principalmente na DPCAPM, instituição na qual permaneci por longos períodos, em função da verificação dos BOs, das entrevistas com as policiais, bem como da observação nos atendimentos. Aliás, fiquei diversas vezes de plantão nessa delegacia, à espera de mulheres grávidas (e de seus companheiros) envolvidos em relacionamentos violentos.

Ainda em relação às técnicas metodológicas utilizadas na pesquisa, não desprezei as conversas informais (FONSECA:1998), as quais foram realizadas durante a maior parte do tempo enquanto estive em campo, na delegacia ou com outros informantes, parentes ou amigos. Considero que essas conversas foram muito úteis e rentáveis, pois, através delas, tive acesso a noções do senso comum que poderiam ficar obscurecidas como o esforço de sistematização do informante numa entrevista formal. As conversas aconteceram tanto individualmente como em grupo, sendo algumas gravadas com a autorização dos interlocutores.

Para esta dissertação tentei resgatar algumas considerações inerentes ao fazer antropológico, mas certamente ela foi escrita *por muitas mãos*, embora direcionada modestamente pela subjetividade – e, por que não dizer, pela autoridade – desta pesquisadora. Acredito que apesar de alguns pós-modernos (SILVA, 2000; FISCHER, 1983; MARCUS,

s/d, etc.) ficarem se questionando sobre a experiência individual e subjetiva permeada por questões interpretativas ou mesmo políticas de um “relato escrito e legítimo”, permito-me neste trabalho realizar minhas interpretações e correlações entre os modelos construídos em conformidade com as representações de meus informantes, descrevendo, portanto, os fatos estudados e experienciados durante esta pesquisa, pois acredito que é impossível fugir de qualquer tipo de *autoridade*, mesmo que a etnografia assuma um perfil experiencial, interpretativo, dialógico ou polifônico. (CLIFFORD, 1999)

6. Os Pressupostos Teóricos

Antes de entrar numa discussão que permeia as representações existentes nas violências domésticas³² envolvendo mulheres que passam por determinados tipos de violências no período de gravidez, penso ser necessário recuperar o processo de construção social das chamadas “violências contra as mulheres”. Apoiada no levantamento bibliográfico realizado, situo primeiramente a mobilização política empreendida pelo movimento feminista a respeito da questão, explicitando alguns eixos que vêm orientando as análises nesse campo. Posteriormente, farei uma discussão englobando as relações de gênero, maternidade, gravidez e violências, problematizando ao longo do texto as questões referentes a essa dissertação.

6.1 Violências contra as mulheres e o movimento feminista: assim começa a discussão...

Foi sem dúvida o movimento feminista brasileiro, que, no final da década de 70, deu visibilidade à problemática das violências contra as mulheres³³. As discussões a respeito da violência doméstica e conjugal começaram então a ganhar maior espaço a partir desta década, e o problema da violência, anteriormente confinado apenas ao espaço doméstico, começou a adquirir visibilidade pública ao ser tratado como uma violação dos Direitos Humanos. Denunciados os assassinatos cometidos contra mulheres, as feministas começaram a reivindicar uma atenção jurídico-policial mais eletiva para tais crimes, criticando veementemente as teses da *legítima defesa da honra* e da *violenta emoção*³⁴, tradicionalmente alegadas para inocentar os maridos criminosos. O tema da violência contra as mulheres começou a se fortalecer também no âmbito das políticas públicas a partir dos anos 80, quando surgiram grupos ligados à denúncia dos crimes e ao amparo às vítimas, como o SOS

³² Privilegio aqui a categoria *violência doméstica*, problematizando somente as violências nas quais as mulheres são envolvidas no âmbito do privado, tal como nos expõe GROSSI (1998, p. 297).

³³ Segundo GROSSI (1994, p. 474), as lutas feministas intensificaram-se a partir do assassinato, em outubro de 1979, de Ângela Diniz por seu companheiro Doca Street, sendo que este caso refletia o fantasma que rondava a maior parte dos julgamentos de homens assassinos de mulheres: o da impunidade. Nesse período, os acusados eram condenados a penas de 2 anos “com sursis”, pois os argumentos da defesa sobre a “legítima defesa da honra” e sobre a “violenta emoção” (AMERICA WATCH, p. 1991) amenizavam as penas dos assassinos.

³⁴ Ver: CORRÊA, Mariza. *Morte em Família*. São Paulo: Graal, 1983. Também *America's Watch Relatório - Americas Watch*, Human Rights Watch, Núcleo de Estudos da Violência, USP, Comissão Teotonio Vilela, 1991.

Mulher³⁵, os Conselhos da Condição Feminina³⁶, as Delegacias de Defesa da Mulher³⁷, e finalmente, nos anos 90, as casas-abrigo³⁸. (GROSSI, 1998, p. 296; BRANDÃO, 1996, p. 20).

A partir da segunda metade dos anos 90 observou-se um visível aumento de pesquisas que articulam práticas profissionais com as significativas reflexões teóricas feitas por antropólogas (GREGORI, 1993; PONTES, 1986; GROSSI, 1994; CORRÊA, 1981; ARDAILLON; DEBERT, 1987; MACHADO, 1999; SUÁREZ, 1999; SEGATTO, 1999), sociólogas (SAFFIOTI, 1994; BANDEIRA, 1999) e psicólogas (VON SMIRGAY, 1985; MOREIRA, 1989).

Inicialmente essas reflexões direcionaram-se mais para a violência conjugal, mas posteriormente foi contemplada nesse campo também a chamada violência sexual (estupro, abuso sexual infantil, assédio sexual, prostituição infantil) e agressões cometidas contra minorias étnicas ou raciais, que fazem parte das microviolências (GROSSI, 1994, p. 473-474). Sem dúvida é perceptível que, com o passar dos anos, essa produção sobre violências praticadas contra as mulheres vem sofisticando sua análise, e as concepções teóricas no debate acadêmico começam a expressar-se de maneiras diferenciadas.

6.2 E a Discussão Continua: “Vítimas ou Cúmplices?”³⁹

Nesse contexto de luta e de anseios do movimento feminista, observa-se que o desenvolvimento da produção acadêmica sobre violência contra as mulheres dá-se a partir do trabalho de Mariza Corrêa (1983)⁴⁰, seguido então por várias outras pesquisas. A partir de então, as abordagens teóricas sobre essa questão começam a se expressar sob perspectivas diferenciadas.

³⁵ Sobre o SOS Mulher em São Paulo, cf. Pontes (1986) Gregori (1993), em Porto Alegre, Grossi (1988), em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, Franchetto et al. (1985).

³⁶ O CECF organiza a Comissão Contra a Violência à Mulher e o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento em 1984, institucionalizado junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE) em 1986. (BRANDÃO, 1996, p. 20)

³⁷ As Delegacias de Atendimento a Mulheres também surgem nesse contexto, sendo inicialmente organizadas em São Paulo (1985) e no Rio de Janeiro (1986).

³⁸ As primeiras casas-abrigo foram construídas em São Paulo. O Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (1986) e a Casa Lilith (1990). (BRANDÃO, 1996, p. 20).

³⁹ Tomo esse subtítulo emprestado do artigo de GROSSI, M. P. *Vítimas ou cúmplices?: dos diferentes caminhos da produção acadêmica sobre violência contra a mulher no Brasil*. Caxambu, XV Encontro Anual da ANPOCS, 15 a 18 de outubro de 1991.

⁴⁰ CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. São Paulo, Graal, 1983.

Nesse debate acadêmico, nota-se a existência de duas tendências principais referentes as violências praticadas contra as mulheres: uma que se refere aos homens como os únicos sujeitos engendrados da violência, ou seja, a violência de gênero⁴¹ (SAFFIOTI, 1994), e uma segunda tendência, que discute o papel da mulher como produtora, juntamente com o parceiro, das relações de violências. (GREGORI, 1993)

Trazendo essas duas perspectivas para o campo de análise, pode-se perceber que Heleieth Saffioti (1994) empenha seu argumento principal sobre a violência do “macho contra a mulher”, argumentando que “potencialmente, todo o homem é violento na medida em que é incentivado, quotidianamente, a ser valente, a mostrar que é macho, masculinidade sendo sinônimo de transformação da agressividade em agressão”. A autora considera que vivemos numa sociedade patriarcal, na qual as mulheres são controladas e dominadas pelos homens e onde a violência “é sempre masculina”.

Seguindo igualmente esta perspectiva, Suelly Souza de Almeida (1997) também designa o mesmo padrão específico de violência, entendendo que ela visa,

à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e na desigualdade de lugares sociais sexuados que subalternizam o gênero feminino e amplia-se e ritualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado. A violência de gênero é produzida no interior de densas relações de poder, objetivando o controle da categoria que detém sua menor parcela; e revela impotência de quem a perpetra para exercer a exploração–dominação, pelo não consentimento do alvo desta forma de violência (ALMEIDA, 1997, p 18-19).

Tanto para Almeida como para Saffioti, os crimes cometidos pelas mulheres são marcados por menores doses de violência, sendo praticados, dessa forma, em legítima defesa, sem premeditação, ao contrário dos crimes cometidos pelos homens contra as mulheres, que “são premeditados e efetuados com requintes de crueldade” (ALMEIDA, 1997).

Para as críticas desta corrente, esta primeira tendência de reconhecimento da violência está vinculada à idéia de uma violência que afeta a mulher causada diretamente pelo homem, mesmo que a mulher cometa um crime contra seu companheiro. Sempre é o homem que parte para a agressão, e, dessa forma, a violência sempre será masculina, não existindo uma “circulação do poder no interior do casamento” (GROSSI, 1998).

Outra tendência é expressa por Maria Filomena Gregori (1993), a qual discute o papel da mulher como produtora, juntamente com o parceiro, das relações violentas. A autora

⁴¹ A definição de violência de gênero, segundo SAFIOTTI (1994), segue uma perspectiva feminista, que define o problema da *violência contra a mulher* como causada pelo desejo masculino de exercer poder e controle sobre as

aborda o assunto denunciando um processo de “vitimização”⁴² no tratamento da violência contra a mulher, compartilhado pelas próprias mulheres agredidas⁴³.

Para Gregori (1993, p. 183-185), a violência faz parte de um jogo relacional no qual haverá sempre uma cena que prepara a *guerra*. Comenta estar claro “que as mulheres e os homens provocam ou mantêm estas situações, inconscientemente ou impensadamente, sem a intenção clara ou vontade de, mas jogando com signos, diálogos, xingamentos ou acusações que o estimulam”. A autora percebe que *as cenas* somente ganham sua existência a partir *da queixa*, ou seja, quando a mulher fala sobre os seus infortúnios para uma outra pessoa.

Nessa mesma linha de argumentação, Grossi levanta a possibilidade de perceber também homens “vitimizados”, bem como a troca das funções agressor/vítima. Segundo a autora,

O modelo da violência doméstica, seria o resultado de complexas relações afetivas e emocionais, não restritas ao âmbito da heterossexualidade, podendo também ocorrer em relações afetivas envolvendo duas mulheres ou dois homens”. A ampliação da reflexão sobre a violência conjugal ao âmbito das relações homoeróticas permite, no meu entender, duvidar das teorias feministas centradas na concepção de que são os homens, enquanto representantes do patriarcado, os ‘culpados’ da violência doméstica, uma vez que permite constatar que também há violência de mulheres contra mulheres e de homens contra homens em relações afetivo/conjugais, e não apenas de homens contra mulheres, situação na qual as mulheres são sistematicamente percebidas como vítimas da violência masculina (GROSSI, 1998, p. 303-304).

Trata-se então de uma reflexão crítica, na qual Grossi considera a violência de gênero como uma categoria historicamente construída, trazendo à tona um debate em torno da desconstrução do papel de vítima da mulher, papel esse que foi produzido ao longo da história. Dessa maneira, tanto Gregori como Grossi verificam que as mulheres podem ser propulsoras da violência juntamente com seus companheiros no campo afetivo/conjugal. Assim, em relação à violência doméstica, começa a desfocar-se a imagem do homem agressor, surgindo a imagem de *casais violentos*, também entendendo as mulheres como

mulheres.

⁴² Para GREGORI a “vitimização” ajuda a mulher “a criar aquele lugar no qual o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima” sendo este posicionamento “o buraco negro da violência contra a mulher”. Na opinião da autora, é “preciso se contrapor à violência, mas não com a ilusão de uma dualidade vítima – algoz em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de ação) e o segundo, a uma atividade destruidora e maniqueístamente dominadora”. (GREGORI, 1993, p. 184).

⁴³ Inclusive SAFFIOTI, que, apesar de discordar de GREGORI, considera que a mulher tem implicações nas relações de violência; a autora salienta que a mulher não é nenhuma “santa nos conflitos conjugais”, mesmo considerando que ela sempre é e será a vítima nessas relações de violência. (SAFFIOTI, 1994, p. 446).

participantes ativas desses conflitos afetivo-conjugais (GROSSI, 1991;1998; GREGORI, 1993). Foi nessa perspectiva que desenvolvi minha pesquisa.

6.3 A Ampliação do recorte: Dos estudos sobre as “mulheres” para os estudos de “gênero”

Paralelamente às lutas feministas, surgem em nosso país reflexões que primeiramente privilegiam *os estudos sobre a condição feminina*, que passam posteriormente a serem chamados de *estudos sobre as mulheres*⁴⁴ e, a partir da década de 80, começa-se a perceber uma gradativa substituição do termo *mulher*, entendida como uma *categoria empírica/descritiva*, pelo termo *gênero*, *categoria analítica*, termo introduzido no Brasil através de contatos com pesquisadoras norte-americanas. Essa mudança auxiliou na rejeição de um determinismo biológico implícito no uso de termos como *sexo* ou *diferença sexual* e deu ênfase aos “aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e do masculino” (HEILBORN; SORJ, 1999).

O termo *gênero* ou o conceito de *gênero* transformou o enfoque de uma série de estudos, que anteriormente limitavam-se a dar destaque somente às mulheres, e passaram a ter uma noção relacional, ou seja, as mulheres e os homens eram definidos agora em relação, não mais se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. Conforme nos demonstra Joan Scott,

O termo gênero, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. [...] Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT,1990, p.75).

⁴⁴ Segundo GROSSI (1998, p.3-4), “inicialmente se pensava que havia uma problemática da mulher que deveria ser pensada unicamente pelas mulheres”. Os homens já haviam ocupado e invisibilizado o lugar delas ao “longo da história” e a sua ausência representaria a maneira de finalmente dar voz às mulheres. Os primeiros estudos foram assim voltados à dupla opressão da mulher, ou seja, de classe e de sexo. Porém as feministas começaram a perceber que não era possível no Brasil concentrarem-se somente numa “única condição feminina” pois há em nosso país, “inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais [...] entre as mulheres brasileiras”.

Além das implicações citadas, o que importa primordialmente para esta autora é evidenciar que gênero é uma categoria historicamente determinada, que não apenas se constrói sobre a diferença sexual, mas que serve para *dar sentido* a essa diferença.

A autora francesa Françoise Hèritier (1989) também discute a questão do gênero, argumentando que o indivíduo “só existe em relação”, ou seja, que não existem indivíduos isolados das relações sociais, observando que a categoria gênero se constrói na relação homem/mulher. Hèritier tenta compreender essa questão sustentando a universalidade da dominação masculina e, dessa maneira, constrói o *gênero* através do parentesco, centrando-se na família como a base da organização social. Para a pesquisadora, o que permite estabelecer a diferença entre o masculino e o feminino e consolidar a dominação masculina é a fecundidade da mulher, sendo assim o fator biológico que a coloca no lugar da subordinação. (HÈRITIER:1989)

Scott (1990, p. 87) concorda que o gênero é construído através do parentesco, porém não exclusivamente. Explica-nos que ele é construído igualmente na “economia e na organização política” que, pelo menos no ocidente, “operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco”. Argumenta que não se pode restringir o uso do gênero ao sistema de parentesco, pois temos a necessidade de incluir uma visão mais ampla que envolva também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político.

Porém Adriana Piscitelli (1998) problematiza os argumentos de Scott, dizendo que ela, como Historiadora, possui uma noção implícita de antropologia como “sinônimo de estudos das sociedades primitivas”, ignorando que várias feministas-antropólogas trabalham com a questão do parentesco nas sociedades contemporâneas.⁴⁵

Segundo Flávia de Mattos Motta (2002), a abordagem de gênero, bem como o estudo de parentesco e família se mostram muito fortes nos estudos de gênero na antropologia brasileira. A autora argumenta que “para além da sedução dos termos exóticos, estudar parentesco é estudar teorias do social”. Compreende que essa abordagem recoloca os temas “sagrados” nos estudos de gênero também na Antropologia e deles faz uma completa revisão:

“O estudo do parentesco e família confere as nossas pesquisas o entendimento da organização social das culturas sociais que estudamos, sem o qual, a dimensão simbólica, o pensamento, as práticas de conhecimento e, finalmente as construções nativas a respeito de gênero perdem sentido.” (MOTTA, 2002, p. 40-41)

⁴⁵ Por exemplo: Rosaldo (1979); Francheto (1981); Suárez (1997); Heilborn (1992;1993); Heilborn; Sorj (1999); Grossi et al. (1989); Machado (1997); Ortner (1979); Rubin (1986); Hèretier (1989); Piscitelli (1998); Strathern (1992;1995); Segato (1985); Fonseca (2000); Tarnowski (2002); etc.

Concordo com as proposições das autoras brasileiras citadas, uma vez que neste trabalho não pude dispensar uma análise a partir da articulação entre gênero e parentesco, campos teóricos que me guiaram na compreensão das representações de meus informantes em relação às violências no período de gravidez.

Neste trabalho parto do pressuposto, portanto, de que gênero é uma categoria relacional, incorporando a posição que reconhece relações de poder entre homens e mulheres.

Meu esforço para a realização desta pesquisa vai no sentido de abordar *gênero* enquanto *relações* e não simplesmente “feminilidades” e “masculinidades” como esferas isoladas e sem relação uma com a outra na sua própria constituição. (LEAL; BOFF, 1996, p. 121).

6.4 Gravidez e Maternidade: A Violência “em nome da mãe”⁴⁶, da “honra” e do “sagrado”

Assim como muitas autoras, acredito que a gravidez e a maternidade são temas relevantes antropológicamente, uma vez que não se esgotam apenas como fatos biológicos, mas abrangem dimensões que são construídas social e culturalmente. Nessa perspectiva, é fundamental pensá-los não isoladamente, mas no contexto das relações de gênero onde adquirem significados, conforme já mencionado.

Se levarmos em conta primeiramente o caráter social construído para a gravidez e a maternidade, poderemos compreender a diversidade existente em relação aos significados que elas podem assumir em sociedades distintas ou mesmo dentro de uma mesma sociedade.

Tomemos como exemplo o trabalho de Margareth Mead (1979), que, ao realizar sua pesquisa com três tribos da Nova Guiné, percebeu que a notícia da gravidez é recebida de maneiras diferenciadas. Mead demonstra que entre os Arapesh existe uma atenção toda especial às crianças, procuram deixá-las sempre bem alimentadas e bem instaladas, e o pai compartilha com a esposa a tarefa de cuidar do recém-nascido. Também entre os Tchambuli existem laços fortes de solidariedade entre as mulheres, as esposas do pai dividem a responsabilidade para cuidar das crianças e alimentá-las, atendendo-as de bom grado. Em contrapartida, entre a tribo dos Mundugumor a notícia da gravidez não é bem recebida, provocando o afastamento dos demais membros da família em relação ao casal. As mulheres

⁴⁶ ARAGÃO, Luiz Tarlei. Em nome da mãe: posição estrutural e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira”. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro:Zahar., 1983, p. 109-145.

não gostam de amamentar e esse momento não se caracteriza pela afeição, mas pelo incômodo. A criança dessa tribo nasce num terreno hostil, no qual a maior parte dos membros de seu próprio sexo serão seus inimigos.

Em suma, a partir desse clássico modelo, nota-se que a gravidez e a maternidade não são apenas indicações exercidas biologicamente ou naturalmente, mas designam acontecimentos culturais submetidos a uma construção simbólica e que se impõem aos sujeitos.

Na área das ciências humanas, alguns trabalhos tomaram a gravidez e a maternidade como objetos de estudo, tentando desconstruir o essencialismo dos fenômenos biológicos ou naturais, demonstrando assim suas dimensões sociais, históricas e culturais.

Philippe Ariès (1978) pesquisou o surgimento do “sentimento de infância e de família” e as mudanças percebidas ao longo da história, e seu trabalho pode ser tomado como modelo. O autor demonstra que no início dos tempos modernos, na Idade Média, a criança não possuía uma identidade diferenciada como criança propriamente dita. Era considerado um pequeno adulto em fase de crescimento. A partir dos 7 anos de idade o infante era misturado aos adultos, sendo dispensada a ajuda da mãe ou de amas. Porém, a partir do século XVII, os adultos começaram a dispensar maior atenção às crianças, aparecendo a partir desse momento “o sentimento moderno da família”.

O que provocou gradativamente essa mudança, segundo Ariès, foi o reaparecimento, no séc. XVII, da preocupação com a educação e a religião, iniciando-se uma verdadeira moralização da sociedade. O autor argumenta que o aspecto moral da religião paulatinamente começou a prevalecer na prática sobre o aspecto *sacro* e escatológico, levando a sociedade a reconhecer a importância da educação e de sua influência sobre as famílias. Assim, essa nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade e transformá-la por inteiro. Para Ariès,

A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. Entre a geração física e a instituição jurídica existia um hiato, que a educação iria preencher ... [e dessa forma] ... o extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças ... [onde] ... a família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. (ARIÈS, 1978, p. 277-278)

A família, a partir de então, começou a reorganizar-se em torno da criança através de sentimentos e afetividades, porém não por força de um aspecto natural ou biológico, mas em

função de uma ordem moral que prevalecia nessa época. Esses aspectos eram reforçados por meio da educação e significavam prestígio e ascensão num sistema de classes originariamente burguês.

Assim sendo, Ariès demonstrou, através da história, a mudança ocorrida nas mentalidades, pois a partir do século XVII os adultos começaram a modificar sua concepção da infância, concedendo às crianças uma nova atenção antes não manifestada. Essa transformação passou por uma longa evolução, que foi acompanhada de novos sentimentos e, conseqüentemente, de uma cobrança de *amor materno*.

Nessa direção, outra vertente que podemos considerar referente à desnaturalização da gravidez e da maternidade é o trabalho de Elisabeth Badinter (1985), no qual a autora se contrapõe a esse *mito do amor materno*.

Badinter (1985) argumenta que, a partir do século XVIII, modifica-se completamente a representação de *mãe*, e as mulheres são convocadas para exercerem sua presteza *instintiva* sob a imposição de discursos a respeito de dever, culpabilidade e até mesmo de ameaça, para reconduzi-las “à sua função nutritícia e maternante, dita natural e espontânea”.

Dessa maneira, para confirmar efetivamente a necessidade desse envolvimento afetivo e emocional em relação à sobrevivência das crianças, Badinter explica que foram realizados discursos diferenciados⁴⁷, ou seja, um econômico (para os homens), um filosófico (para homens e mulheres) e um discurso voltado exclusivamente para as mulheres, referente ao retorno “à boa natureza” e ao “aleitamento materno”.

Porém esses argumentos não atingiram igualmente a sensibilidade de todas as mulheres, e muitas delas aparentaram cumprir o dever imposto por moralistas e médicos para se livrarem das cobranças impostas em relação ao novo sentimento que deveria ser *criado*. Mas, apesar disso, gradativamente as mulheres começaram a sentir-se cada vez mais responsáveis pelos filhos, e se consideravam culpadas quando não podiam assumir suas *responsabilidades*. Segundo a colocação “militante” da autora, “a culpa dominou o coração das mulheres”. Não obstante, Badinter reclama desse “grito da natureza”, que não cobrava igualmente dos homens o cumprimento desta lei “universal”, e confirma que esse “amor forçado” se origina da “convicção de que o instinto materno é um mito”, constatando a existência entre as mulheres de uma “extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições e frustrações”. Para a autora, “não há uma lei universal nessa matéria, que

escapa ao determinismo natural”. O amor materno, “não é inerente às mulheres. É ‘adicional’.” (BADINTER, 1985, p. 144)

Esse discurso do século XVIII enfatizando o que Badinter chama de *mito do amor materno* parece não estar longe dos nossos dias, uma vez que ainda hoje a mulher é incentivada a amamentar seus filhos, reforçando o discurso do *instinto natural* entendido como inerente às mulheres. Dessa forma, o amor materno é tomado no imaginário como determinante da condição feminina, algo que define a essência da identidade da mulher – a mãe é vista como *santa*, e a maternidade como algo que transcende a dimensão valorativa do *sofrimento* e do *sagrado*.

Nesse sentido, tomando um quadro de referências da cultura mediterrânea e latino americana, podemos observar, a partir dos trabalhos de Marit Melhus (1990) e Luiz Tarlei de Aragão (1983), como cada um desses autores reflete sobre as representações da *esposa-mãe-sofredora* e da *esposa-mãe-sagrada*.

Melhus, ao realizar sua pesquisa em uma comunidade do México, demonstra que o sofrimento chega a ser uma virtude inerente à maternidade, apontando o paradoxo representado pela *mãe virgem*. A autora se depara primeiramente com uma moralidade local, percebendo a representação da ideologia varonil da masculinidade, ou seja, do *machismo*, e também a do *marianismo* – que representa a contrapartida feminina através do culto à Virgem Maria. Dessa maneira, tanto as *relações sociais* quanto a *experiência moral* são compreendidas nessa sociedade de formas bastante diferenciadas para homens e mulheres (MELHUS, 1990, p. 43-44).

Nesse contexto, a vergonha, o sofrimento e a virgindade formam um conjunto de imbricações que se relacionam com a honra das mulheres. A noção de vergonha pressupõe um estado de pureza, que se expressa através da virgindade - quando solteira - e através da castidade - uma vez casada, e presumivelmente não mais uma virgem⁴⁸. Dessa forma, as idéias de pureza e castidade como inerentes às mulheres virgens não acabam com o matrimônio, mas, ao contrário, é nesse momento que tudo começa, porque é através do matrimônio que surge o sofrimento que se converte na expressão da virtude feminina.

⁴⁷ Segundo Badinter (1985, p. 222-223), as primeiras mulheres a escutar os discursos masculinos sobre a maternidade foram as burguesas. As operárias foram as últimas a saber desses discursos e, de qualquer maneira, tinham a necessidade de enviar os filhos para o campo para trazer-lhes dinheiro.

⁴⁸ Estes conceitos relacionam a virgindade com a vergonha, e não a virgindade com a castidade, pois o que a virgem sente como vergonha, a mulher casada experimenta como castidade. E, para justificar a perda da virgindade e conseqüentemente da vergonha, o sofrimento entra em questão, devolvendo a pureza à mulher, que se expressa agora na castidade.

Não obstante, a autora observa que essa comunidade é extremamente religiosa, possui crenças morais fervorosas ligadas à igreja católica, compreendendo que essas mulheres identificam seu sofrimento com o da Virgem Maria⁴⁹:

No solamente puede una mujer identificarse como la Virgen, ella debe harcelo. La Virgen es la encarnación de lo femenino. Ella representa la mujer, pero de una manera muy ambigua, al ser ella madre e virgen. Así el simbolo primordial de la feminidad, la maternidad, a través de la cual las mujeres se identifican a sí mismas, es altamente ambivalente. La Virgen vence toda sexualidad y se apoya en su pureza. Ela se convierte en madre sin pecar. Como tal ella es completa.” (MELHUS, 1990, p. 58)

Uma mulher, entretanto, não pode ser mãe sem ter relações sexuais, uma vez que é de carne e osso, devendo *pecar* para poder se realizar como mãe. Sacrificando sua virgindade, a mulher sofre sua vergonha, porém, mantendo sua honra através da castidade, ela se mantém pura e completa. Heretier argumenta que uma mulher sem filhos é considerada uma mulher incompleta, é meio-mulher (1989). Também Claudia Fonseca (1988) percebe que em relação às camadas populares – pelo menos pelos dados referentes à sua pesquisa no sul do Brasil – a mulher em situações de violência *organizada* (brigas de gangues, tráfico de drogas) é poupada quando está grávida. Porém, se não estiver, é considerada igual a um homem, devendo se proteger como puder.

E somente através do sofrimento podem as mulheres se acercarem do ideal da *Virgem*, que significa sobretudo um símbolo da maternidade e do sofrimento. Assim sendo, o auto-sacrifício das mulheres se faz visível através de seus filhos e, conseqüentemente, do relacionamento entre “marido e mulher”. Os filhos representam para essas mulheres o motivo legítimo de seu sofrimento⁵⁰ (MELHUS, 1990, p. 58-59).

Os homens, em contrapartida, são excluídos dessa comunidade moral de sofrimento e auto-sacrifício, pois, ao contrário das mulheres, eles incorporam todas as características do machismo (autoridade, promiscuidade, agressividade, etc.). Essa relação entre os casais, segundo a autora, é ambígua, pois uma mulher deve *suportar* o sexo e não pode desfrutá-lo, sendo o ato sexual considerado uma vontade própria dos homens. Ela deve ao mesmo tempo ser *pura e impura virgem e mãe*. E através do sofrimento ela expressa sua virtude e sua superioridade moral. Os homens, por sua vez, também vivem com esse dilema da natureza

⁴⁹ No México a santa de maior devoção, segundo a autora, é a Virgem de Guadalupe.

⁵⁰ Interessante observar que as mulheres identificam-se com o sofrimento da “Virgem”, porém, não exatamente com o sofrimento e morte de seu filho Jesus. Ou seja, é o sofrimento que o filho infunde na mãe que é central,

ambígua e *ameaçadora* das mulheres. Através do relacionamento entre mães e filhos é confirmada sua *pureza*; porém a honra do filho, e conseqüentemente a do pai, vão depender da pureza de sua mãe/esposa. Nesse sentido, segundo Melhus, as mulheres são contagiosas, contaminadoras em potencial, ao transmitir o seu estado de impureza aos homens, e a honra de um homem vai depender da pureza sexual da mãe/esposa, estendendo-se às filhas e às irmãs, sendo seu dever defender a pureza da virtude feminina, da qual depende a sua própria honra. (MELHUS, 1990, p. 61-62)

Também Pitt Rivers enfatiza que “a honra de um homem não se refere a sua própria conduta, mas à de sua mãe, de sua irmã e de sua filha, que tem o mesmo sangue – ou de sua mulher, cuja conduta leviana poderia fazer dele um cornudo” (PITT-RIVERS, 1992).

Em suma, percebe-se que a honra nesta sociedade está intimamente ligada ao machismo, que reflete em último termo as questões de sexualidade. A honra, a vergonha, o sofrimento, a virgindade e a castidade são elementos que seguem concepções do cristianismo fortemente arraigados na comunidade, promulgando um conceito de sexo associado com a morte e com o pecado. Assim, somente através do sofrimento as mulheres podem se apoderar do ideal da Virgem, deste conceito único de *esposa-mãe-sofredora*.

É interessante observar que, mesmo sendo maltratada por seu esposo, a mulher prefere sofrer a abandoná-lo. A mulher *separada* ou *abandonada* nessa sociedade possui um status infinitamente inferior ao do homem, sendo inclusive entendida como uma mulher perdida, porém não fracassada necessariamente, como são tachadas as mulheres solteiras que não são mais virgens.

Nesse aspecto, Fonseca (1988) compara o conceito de honra mediterrânea com grupos populares que pesquisou no sul do Brasil. Comenta que “não existe uma noção particular de honra ligada à moça solteira” (ao contrário do que constata Melhus em sua pesquisa), pois a honra da mulher é fundada no espaço doméstico e a moça solteira ainda não tem espaço exclusivo para si.

Numa perspectiva similar, Luís Tarlei Aragão (1983) também discute a concepção sagrada da esposa/mãe, percebendo como a sociedade brasileira está originariamente relacionada ao complexo cultural mediterrâneo. O autor realizou pesquisa no Rio de Janeiro e em Belém do Pará, entrevistando 21 homens de classe média, entre 30 e 68 anos, a respeito do

que se converte no sofrimento dela, e é pelo sofrimento da “Virgem” que estas mulheres identificam-se. (MELHUS, 1990, p.46)

processo de escolha da “esposa”, percebendo se existiam ou não relações simbólicas entre sua cônjuge e sua própria mãe.

Primeiramente, Aragão fez uma discussão em torno do patriarcado, da honra e da família romana, demonstrando como a figura do pai sempre esteve em relevo. Argumenta que o modelo familiar romano possuía forte base religiosa, o que propiciava a incessante relação entre antigos ancestrais e aqueles que estavam por nascer, permitindo, desta forma, a perenização da família. Nesse quadro, a figura do pai era primordial devido à sua função mantenedora desse caráter sagrado e sólido da família.

No entanto, o autor argumenta que havia uma questão nodal que ameaçava romper a perenização desta família sagrada: “a natureza feminina”. Esta, enquanto fonte de tentação, deveria se moldar aos padrões morais do espaço doméstico, sob o risco de ele ser “contaminado”. Dessa forma, a primeira medida foi dissociar a função de reprodução do prazer sexual. “Este último, ligado à natureza não controlada da mulher, ou sua parte ‘demoníaca’, em todo caso profana, devendo ser expulso do sagrado doméstico”.

Porém, tendo sua sexualidade negada, a categoria esposa-mãe transforma-se em caráter sagrado, reprodutora de um modelo divino de sacrifício e devoção (no qual o pai de seus filhos lhe reserva uma posição de respeito), tornando-se a referência hegemônica de moral e da ética que deveriam ser buscados pelos filhos em seus casamentos, onde os valores masculinos passam a ser secundários. A mãe, segundo Aragão, tornou-se uma *santa*. Assim, nessa trajetória *do profano ao sagrado*,

a mãe [tornou-se] foco material e simbólico da solidariedade do grupo familiar; ela aparece com um ser desinteressado, ‘auto-sacrificado’ e doador de cuidados protetores. A referência explícita a um modelo divino está presente, igualmente, na mentalidade popular através da referência a um modelo divino, ao amor desinteressado de Deus, à paciente devoção da mãe de Cristo”. (ARAGÃO, 1983, p. 124-125)

Pode-se perceber como as constatações de Aragão vão em direção à mesma perspectiva de Melhus, referente à negação da sexualidade da mulher e à sua conseqüente mudança em direção ao “caráter sagrado” através de uma forte influência religiosa.

Mais adiante, Aragão argumenta que, no Brasil, a imagem da devoção e do sacrifício da mãe surgem com muita freqüência, sendo referência ao modelo “divino” do casamento brasileiro. O autor observa que esse modelo está presente particularmente junto aos homens, os quais costumam estabelecer “uma relação simbólica” entre sua esposa e sua mãe. Para o autor,

A figura da 'mãe' ocupa posição totalmente central e encontra-se de tal forma investida de valor modelar sagrado que muitos homens que entrevistei, quando não se casavam com uma 'mãezinha' – réplica dos cuidados e atenções maternas –, desenvolviam um trabalho obsessivo de transformar a categoria 'esposa' em 'mãe'. Por outro lado, as mulheres que fogem ao modelo de recato, fidelidade e resignação representado na metáfora da mãe são mais cedo ou mais tarde identificadas ao amálgama ideológico que recobre a categoria prostituta". (ARAGÃO, 1983 p. 139)

Conforme demonstra o autor, os homens nessa sociedade dependem dos valores simbólicos do mundo doméstico mesmo em idade adulta. O espaço doméstico ainda prevalece, com maior "peso e poder", nas determinações dos comportamentos e das representações desses sujeitos.

Aragão passa a estabelecer, a partir desses comentários, uma comparação entre o que chama de "bipolarização", ou seja, um "autoritarismo paterno" e uma "dependência moral em relação à figura materna". Argumenta que na sociedade brasileira as relações entre os sexos se constroem no interior da célula familiar, muitas vezes "ao preço de mutilações", assim como as relações fora do ambiente doméstico possuem outras "características específicas", as quais residem na questão da "violência socializada". Trazendo essa perspectiva para o campo da violência doméstica, Aragão acredita que,

a violência emerge no seio da relação entre homens e mulheres, na impossibilidade de articular, ou pensar, mediadores sociais que permitam o movimento de passagem da mulher segundo a seqüência 'casa' (doméstico) – 'rua' (público), sem que ela perca sua aura de 'santidade' virtual alocada genericamente à categoria mãe" (ARAGÃO, 1983, p.142).

Particularmente, penso que essa questão poderia seguir um pouco adiante, pois o autor parece considerar que as violências conjugais emergem somente a partir dessa oposição entre público e privado, e, conseqüentemente da categoria "esposa-mãe-santa" para a categoria de "prostituta". Dessa forma, sua preocupação estaria relacionada à maneira de definir uma intensa valorização do mundo "da casa", onde vigora uma "matrifocalidade estrutural", em oposição a uma sociedade patriarcal. (ARAGÃO, 1983, p. 124) Ainda, como veremos, as violências que acontecem durante a gravidez não se limitam somente a partir dessas considerações.

3.5 Indo direto ao assunto: "violências contra mulheres grávidas"

Segundo Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999, p.209), o conceito de gênero enriqueceu a tradição do pensamento sociológico brasileiro, demonstrando que a violência

não se origina exclusivamente das desigualdades de classe, uma vez que se expressa em relações que recortam o conjunto de todos os segmentos da sociedade e que escapam à esfera de atuação do Estado. Dessa forma, nasce sob a inspiração das questões propostas pelo movimento feminista a investigação sobre a violência no âmbito doméstico, ocupando uma posição especial entre os estudos de gênero e desenvolvendo uma vasta produção sobre esse assunto.

Porém, a despeito da variedade e profundidade desses temas abarcados pelos trabalhos acadêmicos sobre as violências contra a mulher, poucos foram os que trataram de agressões na gravidez.

Estatísticas comprovam como a violência durante este período é praticada. No México, por exemplo, uma pesquisa constatou que de 110 mulheres que procuravam tratamento no hospital público de Cuenavaca, 33% haviam sido vítimas de violências durante a gravidez. Em termos internacionais, este tipo de violências variam de acordo com o método utilizado para medi-las, isto é, quando as mulheres respondem a questionários preenchidos por elas, a incidência é de 7%, porém, quando usam entrevistadores, a incidência sobe para 30%. (ASCENCIO, 2000, p.102)

Em pesquisa realizada por Maria Ignez Moreira (1989)⁵¹, a autora percebe que 72% das mulheres entrevistadas apontavam a gravidez como momento de “eclosão ou agravamento” de violências por parte do companheiro, sendo a violência compreendida por essas mulheres de forma bastante abrangente, partindo da “negação verbal da paternidade” à tentativa “de provocar o aborto”. (MOREIRA, 1997, p. 13)

Nessa mesma direção, Eleonora M. Oliveira e Lucila A. Vianna (1993, p. 162) constata, nos registros do IML de São Paulo, que, no ano de 1989, de um total de 11.500 laudos necropsiados, 1,4% destes laudos referiam-se a óbitos por homicídio de mulheres entre 14 e 49 anos, e 11,2% destes indicavam que a mulher foi assassinada durante a gravidez ou o puerpério. As autoras argumentam que, apesar de esse número não ser tão significativo em termos quantitativos, a gravidade do fenômeno demonstra o aumento da violência durante a gravidez.

Dados similares são encontrados, segundo Miriam Pillar Grossi (1994, p. 477-478), no relatório do America's Watch, e ela se refere inclusive com perplexidade ao fato, uma vez que “os órgãos preferenciais dos golpes são o ventre, os seios e a vagina das vítimas”. Não

⁵¹ MOREIRA, Maria Ignez - Violência Contra a Mulher na Esfera Conjugal: Produção e Enfrentamento, Relatório de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, SP, 1989.

obstante, comenta que também são apontadas no relatório do MIRAD denúncias de raptos, espancamentos e estupro praticados contra mulheres grávidas “como forma de intimidação de pequenos agricultores em conflitos de terra”.

Nesse sentido, Oliveria e Vianna (1993, p.162) levantam hipóteses de que “a violência começa e é intensificada na gravidez”, conforme também constatado por Moreira (1997). Comentam que o depoimento das mulheres⁵² indicam que a gravidez desencadeia o processo de violência conjugal, e, em alguns casos, “a agressão do homem expressa uma desconfiança de sua paternidade que esbarra na virilidade como uma das expressões do poder masculino”. Também observaram a existência da “dependência física e emocional do homem com relação à companheira, através do ciúme do filho que vai nascer”, alegando que a mulher pode deixar o companheiro por causa dessa criança. (OLIVEIRA; VIANNA, 1993, p.163)

Não obstante, os homens se sentem excluídos da díade mãe/filho, e a figura do recém-nascido é para eles a de um estranho com o qual terão que dividir a atenção e o amor da companheira. Nesse processo, o filho é convertido em rival, que tem “o poder” de afastar os pais e deve, desse modo, ser enfrentado. É o que, muitas vezes, segundo Moreira (1997), pode desencadear a irrupção das violências.

Outra questão levantada por Oliveira e Vianna (1993, p. 163) é a de que o corpo, durante o período de gestação, deixa de ser “objeto de desejo” por parte do parceiro, seja por sentir-se intimidado ou “porque lhe causa aversão”. Dessa maneira, a gravidez pode levar o homem a desinteressar-se de sua companheira, buscando ligações extraconjugais, ou mesmo a negar a paternidade (conforme apontado pelas autoras), uma vez que essas mudanças podem provocar uma instabilidade emocional, muitas vezes expressa em atitudes violentas.

Como se pode observar, a participação de um terceiro elemento entre o casal pode corresponder muitas vezes a situações de conflitos que desencadeiam os atos violentos praticados contra as mulheres em período de gestação, dado que abordarei no próximo capítulo.

Mas até aqui se percebe apenas o ponto de vista das mulheres sobre as violências praticadas por seus companheiros. Não se deve esquecer que o “imaginário” e o “uso das violências nas relações de gênero implicam uma relação concreta” entre homens e mulheres em cada relação afetivo-conjugal determinada, “relação na qual as mulheres também são participantes ativas e não passivas destas situações” (GROSSI, 1994 p. 478) .

⁵² As autoras realizaram pesquisa com mulheres que prestaram queixas na Delegacia de Mulheres de São Paulo e com algumas que deram à luz no Amparo Maternal da mesma cidade. (OLIVEIRA; VIANNA,1993, p.162)

Foi pensando nisso que determinei a preocupação central desta pesquisa: percebendo que as violências contra as mulheres grávidas constam como um fato existente e pouco explorado na esfera doméstica e/ou conjugal, quais seriam as representações de todos os atores sociais envolvidos com esta questão em relação às violências perpetradas durante a gravidez?

Portanto, para desenvolver este trabalho, tomei como ponto de partida alguns casos encontrados na Delegacia de Polícia da Criança, do Adolescente e de Proteção à Mulher do município de Lages, bem como as representações de outros profissionais envolvidos nesse processo (profissionais do PROCEVIC, Caritas Diocesana de Lages, Conselho Tutelar, entre outros). Como já mencionado, sabe-se que foi desenvolvida uma vasta produção sobre violências contra as mulheres, ocupando uma posição especial entre os estudos de gênero, porém a violência na gravidez foi um assunto pouco explorado na literatura. Nos próximos capítulos apresento os dados de minha pesquisa.

4. O CAMPO EM ANÁLISE: AS REPRESENTAÇÕES DOS ATORES SOCIAIS SOBRE A GRAVIDEZ E RELAÇÕES VIOLENTAS

Este capítulo será dividido em duas partes. Na primeira parte, será contextualizado o campo de trabalho, apresentando as instituições pesquisadas e os informantes entrevistados. Na segunda, farei uma discussão sobre as relações de gênero em Lages, chamando a atenção para as tradicionais razões que engendram violências entre os casais na região, a partir das representações de meus informantes.

4.1 O Contexto da Pesquisa

4.1.1 *Das Instituições e dos Informantes*

Foram selecionados para esta pesquisa representantes da Delegacia de Polícia da Criança, do Adolescente e Proteção à Mulher de Lages, do PROCEVIC, da Cáritas Diocesana de Lages, do Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos e do Conselho Tutelar. Também realizei entrevista com a secretária da assistência social da prefeitura de Otacílio Costa, município vizinho a Lages. A partir de algumas dessas instituições, consegui localizar homens e mulheres que tiveram relacionamentos violentos no período de gravidez e entrevistá-los. Realizei também uma entrevista coletiva, de maneira informal, com um grupo de mulheres⁵³ acompanhadas pela psicóloga do PROCEVIC no que poderia chamar de “grupo focal” (VICTORA:2000). Foram dessa forma realizadas 28 entrevistas individuais e 1 entrevista coletiva.

4.1.1.1 A DPCAPM de Lages

As Delegacias de Atendimento ao Menor e à Mulher foram criadas no Brasil na década de 80, graças aos esforços dos movimentos feministas, representando um passo importante para conferir visibilidade às violências contra as mulheres. (SOARES, 1999; GROSSI, 1994)

⁵³ Todas essas mulheres passaram por violências no período de gravidez.

Sabe-se que existem vários problemas que permeiam essa instituição, porém, embora nem sempre bem-sucedidas e mal-apoiadas pelas instâncias superiores do sistema de justiça criminal, as Delegacias de Atendimento às Mulheres estabeleceram impactos importantes na sociedade, combatendo (mesmo que precariamente) a violência doméstica⁵⁴.

Certamente, a DPCAPM de Lages não foge a essas considerações, conforme pude observar em meu trabalho de campo. A Delegacia de Polícia da Criança, do Adolescente e de Proteção à Mulher do município de Lages situa-se na rua Frei Gabriel, nº 59, no centro da cidade. Está instalada numa casa alugada de dois andares. À época de meu trabalho de campo, a DPCAPM contava com um quadro funcional de 15 policiais: 3 escrivãs de cartório (sendo uma administrativa), 5 investigadoras policiais, 4 escreventes, 1 estagiária, 1 faxineira e 1 delegado. Essa Delegacia foi criada no ano de 1988. O próprio delegado da DPCAPM é quem nos conta a trajetória dessa instituição, vinculada à sua própria carreira:

Essa é a segunda vez que eu trabalho na Delegacia da Mulher. Eu criei a Delegacia da Mulher em Lages quando eu era Delegado Regional. **A minha esposa também é policial e ela foi uma das idealizadoras junto comigo e com a esposa do ex-senador Dirceu Carneiro...** Idealizamos a Delegacia da Mulher, ela nasceu sem nenhuma ajuda do Poder Público, nós alugamos uma casa em frente à Delegacia Regional, montamos toda a Delegacia com móveis todos doados pela comunidade, escrivãzinha, máquina de escrever... A época... Isso foi em 1988. E de lá pra cá a delegacia tem, tem só crescendo. Está estruturada também em relação à informática. Hoje a primeira delegacia de Lages é a Delegacia da Mulher. A Delegacia que tem mais movimento é a Delegacia que tem mais procedimentos. E esse meu trabalho, já se deu por duas vezes: 1990, eu trabalhei de 90 até 1993 na Delegacia da Mulher, e depois agora de 1999 até agora também... Hoje, ainda estamos num local alugado, mas é possível que até o final do ano, estejamos numa delegacia construída especificamente para delegacia da mulher, com todas as necessidades, ela vai ficar junto ao complexo lá, junto à delegacia regional, e vai dar condições para que nós estejamos no nosso ambiente sem termos que inventar porque lá vai ser construído exatamente em função das necessidades da delegacia da mulher". (Entrevista com Dr. Jonas, delegado da DPCAPM de Lages, 03/04/2002).

O Delegado assume a responsabilidade pela fundação juntamente com sua esposa e também com a esposa do ex-senador Dirceu Carneiro, reconhecida líder feminista e militante do extinto PMDB Mulher de Santa Catarina, uma das primeiras organizações de mulheres no Estado. É interessante perceber o empenho e a persistência do delegado em assumir sua fundação, uma vez que as delegacias especializadas são consideradas por diferentes pesquisadoras como uma conquista do movimento feminista⁵⁵. Talvez sua postura em

⁵⁴ O Brasil conta atualmente com mais de 300 delegacias distribuídas em praticamente todos os Estados (DEBERT; GREGORI, 2002)

⁵⁵ Segundo vem sendo discutido por pesquisadoras que estudam delegacias especializadas, a delegacia de apoio as mulheres parece assumir o lugar de menor importância no quadro da Secretaria de Segurança Pública, o que se torna um lugar de "mulheres delegadas". Estranhei no local estudado, o fato do delegado ser um homem e não uma mulher. Indaguei as policiais sobre tal fato ao que me deram respostas diferenciadas: "não importa o sexo

assumir a fundação da DPCAPM de Lages, ressaltando sua importância em comparação a outras delegacias do município, se justifique pela fama e o lugar de prestígio que tem a DPCAPM neste município.

Assim sendo, comecei efetivamente meu trabalho de campo pela DPCAPM de Lages. Mesmo antes de definir esta cidade para realizar a pesquisa, estive nessa instituição nos meses de julho e agosto de 2001, verificando os Boletins de Ocorrência relativos a todo o ano 2000 e parte de 2001⁵⁶.

Dessa forma, meus primeiros contatos aconteceram com as funcionárias da Instituição⁵⁷, as quais, de modo geral, me receberam muito bem, indo aos poucos se acostumando com minha presença. Não cheguei a realizar formalmente entrevistas com essas profissionais à época, pois, como Foote Whyte (1980, p.81), acredito que “é preciso aprender o momento apropriado para perguntar, assim como o que perguntar”.

Nesse contexto, em conversas informais que transcorriam principalmente na cozinha⁵⁸, percebia a curiosidade por causa de minha presença e suas primeiras percepções a respeito

do delegado, uma vez que ele trabalhe e faça a delegacia funcionar”. “Rozeli, a polícia é política”. Ainda uma outra policial me disse: “É melhor que seja um homem, porque temos mais proteção. Uma vez uma mulher chegou aqui e tirou a arma de uma colega e saiu disparando pela delegacia. Ninguém conseguiu segura-la, somente o delegado”. Estes depoimentos me levam a duas pistas de pesquisa: O primeiro diz respeito à questão da “proteção” almejada pelas funcionárias da DPCAPM, questão estudada por uma ex-pesquisadora do NIGS, Silvana Bruder em seu Trabalho de Conclusão de Curso de 1992. Que proteção seria esta? Segundo minhas informantes em Lages seria necessário um delegado homem para “proteger” o corpo de funcionárias e de mulheres vítimas que procuram a delegacia. No contexto tradicional de Lages, marcado por um modelo patriarcal de relações de gênero como veremos adiante, o delegado parece assumir muito bem um papel de patriarca, de pai, o que dá proteção, confirmando uma espécie de “marido ou pai provedor” que além de proteger as mulheres de frequentadoras violentas da delegacia ajuda (e tenta obrigar) as usuárias da delegacia a reordenar sua estrutura familiar, cobrando dos maridos, por exemplo que cumpram seu papel de provedor e de respeito à suas mulheres. Um segundo ponto destes depoimentos diz respeito ao lugar político da delegacia e da polícia: “a polícia é política” no contexto de Lages. Tradicionalmente reconhecidas por realizarem intervenções de âmbito assistencial – conversar, ouvir, aconselhar - e não policial – prender, investigar, processar – trabalhar na delegacia da mulher não contribui, segundo algumas pesquisadoras da área, para uma carreira policial de sucesso, e policiais que para ali são transferidos, acabam por ser subjugados e menosprezados pelos colegas que fazem parte de outras repartições policiais. Isto parece que não acontece em Lages, onde talvez a delegacia seja um lugar reconhecido politicamente como um lugar de poder, tendo esta instituição um papel de maior prestígio político que em outros lugares.

⁵⁶ Foram pesquisados os Boletins de Ocorrência dos 12 meses de 2000, 2001. Posteriormente completei minha amostra com os BOs dos meses de janeiro a abril de 2002. A verificação dos BOs serviu principalmente para confirmar a existência de casos de violências no período de gravidez. Em termos quantitativos, consegui localizar os seguintes dados: Ano 2000, 48 casos envolvendo mulheres grávidas dentre 2481 BOs. Em 2001 foram 34 casos nos mais de 1200 BOs verificados. De janeiro a abril de 2002 foram analisados 654 BOs e encontrados 14 casos. Segundo Profissionais da DPCAPM, esse número poderia ser multiplicado por 3, pois várias mulheres que prestam queixas muitas vezes não dizem que estão grávidas, ou mesmo as próprias escreventes não fazem esse registro.

⁵⁷ Lembro que tive autorização de Dr. Jonas, delegado desta DPCAPM em 30/07/2001, para realizar a pesquisa nessa delegacia.

⁵⁸ Santos, V. (2001, p.101) observa em sua pesquisa realizada nas delegacias de atendimento às mulheres em Florianópolis e Joinville (SC), que a cozinha é um lugar de sociabilidade onde se compartilha intimidade e se realiza parte do trabalho das policiais.

desta pesquisa. Aos poucos fui constatando tanto a dúvida de muitas funcionárias sobre a existência de denúncias registradas nos BOs por mulheres agredidas no período de gravidez, quanto à confirmação deste fato por algumas delas. Transcrevi em uma das passagens de meu diário de campo a desconfiança que senti no início deste trabalho:

[...] estava naquele momento verificando os BOs do mês de novembro/2000, quando resolvi ir até a cozinha tomar um café, encontrando lá uma das policiais de plantão. Ela perguntou se eu estava fazendo pesquisa e de que colégio eu era. Expliquei-lhe que não era de Lages, mas de Florianópolis, sem entrar em detalhes. Ela insistiu nas perguntas e contei-lhe sobre a pesquisa que estava realizando ali na DPCAPM. Assim como uma das escrivãs desta Delegacia, ela me disse que dificilmente encontraria nos BOs registros constando se a mulher que prestou queixa estava ou não grávida. Não lhe contestei, mas já havia encontrado até aquele momento dois casos. Pedi licença e retornei aos boletins. Ao término desta pasta encontrei um total de 4 casos (Diário de Campo, Lages, 30/07/2001).

Mas outras funcionárias da Delegacia de Lages confirmaram a existência desses fatos, inclusive argumentando que essas mulheres “usam a gravidez para se fazerem de vítimas, principalmente quando brigam entre elas”. Considerei esses dados extremamente importantes, os quais ajudaram a complementar na época meus objetivos.

Posteriormente, retornei a Lages em fevereiro de 2002, após a qualificação de meu projeto. Ao mesmo tempo em que verificava o restante dos Boletins de Ocorrência do ano 2001, já com maior intimidade, fui marcando entrevistas com algumas policiais. Quando comentava com as funcionárias sobre as entrevistas, algumas já se pronunciavam, emitindo opiniões sobre a delegacia, sobre os atendimentos, bem como sobre as pessoas que registravam queixas, e algumas estavam felizes por ter *alguém* que iria pesquisar a *delegacia delas*, para provar que estão ali trabalhando e não apenas *batendo ponto*.

Percebi que, por mais que estivessem a par dos objetivos de minha pesquisa, as funcionárias estavam ansiosas para falar sobre os problemas que enfrentavam na delegacia, bem como para argumentar sobre o *tipo de pessoas* que procuravam a DPCAPM para atendimento. Partindo dessa perspectiva, reformulei meu roteiro de investigação, incluindo questões referentes à própria delegacia, e assim as funcionárias puderam *desabafar* suas inquietações relativas à instituição, para daí entrar diretamente no assunto sobre as violências no período de gravidez. Apesar de não estar fazendo uma etnografia diretamente relacionada a DPCAPM, achei por bem anotar alguns dados da delegacia para, no final deste trabalho,

entregar um relatório falando sobre as observações realizadas nessa instituição.⁵⁹ Penso que é o mínimo que posso fazer, retornando para as funcionárias um parecer sobre o funcionamento, o atendimento, e as falhas observadas por mim na DPCAPM de Lages.⁶⁰

Como mencionado, comecei a pesquisa nesta instituição a partir da verificação dos BOs, posteriormente entrevistando as policiais. Mas infelizmente não consegui encontrar durante meus plantões homens e mulheres envolvidos em relações violentas nos períodos de gestação. Porém, com o passar de muitos dias na delegacia, consegui angariar a confiança dessas policiais⁶¹, e elas começaram então a se preocupar com minhas inquietações. Quando retornei a Lages no dia 20/03/2002, duas das policiais reclamaram de minha ausência, e uma delas disse haver conseguido “uma grávida para entrevista”. Explicou-me que a pessoa não havia feito registro na delegacia, era apenas sua conhecida. Outros contatos foram então realizados com a ajuda dessa funcionária, a partir dos dados pesquisados por mim nos Boletins de Ocorrência, e assim comecei efetivamente a realizar os primeiros contatos com mulheres envolvidas em relações de violência durante a gravidez. Lembro-me de que a partir desses contatos consegui entrevistar Graça, Regiane, Carla, Kátia e Mariane, das quais falarei mais adiante.

4.1.1.2 O PROCEVIC

Assim como na DPCAPM, fui muito bem recebida nesta instituição⁶². O coordenador do PROCEVIC – o qual chamarei de Dr. Eduardo – conversou longamente comigo,

⁵⁹ Considero isso um compromisso ético com minhas informantes.

⁶⁰ Aliás, devo conferir que o atendimento realizado nessa Delegacia era de muito boa qualidade. A princípio talvez elas *caprichassem* por causa de minha presença. Mas posteriormente, elas já estavam acostumadas comigo na Delegacia e pude perceber que a maioria das policiais, além de prestarem o atendimento institucional, serviam como *psicólogas*, tendo a sensibilidade muitas vezes de aconselhar - até mesmo a partir de sua própria experiência de vida- e de confortar as mulheres que compareceram (enquanto eu estava realizando meu trabalho) para prestar queixas na DPCAPM.

⁶¹ Inclusive, quando realizava pesquisa na delegacia aos sábados e domingos, ficava algumas vezes sozinha, com a chave da delegacia. As policiais algumas vezes precisavam sair para entregar intimações e confiavam em mim para ficar na instituição. Apesar de não responder ao telefone, atendia as pessoas que ali chegavam e solicitava que aguardassem as policiais. Felizmente nunca tive problemas em relação a esse procedimento.

⁶² O PROCEVIC, Programa de Atendimento às Vítimas de Crime, foi criado pelo Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Justiça, sendo coordenado pela Diretoria da Justiça e da Cidadania. Foi instalado primeiramente nas capitais. Posteriormente, essa instituição começou a tomar espaço também em outras cidades da federação, sendo Lages a primeira cidade do interior do país a ser instalada, em março de 2000. A essa instituição são encaminhados os casos de vítimas diretas de crimes e seus familiares, visando prestar-lhes assistência social, psicológica e jurídica. Seu objetivo é proporcionar a reestruturação pessoal e reintegração ao meio familiar e social, viabilizando o acesso de vítimas de crime aos serviços públicos que lhes são necessários de forma gratuita. Também atua em caráter preventivo à vitimização e revitimização, servindo como controle social de crime. O PROCEVIC de Lages é composto por uma equipe de profissionais, estando entre eles uma assistente social, um advogado, uma psicóloga, um funcionário administrativo, uma secretária,

autorizando a realização de entrevistas com os profissionais, inclusive permitindo minha participação nos atendimentos. Coincidentemente, nesta primeira visita consegui conversar informalmente com Estela, grávida de 6 meses, espancada pelo companheiro. O Dr. Eduardo ficou sabendo pelo rádio⁶³ que essa senhora estava naquele momento na delegacia, e solicitou à DPCAPM para que ela comparecesse ao PROCEVIC. Consegui marcar uma entrevista com Estela para o dia seguinte, acompanhando inclusive o atendimento da assistente social e da psicóloga a esta informante. Também organizei outras datas para entrevistar os profissionais da instituição, vindo a participar do grupo de terapia coordenado por Isadora, psicóloga do PROCEVIC, com 6 mulheres envolvidas em relacionamentos violentos.

Ainda no PROCEVIC conheci Beatriz, que, por possuir uma história afetivo/conjugal bastante atribulada e violenta, tornou-se uma de minhas principais informantes. Quando a entrevistei não estava mais grávida. Tinha tido um filho há 2 meses. Porém, como já estava acompanhando seu caso a partir dos Boletins de Ocorrência da DPCAPM, não poderia dispensá-la como informante.

Apesar de não ter permanecido um grande número de horas nesse estabelecimento, não deixei de analisar os comentários de várias pessoas que estavam aguardando algum tipo de atendimento. Algumas contavam sobre sua separação, outras sobre a terapia, outros ainda elogiavam o atendimento dos profissionais, e outros só observavam como eu. Dessa forma, ficava ouvindo e analisando os comentários dessas pessoas, que acabaram assumindo o papel de informantes indiretos sobre os procedimentos do PROCEVIC. Conforme nos lembra Humberto Eco “nada se perde numa tese. Até o tempo de uma sala de espera serve...”(ECO, 1977)

4.1.1.3 Outras Instituições e Informantes: Cáritas Diocesana de Lages, Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos e Conselho Tutelar

Na Cáritas Diocesana de Lages⁶⁴, tive a oportunidade de entrevistar Irmã Lúcia, vice-presidente e assessora da Cáritas e Diretora da Irmandade Nossa Senhora das Graças⁶⁵, e

um motorista, bem como o coordenador do Programa. (Estas informações foram fornecidas pelo coordenador do PROCEVIC de Lages, bem como estão explicitadas no folder da instituição)

⁶³ Naquela tarde em que estive no PROCEVIC, uma das rádios da cidade fez entrevistas com as mulheres que estavam naquele momento solicitando apoio da DPCAPM, transmitindo ao vivo as informações.

⁶⁴ A Cáritas é um organismo da Igreja a serviço da Pastoral Social, presente em 150 países desde 1950, surgindo no Brasil em 1956. Sua criação teve como objetivo socorrer as regiões do mundo, vítimas de epidemias, inundações, guerras, etc. É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico. Criada em Lages no ano de 1969, desenvolve amplo trabalho de assistência social, possuindo uma equipe de 25 assessores e 488 agentes voluntários, os quais trabalham em parceria com a comunidade e com outras

também Padre Heloir, coordenador da equipe executiva. Em função do trabalho realizado por esses profissionais, ambos possuem conhecimento de casos referentes à violência familiar, já que diariamente estão em contato com a comunidade.

Em relação ao Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos, entrei diretamente em contato por telefone com Dr. Hermes, diretor da instituição cuja especialização profissional é ginecologia e obstetrícia; além de efetuar atendimentos em seu consultório, ele também dirige esse hospital/maternidade e aí realiza plantões. Como informado na DPCAPM, algumas mulheres grávidas envolvidas em relacionamentos violentos são encaminhadas para essa instituição. Assim sendo, o referido profissional mantém contato com muitas dessas mulheres, tornando-se o único informante com olhar *médico* sobre as questões de violências envolvendo mulheres grávidas e seus companheiros.

No Conselho Tutelar, conversei com Ana Maria, jornalista e conselheira da instituição há 3 anos. Percebendo que entrevistá-la naquele ambiente era muito difícil devido ao intenso movimento, marquei a entrevista com ela na Cáritas Diocesana, pois tinha o apoio de Padre Heloir para usar o espaço para entrevistas.

Coincidentemente, quando fui ao Conselho confirmar a entrevista com Ana Maria, encontro Alcenir, companheiro de Beatriz. Realizei ali mesmo no Conselho Tutelar uma entrevista com este informante, participando posteriormente de uma conversa informal entre ele, Beatriz e um dos funcionários do Conselho.

Fui levada a Gisele, secretária da assistência social da prefeitura de Otacílio Costa, por intermédio de uma amiga do mestrado e também professora da UNIPLAC. Gisele era sua aluna, e quando, através de conversas informais, a profissional soube de minha presença em Lages interessou-se pela pesquisa. Realizamos então um primeiro contato por telefone, para posteriormente efetivarmos a entrevista. Gisele trabalhava diretamente com pessoas de sua comunidade, encaminhando para as instituições - tais como Conselho Tutelar, Delegacia, PROCEVIC - nos casos de violência doméstica.

Ainda por intermédio de Padre Gerson, amigo de Padre Heloir, consegui entrevistar Zelândia e Cledenir, este último filho de uma senhora que frequenta sua paróquia. Dona Nair o procurou solicitando ajuda, pois Cledenir andava espancando Zelândia de apenas 15 anos, a

organizações sociais nos municípios da região serrana. Realiza acompanhamento de 1.200 crianças e adolescentes carentes, entre 7 e 14 anos, e conseqüentemente de suas famílias. A entidade oportuniza ingresso à escola, trabalha para a redução da violência, desenvolve atividades extracurriculares, além de educação religiosa ecumênica. (Informações obtidas a partir de um *folder* da Instituição)

⁶⁵ Instituição que atende crianças carentes em atividades extracurriculares.

qual na época se encontrava com 1 mês de gravidez. Padre Gerson perguntou a Dona Nair se, além dele, poderia outra pessoa conversar com o casal. A mãe de Cledenir consentiu no pedido, e posteriormente marcamos a entrevista. Não preciso dizer que neste caso, além realizar a entrevista com os dois informantes, fiz também o papel de *conselheira conjugal*.

A seguir, apresento alguns dados para identificação dos profissionais relacionados a essas instituições. Em seguida, consta a tabela das mulheres que fazem terapia em grupo com a psicóloga do PROCEVIC. Posteriormente, as tabelas que identificam as mulheres e os homens envolvidos efetivamente nos casos de violências na gravidez entrevistados para esta pesquisa.

**DELEGACIA DE POLICIA DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DE PROTEÇÃO A MULHER DE LAGES - DPCAPM**

Tabela Informantes: Policias da DPCAPM

Nome	Idade	Profissão/ Cargo	Quantos anos como Policial	Qtos anos DPCAPM	Instrução	Local Nascim.	Estado Civil	Filhas/ Filhos
Dr. Jonas	54	Delegado	21anos	7 anos	Superior completo/Direito	Piratuba SC	Casado	1 filha e 1 filho
Liliane	30	Escrivã	5 anos	2 anos	Superior completo/Admin.	S. Joaquim SC	Casada	2 filhos
Janaína	37	Investigadora	14 anos	10 anos	Superior cursando Direito	Porto Alegre RS	Casada	1 filha e 1 filho
Isabela	42	Escrevente	18 anos	10 anos	Superior completo/Direito	Lages SC	Solteira	-
Neusa	50	Escrevente	12 anos	12 anos	Ensino médio completo	Lages SC	Solteira	-
Janine	26	Escrevente	8 anos	8 anos	Superior cursando Direito	Capinzal SC	Solteira	-
Lidiane	50	Escrevente	28 anos	3 anos	Superior cursando Direito	Campos Novos SC	Casada	2 filhos
Nelise	38	Escrivã	5 anos	8 meses	Superior Economia Curs. Direito	Guaraciaba SC	Casada	1 filho
Simone	40	Investigadora	8 anos	1 ano	Superior Cursando Direito	Lages SC	Divorc.	1 filha

Entrevistas Individuais

Observa-se, a partir da tabela, que as profissionais entrevistadas possuem curso superior completo ou em andamento, excetuando-se apenas uma policial da Delegacia. A idade dessas profissionais varia entre 26 e 54 anos, e observo que foram entrevistadas oito mulheres (duas Escrivãs, duas Investigadoras e quatro escreventes) e um homem (delegado desta Instituição). Cinco policiais são casados e possuem entre um e dois filhos, uma delas é divorciada, possuindo uma filha, e 3 delas solteiras, não tendo filhos. Todas são policiais há mais de cinco anos, sendo que algumas funcionárias trabalham na delegacia de mulheres há mais de dez anos. Com exceção de Janaína, que nasceu em Porto Alegre, RS, as demais funcionárias são todas nascidas em cidades do interior de Santa Catarina.

PROCEVIC

Tabela Informantes : Profissionais PROCEVIC

Nome	Idade	Profissão/ cargo	Qtos anos PROCEVIC	Instrução	Local Nascim.	Estado Civil	Filhas/ Filhos
Eduardo	46	Servidor público Coord. PROCEVIC	2 anos	Superior Direito	Lages - SC	Casado	2 filhos
Isadora	33	Psicóloga	2 anos	Superior Psicologia	Florianópolis SC	Solteira	-
Andréa	26	Assistente Social	9 meses (demitiu- se recentemente)	Superior Assist. Social	S. Joaquim SC	Solteira	-
Paulo	41	Advogado	1 ano e 2 meses	Superior Direito	Antônio Prado RS	casado	2 filhas 1 filho

Entrevistas Individuais

Do mesmo modo que os profissionais da DPCAPM, os funcionários do PROCEVIC possuem curso superior completo. Os dois homens entrevistados são formados em Direito e casados. Dr. Eduardo tem 46 anos, dois filhos, é natural dos Campos de Lages e trabalha como coordenador dessa instituição há dois anos. Dr. Paulo, 41 anos, duas filhas e um filho, é nascido em Antônio Prado, interior do RS, trabalhando como advogado no PROCEVIC há um ano e dois meses. As duas mulheres entrevistadas são solteiras e não possuem filhos. Isadora tem 33 anos, é psicóloga nessa instituição há 2 anos e natural de Florianópolis. Andréa é assistente social, trabalhou no PROCEVIC por 9 meses e é nascida em São Joaquim.

Profissionais de Várias Instituições

Tabela Informantes

Nome	Idade	Profissão cargo	Instituição	Tempo trabalho	Instrução	Local Nascim.	Estado Civil	Filhas/Filhos
Irmã Lucia	44	Profª/Freira Vice presidente/ Diretora	Cáritas Diocesana/ Irmandade N. Sra das Graças	20 anos profª 22 anos freira	Superior Pedagogia c/ especializ.	Abelardo Luz SC	solteira	-
Padre Heloir	51	Profº/Padre Coorden.	Cáritas Diocesana	20 anos padre	Superior Filosofia c/especializ. e mestrado	Tubarão SC	Solteiro	-
Dr. Hermes	43	Médico/ Diretor	Hosp.Matern. Tereza Ramos	23 anos médico	Superior Medicina	Lages SC	Casado	3 filhas
Ana Maria	33	Jornal/Con- selheira Tutelar	Conselho Tutelar	3 anos Conselho	Superior Jornalismo	São Paulo SP	Casada	1 filha 1 filho
Gisele	33	Secretária Assist. Social	Prefeitura Otacílio Costa	1 ano na Prefeitura	Superior Ed. Artística	Curitiba nos - SC	Casada	1 filha

Entrevistas Individuais

Aqui também todos os profissionais possuem curso superior completo nas mais diversas áreas. São ao todo 3 mulheres e 2 homens que trabalham em instituições diferentes, com exceção de Irmã Lucia e Padre Heloir. Os dois, além de religiosos, são formados em outras áreas. Irmã Lucia é pedagoga há 20 anos, faz parte da Cáritas e é Diretora da Irmandade Nossa Senhora das Graças. Tem 44 anos, sempre foi solteira e não tem filhos. Padre Heloir também faz parte da Cáritas e trabalha na FACVEST (Faculdade de Ensino Superior de Lages) como professor de Sociologia. Tem 51 anos, solteiro e não tem filhos. Dr. Hermes é Diretor do Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos. É obstetra, tem 43 anos, casado, possui três filhas, estando nessa profissão há 23 anos. Ana Maria e Gisele têm a mesma idade - 33 anos. Ana Maria é jornalista e trabalha no Conselho Tutelar há 3 anos. Casada, possui um casal de filhos. Gisele é professora de educação artística e secretária da assistência social de Otacílio Costa, município vizinho a Lages, há um ano. Como Ana Maria, também é casada e possui uma filha. Todos nasceram em cidades do interior de Santa Catarina, exceto Ana Maria, que é paulista.

Tabela Informantes:**Grupo de Terapia PROCEVIC/Mulheres envolvidas em relacionamentos conjugais violentos**

Nome	Idade	Profis.	Nº de Relacionamentos	Estado Civil	Número Filhos	Denúncias na DPCAPM
Nina	32	Do lar	casada por 2 vezes	Separada	7 filhos	Prestou 24 queixas
Clarice	42	Do lar	Casada 1 vez. O marido abandonou e retornou	Casada	2 filhos	Não
Francisca	16	Do lar	casada 1 vez	casada	1 filho	Não disse
Ângela	50	Do lar	casada 1 vez	casada	5 filhos	Não disse
Zeila	42	Cozinheira	casada 2 vezes	Separada	4 filhos	Não disse
Lucia	47	Do lar	Casada 1 vez	Separada	2 filhos	Não

Entrevista Coletiva

Em relação ao grupo de mulheres entrevistadas coletivamente, suas idades variam entre 16 e 50 anos. Somente Zeila trabalha como cozinheira e as demais são donas de casa. Entre as 6 mulheres, 3 delas estão separadas e 3 ainda continuam com os companheiros. Francisca, de 16 anos, tem 1 filho. As outras mulheres possuem entre 2 e 7 filhos. Apenas Nina e Zeila tiveram mais de um casamento. Em relação às denúncias realizadas na DPCAPM, somente consegui captar que Nina fez 24 queixas. Nessa entrevista coletiva não tive oportunidade de obter dados mais específicos sobre cada uma das participantes, como, por exemplo, sua escolaridade. Todas se apresentavam extremamente fragilizadas, o que impediu de certa forma um contato mais aprofundado.

Tabela Informantes: Mulheres

Nome	Idade	Instrução	Profissão	Local Nascim.	Bairro Resid.	Religião	Estado Civil	Gravidez	Queixas DPCAPM
Carla	20	cursando ensino médio	Estudante (parou)	Tubarão - SC	Bela Vista	católica	Solteira	1ª	1 queixa
Estela	33	ensino fundam. incompleto	do lar	Lages – SC	Morro Grande	católica	casada	5ª	2 queixas
Graça	34	ensino médio completo	Costureira (está parada)	Campos Novos - SC	Vila Nova	católica	casada	3ª	Não prestou queixa
Kátia	22	cursando ensino médio	Estudante (parou)	Lages – SC	Petrópolis	católica	separada ofic.	1ª	1 queixa
Regiane	23	ensino médio completo	Costureira (trab. c/mãe)	Lages –SC	Penha	espírita	separada ofic.	1ª	1 queixa
Zelândia	15	ensino fundam. incompleto	do lar	S. Joaquim SC	S. Cristóvão	católica	casada	1ª	Não prestou queixa
Beatriz	21	ensino fundam. incompleto	do lar	Lages –SC	Sta Catarina	católica	casada	2ª	5 queixas
Mariane	20	ensino fundam. incompleto	do lar	Buritama - SP	B. Cristal	católica	separada	2ª	1 queixa

Entrevistas Individuais

Referente ao grau de instrução dessas informantes, apenas duas delas possuem o ensino médio completo e outras duas estão cursando. As demais pararam de estudar em meio ao ensino fundamental. Suas idades variam entre 15 e 34 anos. Todas tiveram sua primeira gravidez entre os 15 e 23 anos. Também mantinham relação estável com seus companheiros, convivendo na mesma residência em bairros populares da região. Como veremos, nenhuma dessas mulheres possuía emprego fixo à época da pesquisa (somente Regiane trabalhava com a mãe), sendo o companheiro responsável pelo sustento familiar. Todas, com exceção de Graça e Zelândia, prestaram pelo menos uma queixa na DPCAPM. Carla, Kátia, Regiane e Mariane estavam à época separadas de seus companheiros. Estela, Graça, Beatriz e Mariane tiveram mais de uma gravidez. Todas nasceram no interior de Santa Catarina, com exceção de Mariane, que veio de Buritama, São Paulo, com 10 anos de idade⁶⁶.

⁶⁶ Outros dados das informantes serão descritos no desenrolar da escrita da dissertação.

Tabela Informantes: Homens

Nome	Idade	Instrução	Profissão/ Renda	Local Nascim.	Bairro Resid.	Religião	Estado Civil	Filhas/ Filhos
Cledenir	20	ensino Médio completo	Embalador 500,00	São Joaquim SC	S. Cristóvão	Católica	casado	primeiro
Alcenir	25	ensino fundam. Incompleto	Garçom Desempregado	Lages – SC	Sta Catarina	Católica	casado	segundo

Entrevistas Individuais

Quanto aos dois homens entrevistados, Cledenir, 20 anos, é companheiro de Zelândia há dois e vai ser pai pela primeira vez. Alcenir, 25 anos, tem dois filhos e é companheiro de Beatriz há quatro anos. À época da pesquisa, apenas Cledenir estava trabalhando. Alcenir havia perdido recentemente emprego em que trabalhava como pedreiro. Disse estar acostumado a trabalhar de garçom. De qualquer modo, ambos se consideravam provedores de suas famílias. Em relação ao grau de instrução desses dois informantes, Cledenir possui ensino médio completo, ao contrário de Alcenir, que não chegou a completar o ensino fundamental. Como suas esposas, nasceram em cidades do interior de Santa Catarina.

No universo pesquisado, todos os profissionais entrevistados possuem curso superior completo ou em andamento, excetuando-se apenas uma funcionária da Delegacia, conforme verificado. Por outro lado, homens e mulheres entrevistados que participam dessas relações violentas mal possuem o ensino médio ou fundamental. Também estes últimos informantes moram em bairros populares da cidade de Lages, conforme pude verificar com as polícias da delegacia e pelas visitas que realizei à casa de algumas de minhas entrevistadas. Inclusive, quando perguntava às policiais como fazer para chegar a determinado bairro, elas me aconselhavam a ir na parte da manhã ou no começo da tarde, nunca à noite, pois consideravam esses lugares como pontos perigosos da cidade.

Diante dessa perspectiva, percebi um certo grau de comparação imposto pelos profissionais em relação às pessoas que procuram atendimento nessas instituições. Durante meu trabalho de campo, observei que os próprios profissionais se classificam, de uma maneira ou de outra, como pertencentes às camadas médias da região de Lages. Sempre existia uma comparação entre *nós* – profissionais escolarizados – e *eles/elas*, pobres coitados, analfabetos, bêbados, *sem-vergonhas* e drogados, o que lembra inclusive uma das críticas realizadas por Claudia Fonseca (2000) à estigmatização feita *aos pobres* de nossas favelas brasileiras:

Há séculos, os discursos das classes privilegiadas sobre o comportamento dos pobres oscila entre a compaixão e a condenação indignada. Enquanto os etnólogos vão longe para encontrar povos exóticos, cujo estudo nos ensina ‘verdades fundamentais do homem’ os costumes de nossos pobres apenas são considerados para facilitar a intervenções educativas (para ‘ajudar’ ou ‘recuperar’). Em nossas favelas, raramente reconhecemos uma cultura digna de interesse quando não há um distanciamento étnico (ciganos, negros, etc.) ou histórico (os ‘quilombos’ do século XVIII). **Por mais que se admita que ‘eles’, os pobres nos seus guetos, sejam nitidamente diferentes de ‘nós’,** esta diferença é interpretada como forma degenerada ou patológica de nossa organização social, ou seja, a das classes dominantes. Para falar de povos longínquos, agilizam-se conceitos tais como ‘ritos agonísticos’, ‘sociabilidades tribais’ e ‘famílias consanguíneas’. Chegando perto de casa, estes são substituídos por termos tais como ‘violência’, ‘promiscuidade’ e ‘famílias desestruturadas’. Relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos. (FONSECA, 2000, p. 13-14) Grifos meus.

Fonseca sublinha o quanto essa alteridade entre *nós* e *eles/elas*, ou seja, homens e mulheres pertencentes às camadas populares, é marcada de maneira radical e até mesmo *repugnante*, ressaltando a dificuldade que *nós pesquisadores* temos em relativizar nossa própria organização social.

Neste sentido, é interessante ressaltar que todos os profissionais entrevistados – todos – admitem que a violência doméstica não tem fronteiras entre as camadas sociais. Porém,

diante de suas representações, uma das principais razões que levam homens e mulheres a se envolverem em relacionamentos violentos e procurar as instituições de apoio está diretamente relacionada ao fator econômico, isto é, brigam porque são pobres, não têm *cultura*, como muitas vezes escutei os profissionais falarem informalmente e também durante as entrevistas.

É muita falta de cultura. O que tá faltando é cultura. Eu acho assim que seria uma ... os órgãos do governo, assim esse empreguismo que deveria fazer assim tipo uma, um curso profissionalizante pra mães, sabe? é só convivendo com pessoas mais **instruídas** que ela vai aprender a viver também. Agora vive ali naquele mundinho ali não sai dali. **Falta do que fazer, falta de instrução que gera violência.** (Neusa, 50 anos, Escrevente. DPCAPM, Lages, 01/03/2002)

A **falta de cultura**, a **falta do que fazer**, a **falta de instrução** é o que gera a violência. Noutras palavras a *pobreza* é o que gera a violência. As camadas abastadas da população até brigam “mas são mais discretas”, dizia uma das profissionais:

É diferente. As de classe média também vem mas os casos normalmente já estão encaminhados. **A classe média tem outra visão das coisas.** Quando vem pra delegacia vem pra separar mesmo. Não vem aqui porque brigou com a vizinha. São casos na maior parte das vezes mais definitivos.” (Janine, 26 anos, Escrevente. DPCAPM, Lages 27/02/2002).

Existe portanto uma dicotomia que se constitui para marcar uma diferença entre os grupos, um contraste entre os que procuram as instituições e os que trabalham nelas.

Alinne Bonetti (2000) ao realizar pesquisa junto ao grupo de Promotoras Legais Populares (PLPs) de Porto Alegre, percebe que também existe uma dicotomia que recorta as classes, porém essa classificação não parte exclusivamente das profissionais, mas das próprias promotoras populares, que se definem como “mulheres populares, vileiras, de base” ou seja, “as mulheristas” :

O mais interessante ... ao meu ver, está na produção de um termo novo, as mulheristas, como sendo aquelas mulheres que estão nas bases, que têm a prática e que se preocupam com as questões ‘reais’ das mulheres... Este neologismo vem para marcar uma peculiaridade, com o intuito de explicar a distinção entre estes dois tipos de sujeitos políticos. Ao meu ver, a idéia de ‘questões reais das mulheres’ além de estar evidenciando uma valorização da experiência prática, explicita uma diferença entre as mulheres marcada, sobretudo pela pertença de classe. (BONETTI, 2000, p.143)

Ao contrário das PLPs de Bonetti, a marca diferencial no meu campo recai sobre o valor negativo direcionado pelos profissionais às camadas populares: o sujo, o pobre, o bêbado, o drogado, o que não tem o que fazer, o que não é instruído...

Em primeiro lugar, tomando o conceito de “cultura popular” referido por Duarte (1987), conseguimos relativizar que os grupos populares possuem uma lógica própria, distinta do padrão dominante: “se aí há uma ‘cultura’, ela é diferente da nossa, e diferente não no sentido de pequenas variações, mas no sentido forte e verdadeiramente contrastivo”. (DUARTE, 1987, p.213)

Em segundo lugar, deixando o fator econômico e o grau de escolaridade de lado, para avaliar como pensam tanto os profissionais como as mulheres que prestam queixas, podemos nos surpreender verificando que, em relação a *uma visão de mundo* e a um *ethos*⁶⁷ cultural que emerge entre a população regional, esses pensamentos podem ser similares em vários aspectos: “mulher na verdade gosta mesmo é de apanhar”... “eu queria mesmo era ser esposa de delegado pra não precisar mais trabalhar”... “a minha vizinhança ultimamente está um horror”... “a gravidez para mim é uma coisa santa”... dentre outros comentários pertinentes a ambas as partes.⁶⁸

Dessa forma, lembrando algumas considerações feitas por Gilberto Velho (1994), as fronteiras que demarcam as camadas médias se tornam “variadas” e “fluidas” e acabam muitas vezes por se misturar as camadas populares:

O universo das camadas populares brasileiras é, portanto, amplo, variado e heterogêneo. Além da classe trabalhadora, propriamente dita, no campo e na cidade, identificamos camponeses, pequenos proprietários ... empregados domésticos, funcionários públicos, colarinhos-brancos ... diversos setores das camadas médias, moradores de favelas, conjuntos, subúrbio, periferia, etc.” (VELHO, 1994, p.69)

Pode-se aferir a partir dessa perspectiva, que entre *nós* e *elas*, embora apresentemos diferenças, essa questão parece não excluir a possibilidade de uma certa circulação entre as classes.

⁶⁷ Estou aqui definindo *ethos* e *visão de mundo* conforme Geertz: “Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo ‘ethos’, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo ‘visão de mundo’. O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A *visão de mundo* que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade.” (GEERTZ, 1978, p. 143-144)

⁶⁸ Essas diferenças marcadas pelos profissionais não significam que eles acabem por atender mal as mulheres que buscam apoio nos órgãos competentes. Ao contrário, o atendimento nas instituições pesquisadas se configurou muito melhor do que eu esperava. Pude captar essa perspectiva através da observação participante, bem como pelas perguntas que fiz a todas as minhas informantes envolvidas em relações violentas como foram atendidas nas instituições de apoio. Todas sem exceção disseram que foram bem atendidas, inclusive elogiando os serviços dos profissionais.

A partir dos próximos capítulos, faço uma análise em relação às violências perpetradas durante de gravidez através das representações desses informantes, ressaltando as diferenças entre os *olhares* dos profissionais e os dos homens e mulheres envolvidos em relações conjugais violentas nesse período, diferenças que são também diferenças de classe.

4.2 As relações de gênero em Lages e as *tradicionais* razões para as violências

4.2.1 *A honra ligado à colonização portuguesa na região*

A fazenda de criação de gado foi a base da colonização, do povoamento e do desenvolvimento da região do planalto serrano. Os primeiros núcleos populacionais nos Campos de Lages se desenvolveram sob a influência da cultura de fazenda. Primeiramente, na grande propriedade se estabelece a família de tamanho extensa. O fazendeiro, nas condições geo-políticas, econômicas vigentes, além da sua família consanguínea, não podia dispensar a presença de uma clientela estabelecida por agregados, peões, e capatazes. Desenvolve-se um modelo de sociedade patriarcal, sustentada na autoridade do chefe, o fazendeiro conhecido como ‘dono de terra, gado e gente’. (BITENCOURT, 2000)

Este texto nos fala da cultura da fazenda como uma cultura que caracteriza a região estudada. Uma das visões nativas expressa no discurso de vários informantes é que Lages possui uma herança cultural alicerçada em “complexa miscigenação de etnias”. Por sua constituição histórica, desde o caboclo até o espaço simbólico da fazenda e, posteriormente, pela extração da madeira, assume características significativas em relação às noções de honra herdada dos italianos e principalmente dos portugueses, como me disseram alguns informantes:

“Aqui tem toda uma **tradição do macho e do serrano**, e daí é uma história que vem de longe... do mediterrâneo, que ainda conservam aquele tipo de sociedade... aqui em Lages, isso remonta lá do tempo dos portugueses...”. (Padre Heloir, 51 anos, professor, Coordenador Cáritas Diocesana de Lages. 08/04/2002)

“Ah, Lages tem umas coisas interessantes. Por exemplo, o fato das pessoas observarem **esse tal de código de honra**, né? Isso é muito natural entre as pessoas de origem portuguesa. E aqui em Lages, grande parte das pessoas é de origem portuguesa, e isso faz com que isso ocorra...” (Dr. Jonas, Delgado da DPCAPM. Lages, 03/04/2002).

As noções de honra nessa sociedade ainda figuram como um elemento simbólico perante a representação de alguns de meus informantes, os quais acreditam que o homem serrano segue a tradição histórica de um modelo de sociedade patriarcal, alicerçada na cultura

da fazenda e de criação de gado. Tomemos como exemplo o discurso de Dr. Eduardo, nativo dos Campos de Lages:

A cultura do planalto serrano e parte do oeste do Estado, é uma cultura ligada a força de uma forma geral. Porque historicamente lidam com força, com a criação de gado, com extração de madeira, sendo necessário a força bruta pra isso. E o homem historicamente transpôs isso pra sua personalidade... **Nestas duas regiões mata-se pra defender a honra e mais: suicida-se em nome da honra...** é uma questão cultural da região, aqui o marido é o provedor, é o macho, é ele quem manda, é o patriarcado. E é difícil você mudar um conceito histórico que tem mais de 250 anos na nossa região, é como uma nova realidade”. (Dr. Eduardo, coordenador PROCEVIC. Lages, 29/02/2002).

Retirar a própria vida nestas circunstâncias, lembra o que Ondina Fachel Leal (1997) discute sobre os suicídios entre os gaúchos no Rio Grande do Sul, onde os indivíduos vêm uma saída honrosa para a perda de seus atributos masculinos, estabelecida a partir da perda de sua capacidade física ao ficarem mais velhos. Segundo a autora, essa é uma prática comum entre os homens, não despertando surpresas entre o grupo de convivência, pois o suicídio é aceito como um ato “justificado” e “heróico”.⁶⁹

Pode-se interpretar a narrativa de meu informante – “mata-se pra defender a honra e mais: suicida-se em nome da honra” – a partir do fato de que esses atos também simbolizam a “perda dos atributos masculinos” conforme refere Leal (1997). Porém o significado de *matar* e *morrer* nas explicações de meu interlocutor direcionam-se para a falta de controle da conduta da “mulher amada”, a qual mancha a honra do homem lhe colocando “guampas”⁷⁰, ou, nos termos de Pitt-Rivers “cornos”.⁷¹

.. a ofensa extrema à honra de um homem não se refere a sua própria conduta, mas a de sua mãe, de sua irmã ou de sua filha, que tem o mesmo sangue – ou de sua mulher, cuja conduta leviana poderia fazer dele um cornudo”... “pois o grande perigo para honra de um homem vem de suas mulheres, e a falta de honra das mulheres lhes vem de seus homens (PITT-RIVERS, 1992, p. 25) .

De qualquer forma, nestes dois casos a única saída para aquele que perdeu seus atributos masculinos seria a morte, pois ele não conseguiria conviver com a marca da desonra

⁶⁹ Esses homens são solteiros (não possuem regularmente uma companhia feminina), trabalhadores ativos e, segundo a autora, exímios ginetes. Levavam uma vida normal dentro de seus padrões culturais. Porém, quando não encontram respostas sobre “o sentido de suas vidas” ou sobre “o que é a morte”, ficam tristes e sentem-se sozinhos. Dessa maneira, decidem pelo suicídio que, aliás, é respeitado pelo grupo: “él enfrenta la muerte, em lugar de esperar por ella como lo hace una mujer vieja”. (LEAL, 1997, p. 116)

⁷⁰ Segundo Fonseca (2000, p.133), sinônimo gaúcho de “cornudo”.

⁷¹ Sobre discussão de *honra, conflito e gênero*, ver Bernadette Grossi dos Santos (2001).

e da vergonha, as quais lhe seriam cobradas infinitamente pelos indivíduos de sua convivência.

Em Lages, apenas uma história de suicídio apareceu nas exposições de meus informantes. O pai biológico estuprou sua própria filha, que veio a engravidar. Um caso de incesto, considerado comum na cidade de Lages segundo meus informantes, apesar de serem recorrentes aqueles em que o personagem do estupro geralmente é o padrasto. Nesse caso, a garota tinha à época 15 anos, e sua mãe procurou apoio na DPCAPM e no PROCEVIC. Quando o caso tornou-se público, o *pai-avô*, nos termos propostos por Lourdes Bandeira e Mireya Suárez (1999)⁷², não agüentou a vergonha de seu ato incestuoso, vindo a suicidar-se.

Tem um caso aqui de violência doméstica, que o próprio pai estuprou a filha e acabou posteriormente se suicidando. O pai estuprou a menina, ela engravidou, e quando a mãe soube, no começo ela não acreditou, mas depois viu que era verdade. Foi registrada a queixa na delegacia e posteriormente foram encaminhadas ao PROCEVIC e quando o pai da menina soube, que haveriam todos aqueles encaminhamentos... **bom ele não agüentou** [vergonha e desonra] **e se enforcou** [a morte como única saída para justificar sua desonra] (Isadora, 33 anos, Psicóloga PROCEVIC. Lages, 06/03/2002).

Outro informante que acompanhou esse processo salientou que os tios da menina também ficaram a par desses acontecimentos e, diante da situação, queriam linchá-lo para salvar a honra da família, uma vez que “honra se lava com sangue”.

Vários depoimentos reforçaram a idéia de que a região é muito *tradicional*, tendo na honra um ponto central dos valores familiares:

É... essa nossa região aqui é uma região muito... é tradição. Essa região de Lages, é um local que mantém muito assim a ... os costumes familiares. Tem que namorar pra casar, noivar, essas coisas assim. Não se admite essa questão de relacionamento de pai com filha, ou padrasto com filha. **A honra aqui tem muito valor ainda.** (Dr. Paulo, 41 anos, advogado PROCEVIC. Lages, 11/04/2002).

A honra em Lages é um categoria nativa de grande significado social e nos remete ao conceito de honra, conceito clássico nos estudos de antropologia do mediterrâneo (PITT RIVERS, 1992; PERISTIANY, 1988; BOURDIEU, 1999), tem sido usado como um conceito central por inúmeras pesquisadoras brasileiras do campo de estudos de gênero (FONSECA, 2000; GROSSI, 2000; MELHUS, 1990; VALE DE ALMEIDA, 1995). Considero o conceito de honra fundamental para a análise de meu campo de estudos, uma vez que honra foi uma

⁷² BANDEIRA, Lourdes e ALMEIDA, Tânia Mara Campos. “O pai-avô: o caso de estupro incestuoso do pastor”. In: BANDEIRA, L. & SUÁREZ, M. (Orgs.) et al. Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal. Brasília, Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

categoria muito usada por meus informantes como explicação para a incidência das violências contra as mulheres em Lages.

4.2.2 “*Eles podem, elas não podem...*”

Uma das razões que produz intensos conflitos entre os casais e que aparece constantemente no discurso de meus informantes diz respeito aos relacionamentos extra-conjugais, relacionamentos que fazem parte do modelo de *dupla moral* tão observada nos estudos que vêm a honra como uma categoria central para entender as relações de gênero no mundo mediterrâneo. Muitos de meus informantes se referiram às amantes dos homens casados como uma das razões recorrentes para conflitos conjugais.

Segundo Miriam Goldenberg (1995), para os homens brasileiros ter amantes sempre foi um símbolo de “poder” e de “status”, ao contrário das mulheres, que, sendo amante, a partir do imaginário social brasileiro era (ou ainda é) considerada uma mulher “destruidora de lares ou uma prostituta”. A autora argumenta que a emancipação feminina ajudou a redefinir os papéis das mulheres, e que as esposas não estão mais aceitando – como ocorria há poucas décadas - que seja *natural* seu marido ter uma amante.

A outra faz parte do imaginário social brasileiro como uma mulheres destruidora de lares ou como uma prostituta que ameaça os casamentos. Para os homens, ter amantes sempre foi um símbolo de poder e de status. Hoje, com a emancipação feminina, redefinem-se os papéis tanto da *Outra* como da própria esposa, que não aceita mais como fato natural o seu marido ter uma amante. Com o questionamento da ‘dupla moral’, o adultério deixa de ser encarado apenas como parte da natureza masculina, como uma tendência inata dos homens (GOLDENBERG, Miriam, 1995:146).

Porém, segundo meus informantes, embora esteja havendo uma transformação nas atitudes de homens e mulheres, muitas queixas na Delegacia encaminhadas ao PROCEVIC sugerem que relacionamentos extra-conjugais representam ainda uma grave razão para os desentendimentos entre os parceiros. Além disso, existe uma forte indicação de que na região de Lages, a *outra* continua representando um signo de virilidade, sendo proibido às esposas sua não-aceitação. A ameaça de separação por parte da mulher pode inclusive provocar situações bastante perigosas, como veremos a seguir.

O caso em questão envolve Elaine, grávida de 6 meses, quando registrou a primeira ocorrência na delegacia:

QUEIXA NA DPCAPM:

<p>HISTÓRICO: “compareceu nesta Delegacia a vítima relatando que foi agredida fisicamente pelo autor, seu companheiro, após vítima tê-lo apanhado com uma amante. Que, no dia dos fatos a vítima seguiu com um táxi o companheiro e o viu com a amante e quando chegou em casa o autor lhe atirou bebida alcoólica no rosto e lhe agrediu com um chute além de ameaçá-la com uma faca. A comunicante está grávida de 6 meses.” (BO nº tal/2002)</p>
--

O caso me foi relatado por Dr. Paulo da seguinte forma: Elaine desconfiava que seu companheiro estava saindo com outra mulher. Resolve segui-lo de táxi, quando, de repente, o pega em flagrante, abraçado com “a outra” dentro de seu carro:

[...] e aí ela foi agredida por ele, foi na delegacia registrou um BO, se sentiu mal, foi encaminhada para a maternidade até com sintomas de aborto... Daí ela saiu de casa, voltou pra casa, fizemos uma cautelar de separação de corpos que foi deferida, depois ela foi novamente agredida, ela fez outro BO, juntei esse BO e fiz outro pedido pro juiz, o juiz concedeu a liminar, e ela com medo de sofrer uma outra agressão acabou saindo de casa. Ele descobriu onde ela tava, o cara arrebentou toda a porta da casa, desligou o alarme da casa, entrou e **tentou estrangular, tentou matar a Elaine**, não conseguiu, não sei porque intento que não consegui, estava 8 pra 9 meses, quase ganhando, teve que ir pra casa da mãe em Rio do Sul, uns dias com medo dele, que o cara matasse ela. Depois ela voltou. Está aí na cidade, não sei, nós já pegamos o processo dela no Fórum, agora estamos encaminhando pro Juiz, pra ver se ... aguardar audiência pra ver se decide alguma coisa. E agora estamos fazendo a ação principal que é a separação. Encaminhou uma proposta de alimento ridícula, sessenta reais por mês... pra uma mulher que ta grávida, sessenta reais por mês não da nem pro leite...” . (Dr. Paulo, 41 anos, advogado PROCEVIC. Lages, 11/04/2002).

No caso de Elaine, como em muitos outros, a violência se expressa através de expectativas recorrentes, segundo meus interlocutores, do “eu posso você não pode”, que se manifestam através de fatos exteriores, no caso “as amantes”. Nesse sentido, muitas mulheres como Elaine querem separar-se dos companheiros, os quais não manifestam a mesma vontade, percebendo no homicídio a saída para o problema.

Grossi e Brazão (2000) argumentam que as mulheres, quando desejam a separação definitiva de seus companheiros, muitas vezes são ameaçadas ou mesmo mortas, pois “o homem parece não suportar a decisão de rompimento da mulher e por isso decide eliminá-la”. Sugerem que as principais justificativas para as mulheres se decidirem pela separação diz respeito às amantes dos maridos – como no caso de Elaine.

Algumas profissionais da DPCAPM apontam que as amantes são uma característica comum na região, reforçando que Lages é uma cidade predominantemente machista, questão que se expressa na afirmação masculina “eu posso, você não pode”:

Eu acho que pelo nível cultural das pessoas aqui da região, tem muito machismo, muito assim deles acharem que a mulher tem que se submeter aquilo, por exemplo, o cara tem duas ou três amantes e a mulher tem que aceitar, que se não aceitar porrada,

entendeu? **Eles podem, elas não podem...** (Janine, 26 anos, Escrevente. DPCAPM, Lages 27/02/2002).

Os lageanos são extremamente machistas, mas acho que essa coisa de honra, não sei ... se bem que pra esses homens **eles podem e as mulheres não podem fazer determinadas coisas, como ter outras** ... sabe? (Janaina, 37 anos, Investigadora. DPCAPM, Lages 25/02/2002).

Essa observação realizada pelas policiais da DPCAPM é o que Grossi e Brazão (2000) chamam de *dupla moral*, que no Brasil representa um modelo tradicional das relações de gênero, supondo que devam existir para homens e mulheres comportamentos diferenciados no que tange à moralidade.

Os homens não vêm nenhum mal em ter outras mulheres, porque isso é uma prova de virilidade, mas quando as mulheres resolvem se separar, eles se sentem ameaçados com a possibilidade de as mulheres virem a ter amantes (GROSSI; BRAZÃO, 2000, p. 84)

Não somente as policiais da DPCAPM como vários informantes confirmam esse tipo de comportamento entre os lageanos, e alguns deles até abandonam suas famílias sem dar satisfações. Meses depois retornam, averiguando se a mulher não arrumou outro companheiro. Além disso, por mais que assuma definitivamente a separação, o homem vigia sua ex-companheira e exige dela fidelidade, mesmo vivendo com outra mulher. É o que mostra o seguinte depoimento:

...com a maior facilidade ele larga a família e vai embora pra qualquer canto. E eles não dão mais notícias. E abandonam porque fazem outras famílias, e a mulher fica agüentando a barra. Mas se existe também o lado do abandono do homem, como existe a da honra, ele abandonou... mas se ele volta, ele quer a mulher prontinha pra ele. Se ele está um ano sem dar notícias, volta, e ela está com outro... e também acontece quando eles já estão separados. (Padre Heloir, 51 anos, professor, Coordenador Cáritas Diocesana de Lages. 08/04/2002)

Em muitos casos, embora se observe uma redefinição nos papéis de homens e mulheres e uma reformulação das relações amorosas, da família, filhos, casamento, pode-se verificar que ainda perduram relacionamentos baseados numa certa *submissão* das mulheres ante seus maridos provedores. O homem vai embora, arruma outra, retorna e quer que sua mulher esteja da mesma maneira, ou seja, conforme relataram os profissionais, “eles podem” largar a mulher e até mesmo a família e arrumar uma “outra”, mas “elas não podem” nem sequer pensar em tal possibilidade, pois ainda correm o risco de serem espancadas ou até mesmo mortas por seus (ex) companheiros.

Então o cara se separou... separou da mulher, faz dois anos já está com outra, daí vai num baile, chega lá ela está com outro – eu não admito, eu separo dela mas ela tem que ficar cuidando das crianças, eu dou pensão e ela tem que ficar em casa cuidando das crianças, não admito que saia com outro – são poucos os que dizem – a vida é delas elas fazem o que quiser – são muito poucos. Coisas assim de 10 a 15%. (Padre Heloir, 51 anos, professor, Coordenador Cáritas Diocesana de Lages. 08/04/2002)

4.2.3 *Modelos Ideais de Gênero: Homens Provedores e Mulheres Sustentadas*

Exemplo interessante foi oferecido por Padre Heloir sobre alguns “modelos ideais de gênero” na cidade de Lages. Meu entrevistado realizou enquête de maneira aleatória com 50 mulheres (solteiras e casadas) sobre o tipo de homem que mais apreciavam. Segundo o informante, as respostas foram na maior parte direcionadas ao encontro da *superioridade masculina*. Os homens teriam que ser fortes, mais velhos e mais altos, másculos, seguros e, ao mesmo tempo, cavalheiros, sensíveis, inteligentes, que lhe dessem proteção e segurança e que fossem *provedores* de suas necessidades...

Além de deixar transparecer o *tipo ideal* massificado entre os ocidentais (Mattos Taube, 1992), esse homem apreciado pelas lageanas – e não somente por elas – parece identificar o modelo *hegemônico de masculinidade* estudados por alguns autores, a exemplo de Kimmel (1998).

Para esse autor, a masculinidade hegemônica estaria identificada com atributos como “virilidade, a dureza, a inteligência, a conquista, a agressividade”, encontrando no “homem branco, heterossexual, de classe média, etc”... “o referencial no qual se estabelecem os padrões pelos quais outros homens são julgados e, na maioria das vezes, considerados incompletos.” (KIMMEL, 1998).

Esses atributos, em minha opinião, representam os mesmos que são apreciados por essas mulheres sobre o tipo de homem considerado ideal. Macho, honrado e provedor.

Nessa força bruta empregada para o trabalho, revertida (muitas vezes com violência) para o âmbito doméstico, o homem ainda aparece como provedor da família, característica, aliás, marcada historicamente pelo modelo ideal do fazendeiro, conforme mencionado pelos meus informantes. Em muitos casos, por mais que as mulheres trabalhem fora para complementar o orçamento doméstico, cabe a elas o cuidado da casa e dos filhos. Ao homem cabe sustentar materialmente sua família. Consegui localizar essa perspectiva no discurso de dois de meus informantes, Ana Maria, do Conselho Tutelar e de Alcenir, companheiro de Beatriz:

Ontem mesmo, atendendo a uma situação... casal, o cara ganha cento e setenta a mulher ganha trezentos, e daí ele cantando de galo dizendo que ela tinha que dar conta de ser responsável pelos filhos enquanto ela tava trabalhando, e não os dois. Não tem essa noção de – vamos dividir as responsabilidades – então eu percebo muito isso. Não só classe baixa como na classe média também. A responsabilidade de cuidar dos filhos é da mulher e acabou. **O homem tem que prover o sustento da casa.** Mesmo aqueles que a mulher divide. Eles colocam que – a minha função é essa eu tô fazendo – mas a responsabilidade dos filhos é com a mulher mesmo. (Ana Maria, 33 anos, Conselheira Tutelar. Lages, 09/04/2002).

Eu chegava do trabalho cansado, era discussão direto, acho que tinha ciúme, dizendo que eu não dava valor pra ela, mas eu dizia – **eu sou cumpridor das minha responsabilidade**, tô botando o alimento dentro de casa, tô cuidando de tudo certinho, e tal, eu quero pelo menos ter um pouco de liberdade... claro que eu tenho que me dedicar pra minha esposa, meus filhos...mas ela tem que ser cuidadora de seus deveres, é ela que tem que cuidar bem dos meus filhos... (Alcenir, 25 anos, companheiro de Beatriz. Lages, 08/04/2002).

Observa-se que as representações de alguns homens nessa região podem ser interpretadas de forma a ressaltar sua virilidade, ao “assumir” o sustento da família, de cumpridores de suas obrigações, colocando em relevo sua importância como “protetores do lar”, mesmo estando desempregados, como no caso de Alcenir. (FONSECA, 2000, p. 28) Em troca, exigem de suas companheiras o cuidado, o cumprimento de seus *deveres* de boas esposas, donas de casa e de mães, mesmo que elas complementem o orçamento da família. Porém eles não assumem as mesmas responsabilidades perante os afazeres domésticos ou com os filhos.

Tal perspectiva me fez pensar no comportamento adotado pelas oito mulheres que entrevistei para esta pesquisa. À época, nenhuma delas estava trabalhando, com exceção de Regiane, que ajudava sua mãe consertando máquinas de costura, mas também não possuía formalmente uma ocupação. Todavia, todas elas, exceto Zelândia, trabalhavam antes de casar ou engravidar. Observe a tabela abaixo:

Tabela Informantes: Mulheres

Nome	Idade	Trabalhava antes de casar	Continuou Trabalhando depois de casar
Beatriz	21	Sim. Doméstica	Não
Carla	20	Sim. Telefonista	Não
Estela	33	Sim. Doméstica	Não
Graça	34	Sim. Costureira	Não
Kátia	22	Sim. Balconista	Não
Mariane	20	Sim Doméstica	Não
Regiane	23	Sim. Balconista	Sim com a mãe
Zelândia	15	Não	-

Entrevistas Individuais

Antes de conviverem efetivamente com seus companheiros, essas mulheres trabalhavam em empresas particulares (Carla, Kátia e Regiane), como domésticas (Beatriz, Estela e Mariane) ou mesmo por conta própria (Graça). Ao mudarem seu *status* de mulheres solteiras para mulheres casadas e grávidas, abdicam do trabalho *fora de casa*, assumindo somente o trabalho *dentro de casa*.

Eu trabalhava antes de balconista ali no Shopping, **engravidei daí casei**, né? Daí saí. (Kátia, 22 anos, grávida de 5 meses. Lages, 11/04/2002)

Agora não... ainda mais agora [grávida]. Daí eu cuido da casa e dos meu irmão né. Cuido pra mãe trabalhá. (Mariane, 20 anos, grávida de 9 meses. Lages, 08/04/2002)

Justificam esse comportamento por várias razões: ciúmes ou desconfiança do companheiro, falta de estudos ou mesmo de trabalho, responsabilidade por terem que cuidar dos filhos, ou apontam a gravidez como a principal razão para deixarem de trabalhar. Algumas ainda argumentam que os companheiros têm melhores condições de sustentá-las,

enquanto outras deixam muito claro que é obrigação do homem prover a família em detrimento de sua obrigação de cuidar dos filhos.

Ele não deixava eu trabalhá fora, só com ele na oficina. Daí eu trabalhava direto com ele. **Daí com as crise de ciúme** eu parei de ir, porque 99% homem 1% mulher, daí eu parei de ir... (Regiane, grávida de gêmeos estando com 6 meses. Lages, 10/04/2002).

Pensa em trabalhá, eu penso, **mas é por causa dos estudo** né. Pouco estudo, não dá, e a gente nunca chegou a falá nisso (Zelândia, 15 anos, grávida de 2 meses e meio. Lages, 22/03/2002).

Daí eu trabalhava antes [de conviver com o companheiro] **mas saí do emprego por causa da gravidez**. Também as condições financeiras dele, sinceramente é melhor que a minha. (Carla, 20 anos, puerpério. Lages, 09/04/2002)

Não trabalho agora, não dá. Grávida né?...“Eu falei que ele tem que se virar né com serviço. Porque a mãe ajuda, né? E o que ela pôde ajudar ela ajudou, não pode ficar sem trabalhar. Ele né?... “E do serviço que ele qué ganhar muito né? Ele daí não qué ir porque é muito pouco né? Ele quer ganhar bastante. **Mas ele tem que trabalhá, porque eu fico com os menino.**” (Estela, 33 anos, grávida de 6 meses. Lages, 04/03/2002)

Neste sentido, penso que uma das explicações possíveis para tal comportamento assume perspectivas similares às observadas por Fonseca (2000) em sua pesquisa envolvendo grupos populares. A autora constata em seu trabalho que, mesmo tendo possibilidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, as mulheres não o fazem porque só teriam a perder:

Primeiro, [a mulher] continua responsável por todas as tarefas domésticas. As mulheres dizem que os maridos se tornam até mais exigentes quando elas começam a trabalhar – como se magoados com tal afronta à honra masculina. Segundo, as mulheres não dispõem livremente do dinheiro que ganham. A autoridade do homem se estende a tudo o que pertence à mulher, quer esta queira ou não. (FONSECA, 2000, p. 72)

Além disso, Fonseca observa que o marido, quando sustentado pela mulher, acaba se acomodando e não se preocupa em procurar qualquer tipo de trabalho, conforme nos ilustra Dina, uma de suas informantes: “Uma vez quando o Olnei não estava trabalhando, eu peguei um serviço. Sabe? Ele se deitou! Nem saía mais pra procurar biscate” (FONSECA, 2000, p. 72).

Interpretando-se os discursos proferidos por minhas informantes, pode-se aferir que o comportamento adotado por essas mulheres assumem as características tradicionais da região, direcionam-se às questões de honra representadas pelo marido provedor e, nesse sentido, tanto o casamento como a gravidez são razões *plausíveis* para deixarem de trabalhar. Além disso, a perspectiva apontada por Fonseca parece do mesmo modo ser condizente com as

representações de minhas informantes, mesmo que essa condição para elas assuma propósitos inconscientes.

No próximo tópico reflito sobre uma das razões muito comentadas durante meu campo, tanto pelos profissionais como pelas mulheres e homens entrevistados, que diz respeito aos ciúmes.

4.2.4 *Ciúmes*

Grossi e Brazão (2000) nos explicam que são extremamente “complexas as relações afetivo-conjugais, na qual há violência, sendo que inúmeras são as razões alegadas pelos homens para baterem nas mulheres, sendo a mais comum os ciúmes”.

Segundo as autoras, ciúme é o sentimento que mais surge nos processos de homens homicidas, assim como a rejeição quando parte da mulher o desejo de querer separar-se do companheiro. Pude verificar em minha pesquisa que os ciúmes aparecem representados pelos profissionais como argumento forte para justificar as violências, sendo uma das razões mais recorrentes para a procura das instituições de apoio. Os exemplos a seguir nos falam da obsessão do marido pela mulher e dos ciúmes doentios de muitos homens, casos comuns no dia-a-dia dos profissionais:

Esses dias teve uma moça aqui [tem um bebê com quase 2 meses], ela deve ter uns 19 anos, o **marido simplesmente é obcecado por ela, tem muitos ciúmes dela.** Esses dias, ele fez ela ficar 3 dias com a mesma calcinha, que ela não podia trocar de calcinha. Chegava em casa cheirando a calcinha dela, cheirando a roupa pra ver se não tinha cheiro de outro homem, que ela dormiu com outro, sabe, assim obcecado aquele ciúme doentio. . (Andréa, 26 anos, Assistente Social PROCEVIC. Lages, 07/03/2002).

[...] em Lages a violência é muito grande. O contato que tive então, foi com algumas pessoas que [...] Inclusive tem a Maria que é uma [...] é espancada, o companheiro é drogado, e ele é bajulado por ela, Deus o livre [...] **faz parte espancar, surrar, bater... é por ciúmes.** (Irmã Lucia, 44 anos, Diretora Irmandade N^a S^a das Graças. Lages, 22/02/2002).

O depoimento de Padre Heloir é muito ilustrativo, pois ele nos remete ao medo que as mulheres têm dos maridos ciumentados, inclusive em relação aos padres, o que inclui a ida à Igreja, vista como suspeita:

O ciúme, é um ciúme que a gente não sabe o limite, a gente não sabe até onde vai esse ciúme. Porque tem o ciúme do cara que gosta da mulher e ele cuida assim, as vezes até de maneira doentia, ela não pode conversar com ninguém. Aqui no centro da cidade era violento isso. Eu tava numa reunião com as mulheres, elas me abraçavam e tal. Chegava na rua elas nem me conheciam. Mas que diacho que é isso e tal. Depois e que eu fui entender. Se ela pára na rua pra conversar comigo, e passa um amigo do marido e, fala pra ele, como ela vai provar que ela estava conversando

com o padre? **E tem muitos homens que não deixam nem elas irem a igreja porque dizem que ela vai lá namorar o padre...** (Padre Heloir, 51 anos, professor, Coordenador Cáritas Diocesana de Lages. 08/04/2002)

A justificativa dos ciúmes aparece também entre as mulheres e os homens entrevistados que participam efetivamente de relações violentas. Quando indagava sobre as razões dos conflitos, muitas respostas eram direcionadas aos ciúmes ligados principalmente à desconfiança:

Houve época de **ciúmes**. Dela pra mim e de mim pra ela. Não vou mentir porque eu tenho ciúmes dela. Eu acho que. Não sei... **mas a gente as vezes perde a confiança nas pessoas...** (Cleiton, 20 anos, companheiro de Zelândia. Lages, 22/03/2002)

..acho que é por causa do ciúme, da desconfiança que faz isso. E ele disse pra mim que não é desconfiança. Mas a gente vê, né? Ele diz na minha cara que eu andei com fulano, que eu ando... mas eu sei a pessoa que eu sou. (Zelândia, 15 anos, grávida de 2 meses e meio, companheira de Cleiton. Lages, 22/03/2002).

A desconfiança, como se pode perceber, é um forte elemento para justificar os ciúmes apresentando-se recorrente no engendramento dos conflitos. Grossi e Brazão lembram que muitos homens criam “a fantasia de que a mulher o trai” e o “desonra pela traição”. Essa desconfiança – verdadeira ou não – é o que leva um grande número de mulheres a recorrerem às instituições de apoio, isso quando não são assassinadas pelos companheiros, tal qual podemos acompanhar diariamente em qualquer manchete de tele-jornal.

Penso que a história de Nina, uma das informantes que participavam do grupo de terapia no PROCEVIC⁷³, exemplifica como os ciúmes são invocados nessas situações de violências. Para isso, transcrevo parte de meu diário de campo:

Estávamos no começo da dinâmica, quando a psicóloga pergunta se alguma delas havia passado por violências durante a gravidez, e se gostariam de falar sobre isso. Foi então que Nina, 42 anos, começou a relatar alguns episódios de sua vida⁷⁴. Disse que foi casada duas vezes. Teve 3 filhos com o primeiro companheiro. Comenta que apanhou durante as 3 gestações. Na segunda gravidez, quando estava de 7 meses, conta que segurava o filho de 1 ano e meio no colo e o companheiro chegou em casa mando-a ajoelhar-se no chão e, com um facão, começou a ameaçá-la dizendo que naquele momento *ia brilhar sangue pelo chão*:

⁷³ O PROCEVIC de Lages possui um programa de terapia em grupo para mulheres “vítimas” de violência conjugal, que acontece semanalmente.

⁷⁴ Lembro que não gravei a dinâmica pois o gravador poderia inibir as participantes. Percebi que o simples fato de estar reunida ao grupo modificou o comportamento de duas delas que praticamente não falaram nada durante a reunião. As duas eram mãe (50) e filha (16) ambas espancadas pelos companheiros.

"Ele dizia que ia me matá. Matá eu e o filho que tava na barriga e o outro que tava no colo. O desespero, meu Deus, eu pedía pra Deus naquele momento pra ele me ajudar. Ele dizia que ia fazer o chão brilhar de sangue.

Conta que o companheiro pegou o facão e começou a cortar os pêlos do braço dela e ainda passar o facão pelas palmas de sua mão. Depois mandou-a tirar os móveis que estavam pelo caminho para que aparecesse pelo chão todo o *brilho do sangue*. Ela então se levantou e ainda teve a coragem de chegar perto dele para pedir que ajudasse a arrastar os móveis, pois estava com um filho no colo e grávida. Comenta que ele estava fora de si (bêbado provavelmente) e, dessa maneira, berrava com ela dizendo que não iria ajudá-la, que fizesse sozinha. Foi nesse momento que Nina correu para a casa ao lado pedindo ajuda para sua vizinha:

Só deu tempo dela abri a porta e eu entrá e trancá a porta com aquelas tranca sabe? Daí ele ficou do lado de fora dizendo - benzinho, vem pra casa, que que você tá fazendo aí essa hora da noite? Vamo pra casa... - aí eu não fui né? Sei lá se ele não tava mentindo. E eu fui olhá no relógio já era quase meia noite.

Perguntei a ela qual o motivo das brigas. Por que ele a espancava. Respondeu-me que era por causa dos ciúmes:

Daí separei desse, né? E casei de novo com outra praga. Esse quebrou o meu nariz. Eu tava grávida e ele me deu um soco e me quebrou o nariz. Eu lembro que desmaiei e ele me jogou lá no asfalto.

Rozeli: E por que ele te batia?

Esse? era ciúme também. Esse não queria me largar de jeito nenhum. Ele também vivia bêbado e ainda por cima fumava (maconha). Quando fazia os dois aí que me batia. Aí eu dizia pra ele - vai embora me deixa pelo amor de Deus - cansei de fugir de casa pra ele não me batê ou não me matá.

Rozeli: E a senhora prestou queixa contra ele?

Se fui na delegacia? - é - ihhh, fiz 24 queixas. Até que ele foi preso. Daí nós foi pra justiça e eu separei dele, né?

Rozeli: E ele continua preso?

Não. Mas tá que é uma maravilha. Ele mesmo diz que se soubesse, devia ter sido preso antes pra dá valor a família.

Rozeli: Mas a senhora voltou com ele?

Não, mas ele vai em casa vê os filho.

Dona Nina diz que apanhou durante as sete gestações que teve. E apanhou dos 2 ex-companheiros." (Diário de Campo, Lages, 07/03/02.)

No caso relatado acima fica claro que a queixa na delegacia e a conseqüente prisão do companheiro são percebidos por Dona Nina como um fator positivo na "mudança" do companheiro. Mas vale ressaltar que antes da prisão ela havia feito 24 queixas.

Segundo Lia Zanotta Machado e Maria Tereza Magalhães (1999), no início das relações amorosas os ciúmes são percebidos como prazerosos e como demonstração de amor, mas aos poucos vão-se transformando em contrastes violentos. As autoras explicam também que as atitudes de alguns agressores em relação aos ciúmes não são apenas dirigidos aos outros possíveis homens:

Os ciúmes são em relação a filho, amigas, trabalho, homens ... a tudo o que for o 'sair de casa'. O sentido de 'sair de casa' aponta para a dificuldade do 'marido' pensar o desejo da mulher de desejar outra coisa que não seja ele próprio. O código tradicional – 'de que o lugar da mulher é em casa' – remete a uma construção mais profunda do desejo que parece aprisioná-lo: ele desejaria que a mulher não desejasse nada além dele. (MACHADO & MAGALHÃES, 1999, p.205).

Do mesmo modo, argumentam que em algumas cenas de violência presentes nas relações afetivo-conjugais, o ciúme torna-se o *curinga* da discussão. Ele parece estar presente “para conferir sentido, pois, sem a invocação dos ciúmes, a violência aparece como extremamente brutal, ou como pura imposição da vontade”. (MACHADO; MAGALHÃES, 1999, p. 225 - 227).

Assim como na história de Nina, muitas vezes nas representações de meus informantes os ciúmes aparecem ligados à desconfiança do/a companheiro/a, sendo um sentimento que sobressai em todas as entrevistas. Também, como se pode perceber, as representações sobre os ciúmes relatados por meus informantes não se limitam aos dos homens pelas mulheres, mas o inverso também é registrado. Ainda podemos observar nesses relatos os ciúmes doentios, o medo da traição, o medo da desmoralização, entre outros que articulam esse sentimento como também sendo um dos motivos mais recorrentes para a irrupção dos conflitos.

Isso posto, os ciúmes, assim como as amantes e as questões ligadas à honra, aparecem como as principais razões ligadas aos conflitos nas relações de gênero em Lages segundo as representações de meus informantes. Razões *tradicionais*, conforme se pode observar, uma vez que essas categorias são recorrentes na literatura da área.⁷⁵

No próximo capítulo, apresento uma discussão em relação às representações dos informantes sobre os significados inerentes à gravidez e à maternidade das mulheres no planalto serrano, englobando perspectivas em torno do planejamento da gravidez, percepções sobre o aborto e também sobre vitimização e os conflitos que acontecem entre mulheres.

5. GRAVIDEZ: SAGRADA OU PROFANA? SAÚDE OU DOENÇA? AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O ESTADO GESTACIONAL DAS MULHERES NO PLANALTO SERRANO

Sabe-se que as características socialmente construídas da gravidez e da maternidade são ilustradas pelos diferentes significados que podem adquirir dentro de uma mesma sociedade ou sociedades distintas. Sustentando um modelo que se articula não somente aos fatos biológicos, associa-se à ação de crenças, ou mesmo a forças ditas sobrenaturais, ressaltando aspectos curiosos no que tange aos diferentes grupos culturais.⁷⁵ Do mesmo modo, as concepções sobre a gravidez em nossa cultura se articulam além do aspecto *natural*, apontando diferentes construções sociais. A partir das representações dos dois grupos entrevistados, ou seja, do grupo dos profissionais em Lages e também do grupo das gestantes envolvidas em relações conjugais violentas, explicito neste capítulo como cada um desses grupos interpreta os significados inerentes à gravidez e à maternidade a partir de suas próprias experiências.

5.1 O ponto de vista dos profissionais sobre a gravidez

À luz de meus dados etnográficos, o discurso dos profissionais ligados à violência doméstica se divide ao interpretarem como as mulheres grávidas percebem seu estado gestacional. Boa parte de meus interlocutores fazem um parâmetro baseados em suas próprias

⁷⁵ Além de Grossi e Brazão (2000) e Machado e Magalhães (1999) ver, por exemplo, Relatório do America's Watch (1991), Ardaillon e Debert (1987) dentre outros.

⁷⁶ Mary Douglas traz exemplos clássicos que se referem às percepções da *pureza* e do *perigo* da gravidez. Segundo a autora, mulheres grávidas entre os Leles e os Nyakyusas são percebidas, devido às suas crenças, como se estivessem em situação marginal. Explica que essas pessoas não estão excluídas do padrão social, porém, não possuindo um status definido, sua posição torna-se ambígua, pois não se sabe ao certo o sexo da futura criança, tampouco se sobreviverá aos perigos da infância. Os Leles, por exemplo, consideram que a mulher grávida está em constante perigo, bem como seu feto representa um risco para os outros. Dessa forma, ela evita aproximar-se de pessoas doentes, as quais, devido à proximidade do feto, podem piorar sua saúde. Do mesmo modo, entre os Nyakyusas, as mulheres grávidas são consideradas ameaçadoras. Não podem se aproximar da colheita de cereais, nem mesmo falar com pessoas que estão preparando bebidas fermentadas, pois acreditam que o feto é “voraz e os arrebatá”. Somente podem se aproximar ao cancelarem o perigo fazendo determinados gestos rituais de benevolência (DOUGLAS, 1966, p.118-119). Também Roberto da Matta discorre sobre as noções relativas à mulher grávida em determinadas áreas rurais e urbanas da Amazônia. Nessa região acredita-se que a gravidez e a menstruação podem ocasionar a ‘panema’, ou seja, ‘infelicidade, má sorte, desgraça’. O autor articula que as mulheres nesses estados – de gravidez ou menstruadas – são sempre agentes de má sorte: “...se uma mulher grávida comer carne ou peixe apesados por um indivíduo ficará panema. Se uma mulher menstruada tocar num dos apetrechos de caça ou pesca de um indivíduo, este apetrecho ficará panema” (DA MATTA, 1977, p. 73)

experiências, contrastando o modo pelo qual as gestantes que procuram apoio nesses estabelecimentos articulam suas representações em torno da gravidez. Como a maioria das que procuram esses serviços são de camadas populares⁷⁷, as profissionais consideram que a gravidez para essas mulheres não é planejada, muito menos bem-vinda. Ressaltam que suas “clientes”⁷⁸ não têm competência para assumir tal responsabilidade, argumentando que há muito perderam ou mesmo nunca possuíram o que, comumente, costuma-se chamar de “instinto materno” (Badinter:1985). Ilustro no quadro abaixo as categorias comparativas utilizadas por esses informantes durante as entrevistas:

**CATEGORIAS COMPARATIVAS SOBRE A GRAVIDEZ:
PROFISSIONAIS X MULHERES DAS CAMADAS POPULARES**

PARA OS <i>PROFISSIONAIS</i> A GRAVIDEZ É...	PARA AS <i>MULHERES</i> DE CAMADAS POPULARES A GRAVIDEZ É...
SAÚDE	DOENÇA
SANTA	INDIFERENTE
ARREPENDIMENTO OU ACEITAÇÃO/ACEITAÇÃO	ARREPENDIMENTO/ARREPENDIMENTO
PLANEJADA OU NÃO/DESEJADA	NÃO É PLANEJADA/NÃO É DESEJADA
INFORMAÇÃO	DESINFORMAÇÃO
REJEITADA OU ACEITA/ACEITA	REJEITADA/REJEITADA
SATISFAÇÃO	INCOMODO/PESO/CARGA
MUITO IMPORTANTE/DIFERENCIAL	SEM IMPORTÂNCIA/NORMAL
PRIORIDADE ...	NÃO É PRIORIDADE (ETC.)

⁷⁷ Não quero dizer que os profissionais estejam sendo preconceituosos em relação aos grupos populares, apesar de haver uma certa demarcação entre os grupos feita pelos profissionais. Que fique bem claro que apenas estou tentando interpretar seus discursos homogenizantes a respeito das percepções em relação à gravidez das mulheres atendidas nas instituições em que trabalham.

⁷⁸ *Cliente* é uma categoria êmica utilizada pelas polícias para designar pessoas que utilizam os serviços da DPCAPM, mas é utilizado principalmente para apontar as mulheres que prestam diversas queixas na delegacia, tornando-se muito conhecidas - e daí vira cliente - tal qual Beatriz, uma de minhas informantes.

Tais categorias êmicas demonstram que a percepção da maior parte dos profissionais sobre a gravidez dessas mulheres direciona-se para a falta de amor aos filhos, sendo que a não-aceitação da gravidez e da maternidade é classificada pelos profissionais de forma negativa: a doença, a indiferença, o incomodo, a rejeição. Alguns discursos informam esse posicionamento, conforme ilustram as falas de algumas policiais da DPCAPM:

Porque eu acho que a gravidez de uma mulher é uma coisa muito bonita, mas se ela se sentir bonita, se ela se achar bonita. Eu acho que elas deveriam achar que a gravidez é uma coisa abençoada, é uma coisa santa, **uma coisa bonita que não é doença que é saúde...** (Lidiane, 50 anos, Escrevente DPCAPM. Lages, 22/02/2002)

Essas mulheres percebem [a gravidez] como doença, como doença, de sagrado não tem nada, é como doença mesmo. É uma doença mesmo... parece que não nasceram para ser mãe (Neusa, 50 anos, Escrevente. DPCAPM, Lages, 01/03/2002).

Eu acho assim, **nem como doença**, essas que eu atendi, **nem com aquela importância que a gente dá, sabe?** Eu na minha gravidez, me achava a pessoa mais linda do mundo, me olhava no espelho de frente de lado, sabe? De todo jeito me elogiava, nossa, estava em estado de graça... e elas não elas tratam assim mais... normal, não sei se é porque elas geralmente já tem mais que um filho... mas nem assim como doença mas também não dão aquela importância que a gente dá... de cuidar, alimentação... não, assim continua o ritmo de vida normal. Com a diferença do tipo – eu estou grávida – somente isso (Nelise, 38 anos, Escrivã. DPCAPM - Lages, 05/03/2002).

Depende a classe. **Aquela que mora lá no morro é uma coisa bem normal, ela grávida como não grávida é a mesma coisa.** Na média-alta já entram outras questões... (Simone, 40 anos, Investigadora. DPCAPM, Lages 27/02/2002).

Outros profissionais acreditam que essas mulheres não são indiferentes à maternidade. Argumentam que o amor pelos filhos *até* existe, porém o que as faz elegerem uma lógica diferenciada no tratamento à gravidez seria o fator econômico, que traz “mais uma boca para comer”:

São poucas aquelas que ficam alegres com a **chegada de mais uma boca pra comer...** ficam revoltadas alguns dias e, aos poucos, conseguem aceitar [a gravidez]. As vezes, é o filho da rejeição que vai surgindo mas não por causa... é o econômico, é mais um na família (Padre Heloir, 51 anos, professor, Coordenador Caritas Diocesana de Lages. 08/04/2002).

A mulher eu vejo assim quando atendo - alguma gestante, ela apesar de... – eu não quis essa criança mas tomara que ela tenha um futuro melhor do que eu tive – existe sempre esses conteúdos... **amor até existe, mas não tem condições...** (Isadora, 33 anos, Psicóloga PROCEVIC. Lages, 06/03/2002).

De qualquer modo, a maioria de meus interlocutores acredita que a falta de cuidados tanto na gravidez quanto após o nascimento da criança acarreta uma responsabilidade ímpar e, dessa maneira, mulheres que *negligenciam* seu estado gestacional bem como seus filhos passam a ser qualificadas por alguns profissionais como *anormais*, *relaxadas* ou *sem-vergonhas*, sendo principalmente reconhecidas pelo rótulo de *mães desnaturadas*.

5.2 Mães desnaturadas? Entre o maternal e o *festerê!*

Os trabalhos de Ariès (1978) e de Badinter (1985) anteriormente citados (seção 3), assinalam como o sentimento de infância e o instinto materno foram sendo construídos cultural e historicamente em função de ideologias religiosas, morais, educacionais e políticas.⁷⁹

À luz de meus dados etnográficos, escutei relatos sobre *mães desnaturadas* que deixaram seus filhos ainda muito pequenos sozinhos, fato esse considerado pelas instituições como *abandono*, bem como sobre ocorrências em que a criança morreu de frio. Nesses casos, as mães foram consideradas *negligentes* e não devotadas a seu *instinto maternal* pelos profissionais entrevistados e os pais considerados *vagabundos*. Vejamos duas histórias a partir de dois pontos de vista, o dos profissionais e o dos casais.

A narrativa de Gisele – secretária da assistência social da Prefeitura de Otacílio Costa, município vizinho a Lages – ilustra como ocorreu um desses episódios vinculado às questões abordadas no capítulo anterior – ciúmes e amantes:

Teve um caso de uma gestante grávida de 8 meses, tinha 18 anos, já tinha 2 filhos, um teve óbito por negligência, assim, por abandono, assim... ela tinha um filho já de um aninho e aí teve outro. E daí o marido...ela era uma menina bonita, ela tava amamentando... e aí ele saía. E aí uma dessas noites que ele saiu ela foi atrás, não sei se ficou num bailão que tinha, quando eles voltaram já a criança tinha morrido de frio. **Ela saiu e deixou a criança só em casa. E a criança morreu de frio.** O bebê só tinha alguns dias, ela tinha dois bebês. Aí o filho morreu e eles ficaram com o

⁷⁹ Nesta direção, podem-se encontrar casos de infanticídio ou abandono a partir de exemplos históricos - como a morte proposital de crianças por suas mães tendo como argumento a sufocação no séc. XVIII ou a criação de “hospícios” para abrigar milhares de crianças enjeitadas na Europa desde o século XV, o que demonstrou ser um desastre, pois nem 1% deles sobreviviam devido a fome ou a doenças (HRDY:2001); - e exemplos etnográficos - o exemplo dos kayamurá do Alto Xingu que enterram a criança viva junto a mãe se esta morre no parto. (Laraia, 1998, p. 95 - 96)

outro. O outro foi, estava com 2 aninhos, foi pro abrigo, foi abrigado, eles se separaram depois do óbito do nenê... (Gisele, 33 anos, secretária da assistência social da prefeitura de Otacílio Costa. Lages, 09/04/2002)

Além da narrativa de Gisele, penso que a história de Alcenir e Beatriz, casal envolvido em sérios problemas de violência conjugal, é paradigmática para ilustrar essa questão.

Beatriz e Alcenir estão juntos há quatro anos. Possuem dois filhos, o mais velho com 2 anos e meio e outro com 2 meses. Já vinha há algum tempo acompanhando o caso de Beatriz pelos Boletins de Ocorrência da DPCAPM de Lages e, coincidentemente, encontrei-a no PROCEVIC. Ela registrou queixa contra Alcenir aproximadamente 6 vezes. Segundo Beatriz, desde que resolveu viver com o companheiro é espancada. Mesmo assim, resolveram ter um filho para amenizar a situação de violência, porém, o relacionamento foi-se tornando cada vez mais atribulado. Não planejaram o segundo filho. Minha informante explica que, além de ter sido espancada diversas vezes pelo companheiro, ele também deixou o gás de cozinha ligado para tentar asfixiá-la e aos filhos. Do mesmo modo, tentou matá-la com uma tesoura e a empurrou quando estava com um dos filhos no colo. Quando a entrevistei, estava com o olho roxo e chorava constantemente. Em suas palavras, diz que faria qualquer coisa para sustentar os filhos, pois eles eram a razão de sua existência. Dizia também, à época, que estava se separando de Alcenir devido a situação do casal ser insustentável.

Encontro Alcenir - por acaso - um mês após ter entrevistado sua companheira. Fui ao Conselho Tutelar confirmar a entrevista com Ana Maria, funcionária dessa Instituição, quando, de repente, ouço um dos conselheiros chamar por Beatriz. Olho e a vejo chorando num dos cantos do Conselho. Pergunto a uma das funcionárias o que ela estava fazendo ali. Ela responde que tanto Beatriz como o marido “aquele ali sentado com o olho roxo” saíram para “bailar” e deixaram o filho mais velho sozinho:

O maiorzinho foi apanhado pela polícia às três da manhã no meio da rua. O nenezinho, Deus que me livre, tava todo sujo largado na casa da vizinha. Você acredita que ela ameaçou a vizinha se não ficasse com o pequeno? Imagina! A mulher tá grávida, quase ganhando, e a outra força ela a ficar com a criança! (Funcionária Conselho Tutelar. Lages, 08/04/2002)

Pensei que Beatriz já não estivesse com Alcenir, visto que no dia da entrevista a informante comentara que ela estava se separando dele. Posteriormente, compreendi que o casal ficava separado dois ou três dias, depois voltavam a viver juntos. Nesse ínterim, aproveitei a oportunidade para entrevistar Alcenir. Ele contou sua história junto à

companheira, admitindo sua agressividade – ao contrário do que todos os profissionais me falavam, ou seja, que os homens jamais admitem que espancam suas companheiras – mas com um porém: ele somente a agredia para se defender. Voltarei a esse ponto mais adiante.

Alcenir, entre muitas lágrimas, disse que na noite anterior havia saído de casa para conversar com alguns amigos, sendo que imediatamente após Beatriz chegara até o local em que se encontrava. Preocupado com as crianças, pensou que ela tivesse deixado os filhos com sua mãe, pois ficariam pouco tempo no bar. No caminho, Beatriz insistira várias vezes com Alcenir para irem a uma boate, onde se desenrolaria o restante da história:

Mas os meus filhos (chora desesperadamente) *ela saiu pra dançar e ontem e deixou meus filhos em casa*, e eles levaram eles pro abrigo ontem... e ela tava fazendo programa aqui na rodoviária... acho que isso é muito triste, é uma decepção mais grande na minha vida... E aí essa noite ela saiu pra dançar na boate aqui... deixou as criança sozinha, o meu filho mais velho acordou e saiu na rua, a policia encontrou ele e trouxe, daí eles saiu procurar ela, ela mandou os cara me batê, e daí, depois procurando eles acharam ela aí na frente da rodoviária com um cara dez horas da manhã. E eu já tava em casa, sem saber de nada. Daí, eu vim buscar ela pra ela ir pra casa, só que eu não sabia, pra mim ela falou que os nossos filhos tavam com a minha mãe, sabe? Que eu também fui errado, não tô tirando o meu corpo fora, porque eu saí também.... Daí a gente tava ali fazia uma meia hora, daí eu não queria ir, ela insistiu até eu ir, só que eu cabeça fraca, porque eu não queria vir na realidade todo mundo ta de prova que tava junto, daí chegou a hora da gente ir embora, eu disse vamo embora, daí ela correu de volta pra dentro do salão. Daí o pessoal disse chama ela lá, não vai deixar ela aí, ela veio junto, só que eu não tinha dinheiro pra entrar. A gente só foi lá pra ficar na frente dar uma olhadinha e sair... pra depois ir pra casa. Daí eu até menti pro porteiro pra conseguir entrar... Daí encontrei ela e fiquei a noite toda, tentando fazer ela ir e tal. E disse que ela não ia – ah, se eu sair lá pra fora, vou fazer te matarem, e não sei o que, e te batê – daí até que saímos lá fora e na hora de ir embora ela não queria ir embora. Daí, eu peguei, e tava querendo levar ela pra casa pra gente pegá as criança, daí ela não queria ir, começou a fazer escândalo, encontrou um cara, que com certeza era amigo dela, porque ela conhecia, e aquele cara veio tentar me agredir eu também agredi ele, e tal...daí me soltaram, quando eu tava indo pra casa, apareceu aquele mais três e me agrediram de volta. A mando dela....

No discurso de Alcenir, ele admite ter cometido erros que normalmente, conforme mencionado, um agressor jamais confessaria. Admite ter espancado Beatriz, ter sido negligente em sair de casa e mostra-se muito emotivo e preocupado com os filhos. Certamente, apesar de admitir falhas, joga a responsabilidade nas mãos de Beatriz, dizendo que “ela os deixou sozinhos”, “ela saiu para dançar”, “ela é quem não queria ir para casa”, “ela que deveria estar com as crianças”. E, para piorar a situação da companheira, diz que ela estava fazendo “ponto” na rodoviária, além de ter apanhado a seu mando.

Após conversar com Alcenir, o Conselheiro Tutelar chama Beatriz e os coloca frente a frente. A postura de Beatriz é bastante curiosa. Ela chora o tempo todo, mas faz paradas repentinas para brigar com o companheiro, interrompendo as lágrimas imediatamente.

Quando o conselheiro pergunta a ela quem deixou as crianças sozinhas, Alcenir pede para que responda a verdade. Ela apenas olha para Alcenir, ressaltando todo o tempo quanto seu companheiro era cínico. O conselheiro insiste e ela não responde. Essa situação se estende ainda por alguns minutos.

O conselheiro diz que terão provavelmente seus filhos de volta, mas agora pela última vez. Entendi que essa situação não era a primeira, e que as crianças já haviam anteriormente estado no abrigo pelas mesmas razões. Em seguida, fiquei conversando somente com Beatriz. Ela insistia para que eu fosse ao abrigo recolher as crianças junto com ela. Tinha a mesma postura. Chorava constantemente, mas quando eu perguntava algo que mexia com seus brios – se estava se prostituindo, por exemplo – transformava-se. Suas respostas dificilmente eram direcionadas para minhas perguntas.

Rozeli: Beatriz, me conte o que aconteceu ontem a noite.

Beatriz: ... ai meu Deus eu quero meu filho... (chora muito)... não vou conseguir ficar em casa sem meus filho... eu não vou agüentar ficar longe deles... eu tenho medo que judie deles... (nesse instante pára de chorar e me olha) você não pode falar com as guria ali pra eu ir lá?

Rozeli: Você saiu junto com o Alcenir ou depois?

Beatriz: Eu saí já pra voltar, meu Deus do céu... você não sabe quanto ta me cortando o coração... ai eu não tenho vontade de voltar pra casa, não tenho vontade de comer, eu não tenho vontade de nada...

Rozeli: Beatriz, me falaram que você estava na frente da rodoviária com outro rapaz embarcando num táxi... (pára novamente de chorar)

Beatriz: É tudo mentira isso. Eu não pude falar nada que a policial mandava eu calar a boca, que eu tinha que ficar bem quietinha... uma comissária bem nojenta mesmo que mandava eu calar a boca, não podia falar nada... tudo que eu falava...ela mandava eu calar a boca dizendo que eu tava fazendo programa. Meu Deus, eu ia pegar um táxi aqui eu ia pra casa do meu irmão. Que o [Alcenir] tinha brigado aqui no posto né. Os polícia ainda seguraram ele.⁸⁰

⁸⁰ No dia seguinte fui à delegacia e as policiais confirmaram a história do casal. Janine, que encontrou Beatriz na frente da rodoviária, disse o seguinte: “Você acha que ela tinha dinheiro para pagar táxi? Não tem nem pra pagar a água e a luz!”

Parava de chorar repentinamente, fugia do assunto e instantaneamente baixava a cabeça e soluçava. Tanto sua performance quanto suas narrativas soavam ambíguas. Possuía uma postura confusa diante de mim e dos profissionais, sendo difícil interpretar suas reações. De qualquer modo, entre soluços e repentina *lucidez*, disse-me que não estava se prostituindo, que não entende como a polícia pegou seu filho na rua, mas admite ter deixado um dos filhos sozinho em casa, porém com a cumplicidade do companheiro.

A partir da história de Alcenir e Beatriz pode-se ter uma idéia da reação social das entidades diante de tais atitudes. Como ambos já eram *clientes* da DPCAPM e do Conselho Tutelar, os profissionais não tinham paciência para lidar com o casal, compreendendo seus modos de agir como atos “desavergonhados” “execráveis” e “anormais”.

Beatriz talvez ame seus filhos de uma maneira incompreensível, com uma lógica diversa daquela que se costuma mormente apreciar. Pode estar dividida entre cuidar dos filhos e, ao mesmo tempo, fazer o que deseja, não vendo nenhum mal em deixá-los sozinhos ou pela vizinhança. Sente-se num primeiro momento livre e depois culpada, obrigando-se a exercer sua função *instintiva* de mãe, função imposta pelos discursos afetivos e emocionais infligidos pelos agentes dos organismos sociais. Em relação a Alcenir, ele também é cobrado pelas instituições, porém, hoje como antigamente, é rotulado apenas como *vagabundo*, pois dele não se exigem os mesmos cuidados com os filhos.

Não cabe aqui defender e muito menos condenar as atitudes de meus informantes. Todavia, embora pressupostos *morais* e *éticos* embarquem nessa questão, não se pode esquecer que esses fatos, considerados desprezíveis pela sociedade, perpassam várias épocas de nossa história - como o eufemístico “sufocamento” de crianças no século XVIII, hoje conhecido por “morte súbita” (HRDY:2001) - bem como aparecem integrados em outras sociedades e culturas - a exemplo dos rituais kayamurá (LARAIA, 1998). O infanticídio, tema tabu em nossa cultura, foi visto por alguns autores como uma estratégia feminina de controle de natalidade, situação estudada por Joana Pedro (1999) em Desterro no início do século XX.

Vimos que os profissionais que trabalham com violência doméstica certamente articulam suas representações em relação à gravidez a partir dos modelos resgatados em seu dia-a-dia, e, dessa forma, as mulheres de camadas populares suplantam as de camadas média

ou média-alta, pois utilizam muito mais os serviços prestados por essas instituições.⁸¹ Dessa forma, torna-se incompreensível para os profissionais a maneira pela qual a gravidez é concebida por certas mulheres, acarretando suas atitudes de repulsa em relação à maternidade sem qualquer nexos ou coerência, fato também apontado por Fonseca.⁸² No próximo tópico, acrescento as representações das próprias mulheres entrevistadas sobre a gravidez, em contraste com as perspectivas aqui apontadas pelos profissionais.

5.3 Do ponto de vista das futuras mães: como as próprias gestantes percebem a gravidez?

Por meio de minhas observações e dos relatos das informantes, constatei que entre elas existem diferentes representações em torno da gravidez, mas não são necessariamente representações negativas, conforme a opinião dos profissionais entrevistados. Algumas associam a gravidez ao *sagrado*, representando a chegada de um filho como uma *esperança*, algo que vai preencher as suas vidas, uma responsabilidade atribuída a elas por Deus. Regiane, grávida de gêmeos, reflete de maneira geral o pensamento de algumas interlocutoras, que vê nos filhos um dom que é ao mesmo tempo provação:

Pra mim eu acho que [a gravidez] é uma coisa *sagrada*, entendeu? Eu acho que se Deus - eu achava que era um, já que ele me mandou dois - eu acho assim que sou competente e eu gosto de criança entendeu? *Eles são uma esperança...* E se for pra ir no inferno pelos meus filho eu vou. Se for pra catar pedra na rua pra criar eles eu vou, entendeu? (Regiane, grávida de gêmeos estando com 6 meses. Lages, 10/04/2002)

Beatriz, que sob o ponto de vista dos profissionais faz parte do rol das mães *desnaturadas* e *desavergonhadas*, postula suas representações em torno de seus filhos mostrando-se preocupada em como irá criá-los, e em nenhum momento da entrevista diz estar arrependida em tê-los gerado:

⁸¹ As opiniões dos profissionais se dividem quanto a essa questão. Uma parte acredita que mulheres pertencentes a outras camadas sociais também não se encaixam nesse modelo de amor materno. Porém boa parte pensa que isso acontece muito mais nas camadas populares, pelo pouco acesso à informação.

⁸² Exemplo instigante nesse sentido é ilustrado por esta autora. Nas pesquisas realizadas por Fonseca, uma de suas entrevistadas, que vivia em estado de penúria, sobrevivendo de esmolas e doações, se dizia exultante em estar esperando o oitavo filho. Já havia colocado três deles em um orfanato. Nas palavras de sua informante “Parar de ter filhos? Por quê? Vou dar um terceiro filho forte e bonito para meu marido (atual). É uma coisa que eu sei fazer muito bem!” Segundo Fonseca, não é absolutamente o fator econômico que as impedem de ficarem grávidas. (FONSECA, 2000, p. 31)

Deus o livre quero muito bem meus filho... quero criá meus filho, por isso que eu tô me esforçando, mas vou criar meus filho nem que seja sozinha... Tanto que eu queria trabalhar mas não tem como, não tem serviço, não sei o que fazê da minha vida... pior ainda não posso contá com ninguém ... (choro) eu tenho que sustentá meus filho se não eu perco eles... (Beatriz, 21 anos, companheira de Alcenir. Lages, 04/03/2002)

Ao contrário do discurso dos profissionais, nenhuma de minhas informantes considerou a gravidez como doença. Reclamam muitas vezes do peso da barriga, da ansiedade, de cansaço, mas nem por isso consideram seu estado gestacional como enfermidade.

Nessa direção, Heloísa Paim (1998, p. 36), ao estudar grupos de baixa renda em Porto Alegre, verifica do mesmo modo que mulheres nesse período articulam gravidez com saúde, observando que as gestantes não abandonam suas atividades diárias a não ser quando estão em períodos mais próximos do parto ou no pós-parto. Pude observar nos discursos de Regiane e Carla essa mesma perspectiva:

Agora a mãe mandou eu descansá. O médico disse que eu tenho que fazer repouso também. *Mas não consigo ficar parada tenho que sempre tá fazendo uma coisa assim*, mexendo nas roupa, lavando louça, não tenho paciência de tá parada, entendeu? (Regiane, grávida de gêmeos estando com 6 meses. Lages, 10/04/2002).

E eu trabalhava, eu trabalhava ...ficava muito pouco parada. Aí quando chegava a noite tava tudo arrumado... só ficou ruim quando chegou perto de ganhá (Carla, 20 anos, puerpério. Lages, 09/04/2002).

Assim sendo, pelo menos nas representações de minhas informantes, a gravidez representa um sinal de saúde, e ficam incomodadas quando não podem, por uma ou outra razão, efetuar seus trabalhos domésticos, tal qual apontado por Paim.

5.4 O *estar* e o (não) *desejar*: o planejamento da gravidez e as percepções sobre o aborto

Outro aspecto interessante entre minhas informantes diz respeito ao planejamento da gravidez. Como havia feito contato primeiramente com boa parte dos profissionais que trabalham com violência doméstica, estava um tanto influenciada por suas idéias diante da existência ou não de um projeto gestacional. Em nenhum momento os profissionais acreditam que as mulheres programem a gravidez e, quando o fazem, é para *prender* o companheiro. Confirmam que não estão preocupadas em controlar a gravidez, tampouco possuem uma

organização familiar, enfatizando que é nesse aspecto que existe uma “diferença de classes mais marcante”:

Geralmente elas ficam grávidas, *mas não tem uma noção da gravidez... porque não tem controle*, não vão no postinho pegar remédio, geralmente são pessoas pobres de tudo, de espírito, de situação financeira, elas não tem esse discernimento - não, eu vou ter um filho, vou ter 2 filhos - não. Ali o filho é de um marido, a filha é de outro, a mãe já tá vivendo... Como aconteceu... Com o genro, a mãe tirou o marido da filha, então, pessoas assim que não tem valores, aquela coisa de família, não. É aquela bagunça, aquela coisa assim... (Isabela, 42 anos, Escrevente DPCAPM. Lages, 24/02/2002).

Olha, as mulheres... que passam ou passaram por uma história de violência, elas se arrependem de estarem grávidas... Porque... tipo assim: aquela criança nunca foi desejada. É mais uma criança que vem pra sofrer. *Não existem programações, não existe planejamento familiar*. (Isadora, 33 anos, Psicóloga PROCEVIC. Lages, 06/03/2002).

Elas não planejam a gravidez. Ai tem a diferença de classes mais marcante. Geralmente o ato sexual e a concepção se dá pela violência já. Então você é forçada a ter o ato sexual. Você daí está em estado de gravidez mas pela consequência da tua ignorância, que você não tem um método anticoncepcional, o filho passa a ser um grande peso.” (Gisele, 33 anos, secretária da assistência social da prefeitura de Otacilio Costa. Lages, 09/04/2002)

Todavia, fiquei surpresa ao constatar que boa parte de minhas informantes – ao contrário do discurso dos profissionais – demonstraram ter planejado sua gravidez. Inclusive Estela - à época grávida de 6 meses - realizara tratamento para engravidar do primeiro filho⁸³.

TABELA INFORMANTES: PLANEJAMENTO	
PLANEJARAM (PRIMEIRA) GESTAÇÃO	NÃO PLANEJARAM GESTAÇÃO
REGIANE	CARLA
MARIANE	KÁTIA
ZELÂNDIA	
BEATRIZ	
GRAÇA	
ESTELA	

⁸³ Estela, na realidade, sofreu um aborto aos sete meses ao cair de uma escada. Posteriormente, não conseguindo engravidar, realizou o tratamento.

Conforme quadro acima, observa-se que a primeira gravidez foi planejada por 6 das 8 mulheres entrevistadas, excetuando-se apenas Carla e Kátia. Todas tiveram sua primeira gravidez entre 15 e 23 anos. Também comentaram sobre o desejo de ter filhos, e programaram a gravidez logo em seguida à união com seus companheiros.⁸⁴ Talvez para estas mulheres, a construção de uma “identidade feminina completa” se conecte ao desempenho do papel de esposa e de mãe, representando desse modo uma característica similar observada em grupos populares estudados, entre outros, por Fonseca (2000) e Paim (1998).

Porém comecei a compreender a postura radical dos profissionais diante desse fato quando constatei que as gestações subseqüentes não eram planejadas, conforme me relataram Beatriz, Graça e Estela, únicas informantes que possuem mais de um filho.

Diante dessa perspectiva, indaguei de minhas informantes se não utilizavam ou mesmo se não conheciam qualquer método contraceptivo, pois, segundo várias profissionais da área, os postos de saúde fornecem sem custos preservativos, bem como comprimidos anticoncepcionais.⁸⁵

As respostas de todas elas eram as mais variadas possíveis: Estela pensava que não poderia mais ter filhos, porém, engravidou imediatamente após a retirada de um mioma. Graça se arriscou, contando com a ajuda de Deus, Beatriz disse que “até cuidava”, porém seu companheiro a “pegava dormindo” e ela não sabia se o ato havia se concretizado ou não. Em relação às outras duas informantes que engravidaram pela primeira vez, Carla argumentou que foi adiando a consulta ao médico, pois o companheiro queria acompanhá-la, e, por um descuido, acabou engravidando. Kátia afirma veementemente que estava tomando comprimidos há muitos anos e, dessa forma, seu organismo acostumou-se com o remédio, acabando por não fazer efeito.

Outra perspectiva interessante em relação às percepções diante de métodos contraceptivos foi relatado por Irmã Lúcia. Segundo a informante, uma das mães que deixa seus filhos na creche da Irmandade Nossa Senhora das Graças argumenta que não agüenta mais passar todas as festas natalinas grávida. Relata a Irmã que essa mulher é fortemente

⁸⁴ Apenas Graça engravidou antes de casar mas por sua própria vontade.

⁸⁵ Sabe-se que o século XX foi marcado por grandes transformações onde a sociedade civil organizou-se em busca de seus direitos destacando-se os movimentos feministas, sendo que as várias sociedades não foram mais as mesmas depois que as mulheres foram às ruas reivindicar seus direitos. Segundo Maria Juracy Tonelli Siqueira (1999, p.191) associam-se a esses movimentos, a ampliação do desenvolvimento de tecnologias que permitiu a criação de métodos contraceptivos mais seguros, os quais auxiliaram decididamente na “dissociação mulher/mãe”.

influenciada pelo pai, o qual adverte a filha sobre o mal que comprimidos anticoncepcionais podem causar:

Tem uma mãe que eu acho que tem uns 21 anos, 4 filhos, e disse assim - *eu acho que nunca passei um natal sem tá grávida* - aí eu dizia: mas menina tem tanto recurso, o posto de saúde é ali em cima, a prefeitura dá comprimido! Vai no médico, vê direitinho qual comprimido. Olha o trabalho que você passa! Olhe o trabalho que você passa! - **Ah, mas o meu pai diz que se a gente tomar aquilo lá, apodrece tudo a mulher por dentro** - entendeu? Analfabeta, o universo masculino muito forte dentro né? - **o pai falou - não é nem o marido**. O marido coitado acaba fazendo o papel de ... e aí então ela todo ano engravidando! Agora acho que fizeram ligadura, e ela muito novinha, antes não queriam fazer né? Os médicos né? E tá com 4 filhos. E essa coisa dela de - eu não vou tomar nada, porque eu vou ficar doente vou apodrecer tudo, deslança a mulher por dentro - entendeu? Aí, todo ano um filho e todo natal tá grávida. Aí - eu não sei o que é passar o natal sem tá pesada sem tá barriguda - na verdade ela teve 5 filhos um faleceu. E o outro tem problemas depende dela pra tudo, tudo, tudo ... problema neurológico muito sério. Os outros se viram, mas esse é totalmente dependente dela. O outro que morreu era cardíaco. (Irmã Lucia, 44 anos, Diretora Irmandade Nª Sª das Graças. Lages, 22/02/2002).

Ainda nessa mesma perspectiva, representando que a gravidez em alguns casos pode ser indesejada – conforme as narrativas de Beatriz, Graça e Estela – arrisquei-me a perguntar se em algum momento minhas informantes pensaram em fazer aborto. Diante de suas respostas, percebi que se tratava de um assunto realmente delicado, pois algumas pareciam ofendidas diante desse questionamento.⁸⁶

De jeito nenhum. Pra mim [*a gravidez*] é uma coisa assim... boa e eu não sou a favor do aborto. Porque a criança não tem culpa, né? Não pedi pra nascer, entendeu? Tive 3 começo de aborto e consegui salvar a criança. (Kátia, 22 anos, grávida de 5 meses. Lages, 11/04/2002)

Fazer aborto? Não, isso não. Já perdi a outra [menina] com 1 mês e meio, imagina! (Mariane, 20 anos, grávida de 9 meses. Lages, 08/04/2002)⁸⁷

⁸⁶Tema polêmico e diversamente discutido, o aborto ainda representa no Brasil um assunto interdito sendo que sua descriminalização tem se deparado frente a movimentos religiosos que condenam essa prática. Segundo Joana Maria Pedro (1999, p.181), as práticas abortivas são conhecidas desde os tempos antigos, bem como se destacam dentre algumas culturas. Também observa que desde a Idade Média, foram flagrantes as perseguições às parteiras e as feiteiras pois acreditava-se que produziam poções abortivas, sendo primeiramente perseguidas pela igreja e posteriormente pela “ciência médica”. A autora sugere que a criminalização do aborto, sempre esteve fixada no interior de políticas de controle da população e, principalmente, “do corpo das mulheres”.

⁸⁷ Mariane deu a luz a uma menina alguns anos antes desta gestação, porém, a criança morreu com um mês e meio de vida devido a problemas cardíacos.

Não, não. *Nem pensá numa barbaridade dessa.* Eu tive com 4 meses de gravidez... tive um início de aborto, mas graças a Deus me recuperei . (Carla, 20 anos, puerpério. Lages, 09/04/2002)

Regiane e Zelândia também comentaram que nunca lhes passou pela cabeça fazer aborto, ao contrário, planejaram a gravidez. Estela disse que sofreu um aborto aos sete meses ao cair de uma escada, portanto não foi provocado. Argumenta que logo após esse fato teve que fazer tratamento para engravidar, porém os outros filhos realmente não foram programados. Beatriz não respondeu. No momento em que indaguei sobre essa possibilidade, levantou-se repentinamente, preocupada com os filhos que iria buscar na creche, e foi embora. Graça foi a única a admitir que não tinha certeza se levaria a gravidez adiante. Disse que tanto ela como seu companheiro atual já tinham dois filhos (com parceiros diferentes) e, além disso, embora tenham assumido a gravidez, seu consorte não desejava ter mais filhos devido à sua idade avançada.

Alguns profissionais afirmam que, aparentemente, diminuíram os casos de aborto na cidade de Lages. Dr. Hermes por exemplo, observa que no Hospital e Maternidade Tereza Ramos, local para onde se dirige maior parte desses casos, há muito não se registram ocorrências de mulheres que tenham provocado aborto, desconhecendo as razões para tal fato:

Hoje não se vê casos de aborto provocado, há muito tempo eu não vejo. Diminuiu muito. Eu não sei se existe algum local que estão fazendo aí, ou o pessoal está se prevenindo mais, não sei explicar. Mas aqueles casos de chegar lá com aborto provocado, mal-estar, todas as complicações que são próprias do aborto, faz muito tempo que não vejo. Inclusive já teve muitos casos de aborto provocados por causas das brigas em casa, mas agora ultimamente... não lembro. Não sei precisar o número de casos, eu não sei precisar, mas já teve. (Dr. Hermes, 43 anos, médico ginecologista/obstetra. Lages, 04/04/2002)

Padre Heloir comenta que, possivelmente, essas mulheres não fazem mais tantos abortos por considerarem a gestação como um acontecimento sagrado. Sendo assim, preferem doar os filhos do que praticar tal ato:

“Entre as mulheres mais pobres, tem um grupo, não sei se isso é geral em outros lugares, mas muitas mulheres elas dão a luz, nasce o filho e elas dão. ***Elas preferem dar a matar o filho.*** Tem muita criança adotada aqui em Lages. Tendo a ver com a sacralidade. E muitas na hora do desespero dão os filhos.”(Padre Heloir, 51 anos, professor, Coordenador Cáritas Diocesana de Lages. 08/04/2002)

As atitudes dessas mulheres em assumir uma gestação e, do mesmo modo, em doar seus filhos, lembram questões ligadas à honra, porém sob um outro aspecto além dos já

mencionados neste trabalho: o sacrifício em demonstrar que o sofrimento chega a ser uma virtude inerente à maternidade (MELHUS, 1990)

Conforme sugere padre Heloír e se verifica no discurso de algumas informantes, a gravidez é percebida em torno de aspectos morais representados aqui pela sacralidade, pela mãe santa, pela mãe sofredora, por isso jamais praticariam um aborto, preferindo doar seus filhos. Esses significados remetem a uma moralidade que, conforme observa Marit Melhus (1990), indica o sofrimento como uma virtude essencialmente feminina e, como tal, refletindo a experiência da vida de uma mulher. Porém todo esse sofrimento deve ser visível para que tenha sentido.⁸⁸

Por outro lado, a doação de crianças, fato registrado por meu informante em Lages, pode estar relacionada a uma prática familiar, tal como a que foi verificada por Fonseca (1995) em seus estudos com grupos populares. Segundo a autora, a circulação de crianças é uma prática muito comum realizada há muitas gerações, as crianças “transitam entre casas de avós, madrinhas, vizinhas, e ‘pais verdadeiros’”. Dessa forma, as crianças podem ter diversas ‘mães’ sem nunca passar por um tribunal.” (1995) Essa prática, hoje condenada pela classe média⁸⁹, engendra suas razões a partir de uma lógica familiar contrastiva ao modelo dominante de família, segundo Fonseca realizada em função de uma solidariedade consanguínea constantemente em demonstração, na qual a criança mantém – independente da casa em que “circule” - “a identidade dos pais biológicos”.

Em Lages, a doação de crianças é percebida pela sacralidade, mas também pela falta de recursos das gestantes. Porém, embora não se possa descartar o fator econômico – também usado como estratégia para a circulação de crianças, conforme observado por Fonseca – nada nos impede de pensar que as mulheres em Lages também tenham recorrido a essa prática não somente pela carência de condições materiais, mas pelas mesmas razões verificadas pela

⁸⁸ Penso que essa postura diante do aborto vai depender muito do grupo estudado. Flavia de Mattos Motta (1998) ao estudar a identidade feminina de um grupo de mulheres com mais de 60 anos, verifica que muitas delas realizaram aborto, porém em seus relatos diante desse assunto não transpareciam culpa, vergonha, tampouco acusação. Segundo a autora “Na fase inicial, a gravidez parece ser concebida mais em termos da própria mulher, de seu corpo, do que em termos de um outro ser – o bebê.” (MOTTA, 1998, p. 93)

⁸⁹ A autora argumenta que a classe média também possuía essa prática de circulação de crianças – as mulheres costumavam colocar um de seus filhos nas casas de irmãs “solteiras” ou “estéreis”. Comenta que elas não tinham receio do afastamento da criança por causa de fatores psicológicos, prática que se transformou quando as mães aprenderam, segundo hipóteses levantada por Fonseca, “a se angustiar conforme os ditames de Freud e do Dr. Spock”. (Fonseca, 1995)

autora em relação à solidariedade entre os parentes, uma vez que esse fenômeno também é constatado em vários estados do Brasil.⁹⁰

Diante desses casos, percebe-se que os métodos contraceptivos, incluindo o aborto, parecem não figurar efetivamente no universo de algumas de minhas informantes. Talvez não percebam ou mesmo não queiram dissociar sua identidade de *mulher/mãe* (LO BIANCO, 1985; SIQUEIRA, 1999), acreditando – consciente ou inconscientemente – que a gravidez esteja articulada à tarefa *natural* da maternidade, ou talvez estejam mergulhadas nesta noção de “sacralidade” ou de “doação”. Poder-se-ia também sugerir, conforme nos relata Irmã Lucia, que os homens ocultam seus verdadeiros discursos, influenciando as mulheres de suas famílias a não interferirem na natureza de seus corpos.

Percebendo em meus estudos que a gravidez é também uma fonte de poder feminino, abordo no próximo item questões relativas à vitimização das mulheres, a partir das representações das policiais da DPCAPM. Como veremos, as funcionárias argumentam que muitas se prevalecem de seu estado gestacional para provocar ou incrementar brigas, ao mesmo tempo em que se utilizam da gravidez para se fazerem de vítimas em diferentes relações.

5.5 A Vitimização Característica das mulheres grávidas

A discussão em torno da *vítima* e do *agressor* parte, conforme mencionado, das contribuições pioneiras de Gregori (1993) e Grossi (1994), que das diferentes situações de análise produziram uma tematização sobre o uso dessas expressões para referir-se aos envolvidos em *violências*.

Fora da Academia, o *arrepio* provocado por essas autoras nos anos 90, remodelando o discurso sobre a vitimização feminina, parece ter sido bem aceito – embora inconscientemente – pelas policiais da Delegacia de Mulheres em Lages. Durante a pesquisa, pude perceber que as representações das profissionais giram em torno de uma perspectiva relacional, dando ênfase à cumplicidade das mulheres nos conflitos domésticos.

⁹⁰ Fonseca argumenta que essa prática também foi verificada “de Recife a Belém, de Salvador a Porto Alegre”, sendo que um grande número de famílias urbanas de camadas populares “abriga um filho de criação”. (Fonseca, 1995, p. 14)

Considerando a experiência adquirida durante o tempo em que trabalham na DPCAPM, as policiais acreditam que é preciso ter discernimento e bom senso para identificar quem são as *vítimas* e quem são os *agressores*. O relato de Nelise, uma das escrivãs da Delegacia, reflete de maneira geral o pensamento das policiais entrevistadas:

[...] nem todo *autor* é *autor* e nem toda *vítima* é *vítima*. Porque você, você pode registrar contra quem você quiser, e qualquer crime, porque na hora de você registrar aqui você é vítima. Será que você é mesmo?... (Nelise, 38 anos, Escrivã. DPCAPM - Lages, 05/03/2002).

Nessa perspectiva, a narrativa de Nelise também nos ajuda a interpretar os discursos recorrentes nos boletins de ocorrência, nos quais a queixosa aparece como uma mulher indefesa, sem culpa e sempre vítima das violências praticadas na maior parte das vezes por seu companheiro, refletindo essa mesma vitimização quando os *agressores* são seus familiares ou pessoas de seu convívio social.

Tratando minha pesquisa sobre violências no período de gravidez, procurei compreender o que as policiais entendem como *provocação* das mulheres em período gestacional a seus companheiros. Para as funcionárias da DPCAPM, esse *estímulo* se caracteriza no que popularmente denominam de *enchecção de saco*, e consideram que as mulheres quando grávidas passam por um período de maior sensibilidade e fragilidade, utilizando, muitas vezes, a gravidez para se fazerem de vítimas:

...ela fica provocando, a mulher fica ali cutucando, cutucando, até que ele pega e dá na cara. Mas tem casos que a vítima é ele. Tem uma hora que ... “porra mas não me irrita” claro tem que considerar que ela ta grávida, que ela ta sensível, que ta frágil, mas tem que dar as vezes uma sacudidela nela sabe? (Simone, 40 anos, Investigadora. DPCAPM, Lages 27/02/2002)

Agora vou ser sincera contigo: 40% dos casos, a mulher... ela tem bastante responsabilidade de uma agressão. Porque, porque elas provocam situações, provocam discussões infundadas, sabe? Infernizam tanto a cabeça deles, tem neuras, sabe? De achar que o marido tem outra, e daí vão lá fazem, provocam escândalo, no trabalho, com colega de trabalho... elas grávidas nem se fala. O marido acaba se descontrolando e parte pra agressão. Então na maioria das vezes as mulheres, a maioria não, mas 40% das mulheres, provoca, coloca um filho no braço outro no outro e começa a dizer que “você isso você aquilo ... o marido. Tudo bem, tá grávida mas espere aí...” (Janine, 26 anos, Escrevente. DPCAPM, Lages 27/02/2002)

“As grávidas, geralmente, como os maridos na maior parte das vezes chegam em casa alcoolizados, *elas enchem o saco deles pra caramba, até apanhar*. É onde existe a agressão física ... e por elas estarem grávidas elas se aproveitam da situação

e eles acabam batendo - bate, bate quero ver se tem coragem de bater em mim grávida, bate - e bate mesmo de tanto a mulher encher. Elas usam a gravidez.”

“...A mulher fica ali cutucando, cutucando, até que ele pega e dá na cara” sendo que em “40% dos casos, a mulher... ela tem bastante responsabilidade de uma agressão. Porque, elas provocam situações...” além disso “elas grávidas nem se fala...” pois “elas se aproveitam da situação...bate, bate quero ver se tem coragem de bater em mim grávida, bate...”. Diante das narrativas dessas profissionais, pude constatar que elas não descartam a violência de gênero (Saffioti, 1994), embora creditem boa parte dos conflitos existentes entre os casais às mulheres que prestam queixas na delegacia, considerando que elas *provocam, cutucam e irritam* os companheiros. Certamente, como pude captar nas entrevistas e durante o tempo em que trabalhei na DPCAPM, as policiais consideram o estado gestacional como um período de maior fragilidade, e acreditam que nada pode justificar qualquer tipo de violência⁹¹. Inclusive argumentam que, muitas vezes, além do trabalho institucional, prestam atendimento *psicológico e assistencial*, dando conselhos e orientando essas mulheres⁹². Porém consideram que as mulheres não deveriam se aproveitar da gravidez para se fazerem de vítimas, pois somente pioram sua situação conjugal.

Segundo estas profissionais, muitas mulheres, ao prestarem queixas na Delegacia, se utilizam da gravidez para reforçar sua vitimização, porém tais queixas não se restringem somente aos conflitos entre os casais ou sua parentela, mas envolvem também outras mulheres que fazem parte de sua rede de sociabilidade local, ou seja, suas vizinhas.

5.6 Conflitos entre mulheres no período gestacional

As narrativas das policiais sobre as brigas entre mulheres me chamaram particular atenção. Nos primeiros dias em que estive na delegacia realizando pesquisa exploratória, minha intenção era examinar casos que envolvessem homens e mulheres em conflitos afetivo-conjugais durante a gravidez. Todavia, acabei sabendo, primeiramente pelas escritas e depois através da análise dos BOs, que muitas mulheres grávidas compareciam na delegacia para

⁹¹ Nem todas as policiais pensam dessa forma. As que entrevistei efetivamente assim expressaram suas opiniões. Mas durante meu trabalho de campo na delegacia, escutei comentários do tipo “mulher gosta de apanhar mesmo”, “aquele casal? são os típicos sem-vergonha” e coisas do gênero.

⁹² Sobre os atendimentos nas Delegacias Especiais de Mulheres ver Debert e Gregori (2002), Riffotis (1999), Santos (2001), Brandão (1996), Muniz (1996), Soares (1999) entre outros.

denunciar outras mulheres envolvidas em brigas de vizinhança⁹³, utilizando-se de seu estado gestacional para incrementar os conflitos⁹⁴, conforme observam as policiais:

... brigas entre vizinhas ou desavenças entre amigas, sabe, aquela fofoca? A maioria dessas que a gente atende elas utilizam o estado delas pra se prevalecerem da situação, pra tirar vantagem - ah, eu vou te dá um tapa na cara porque tu não pode revidar, porque eu to grávida -. Eu acabei de atender um caso esses dias inclusive que foi bem isso que aconteceu. Ou seja, acho que elas se prevalecem da situação de gravidez nessas situações. De briga de mulher contra mulher sabe? (Janine, 26 anos, Escrevente. DPCAPM – Lages, 27/02/2002)

“... porque aquela que tá grávida ... Porque nem sempre a vítima é totalmente vítima, principalmente nos casos quando a briga é de mulheres, elas se aproveitam de uma situação que elas estão grávidas e vão lá provocar. Isso já foi constatado. (Isabela, 42 anos, Escrevente. DPCAPM – Lages, 24/02/2002).

Elas usam a gravidez. Ah, inclusive o problema das grávidas não é só com o marido mas com a vizinhança se aproveitando porque está grávida - vem aqui me bater agora que to grávida, quero ver tua coragem - sabe? Se fazem muito de vítimas. Existem casos no depoimento que a vítima de vítima não tem nada. Muitas delas se prevalecem de sua situação ainda mais que tem a delegacia da mulher. (Janaina, 37 anos, Investigadora. DPCAPM – Lages, 25/02/2002).

Existe um consenso entre as narrativas das policiais quando consideram que muitas mulheres se aproveitam de seu estado gestacional para provocar ou incrementar as brigas entre suas vizinhas, sendo a gravidez efetivamente usada para garantir a defesa: “ah, eu vou te dá um tapa na cara porque tu não pode revidar porque eu to grávida”. Janaina, investigadora policial, também ressalta que “muitas delas se prevalecem de sua situação ainda mais que tem a delegacia da mulher”. Neste sentido, tal qual exposto por Elaine Brandão (1996), a delegacia se torna um recurso simbólico utilizado pelas mulheres para reorganizar a ordem familiar. Todavia, a autora confronta essa situação com os casos das retiradas das queixas para negociação conjugal. Mas nas ocorrências registradas envolvendo mulheres, que papel teriam essas instituições? Suponho que as delegacias especializadas também representem um recurso simbólico para essas mulheres, porém no sentido de competição e não de

⁹³ Pela análise dos BOs, essas brigas não correspondem a casos de mulheres envolvidas em relações homoeróticas. Posteriormente, conversando com as policiais, elas disseram que as mulheres envolvidas em relacionamentos afetivo-conjugais também procuram a DPCAPM de Lages, porém desistem de registrar a ocorrência.

reorganização familiar, conforme observado por Brandão. Arrisco-me a sugerir que o papel dessas instituições – perante as representações dessas mulheres - seria o de realizar a mediação entre essas brigas e conferir, dessa maneira, quem seriam as vítimas e a quem restaria o rótulo de agressor nessas disputas, ou seja, seria um jogo de *quem ganha* e de *quem perde*. Levando em consideração o teor de suas queixas, pode-se verificar, a partir dos exemplos abaixo, quais as principais razões que despertam ou provocam as rixas entre as vizinhas:

QUEIXA NA DPCAPM:

HISTÓRICO: “Compareceu nesta Delegacia de Polícia Judiciária a comunicante relatando-nos que a autora acima lhe fez ameaças dizendo que depois que a vítima ganhasse nenê iria dar um jeito nos dois. Relata ainda que a autora agrediu a vítima em outra ocasião e acredita que é motivo de rixa . Era o relato.” (BO nº tal/2001 – DPCAPM/Lages)

QUEIXA NA DPCAPM:

HISTÓRICO: “Compareceu nesta delegacia a comunicante nos relatando que foi agredida fisicamente pela autora acima, causando-lhe lesões. Que, a comunicante está grávida de 5 meses. Que, a autora proferiu palavras de baixo calão contra a comunicante e disse que o marido da mesma é um “cornio”. É o relato.” (BO nº tal/2000 – DPCAPM/Lages)

Conforme se constata nos boletins de ocorrência, os discursos impressos nesses documentos giram em torno de ameaças, agressões físicas, troca de palavrões, e o sentido de tais adversidades se direcionam principalmente à gravidez, infidelidade feminina, e, ainda em outros casos, a querelas domésticas, lembrando muito as mulheres de grupos populares pesquisados por Fonseca (2000)⁹⁵.

Pude observar que na DPCAPM de Lages existem muitos processos envolvendo mulheres que se desentenderam em brigas de vizinhança, os quais se enquadram nos crimes de injúria, calúnia e difamação⁹⁶. Segundo Nelise, esses inquéritos sempre ocorrem da mesma forma:

⁹⁴ Certamente possuía conhecimento de brigas entre mulheres, porém a quantidade de registros da DPCAPM de Lages é impressionante, fato que não poderia passar despercebido, apesar de meu interesse estar voltado à violência conjugal durante a gravidez.

⁹⁵ Esta autora verifica que uma mulher quando quer criticar outra ataca na área da maternidade ou pelo adultério feminino, uma vez que sua imagem gira em torno de tarefas domésticas, ou seja, “ela deve ser uma mãe devotada e uma dona de casa eficiente.” (FONSECA, p.31 e 147)

⁹⁶ Conforme comentou o Delegado da DPCAPM de Lages, para esse tipo de crime é realizado um Termo Circunstanciado enquadrado na Lei 9099. Segundo suas próprias explicações, “esse Termo Circunstanciado nada mais é do que um boletim circunstanciado do que ocorreu, no caso dos crimes de pequeno poder ofensivo, aqueles que são elencados na lei 9099, crimes com penas de até 1 ano de detenção. Esses crimes e contravenções, eles são feitos nos TCs. É feito um histórico do autor e da vítima com testemunhas e encaminhado para promotoria pública. Lá na promotoria pública, são feitos os termos conciliadores, e também

.. uma cuidando da vida da outra, fazendo comentários – ela não limpa bem a casa, porque aquela fica até não sei que horas da noite na janela, porque usa umas roupas indecentes, ah, porque aquela lá é riquinha tem que morar no centro, aquela lá não cuida das crianças – sabe, e daí fala pra alguém, *que acha que é amiga e essa pessoa acaba contando e aí elas discutem e brigam e vem parar aqui.* (Nelise, 38 anos, Escrivã. DPCAPM - Lages, 05/03/2002)

Diante das considerações da Escrivã, parece que a fonte dos desentendimentos se encontra diretamente na fofoca proferida pelas mulheres⁹⁷, as quais, segundo Fonseca (2000), são as principais manipuladoras da reputação dos indivíduos pertencentes a seu grupo. Para a autora, “...a fofoca envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio. Ela é sempre concebida como uma força nefasta, destinada a fazer mal a determinados indivíduos” (FONSECA, 2000, p. 41).

Embarcando nessa perspectiva, Nelise argumenta que a pior das fofocas é a que envolve calúnias em relação a fertilidade, gravidez e conjugalidade das mulheres, sendo que, dentre as três alternativas, dizer que uma mulher “não tem marido” representa a pior das ofensas:

feito uma audiência entre as partes, os conciliadores e o ministério público se eles chegarem a um acordo... se não chegar a um acordo, aí cabe ao ministério público encaminhar ao judiciário, e pode-se dar penas como pagamento de cestas básicas, trabalhos a comunidade, penas alternativas. Bom, isso valia até o ano que passou (2001). A partir desse ano, surgiu a lei 10259, que alterou o artigo 61 da lei 9099, e todos os crimes de pequeno poder ofensivo passaram para até dois anos de detenção. Aumentou o número inclusive de crimes de contravenção. Então, já falei da lei 10259, os crimes agora passaram a ser alvo do TC que é uma coisa rápida também, pelo menos rápida pra delegacia, está se tornando demorada no Fórum. Porque aqui [na DPCAPM de Lages] nós temos por exemplo, do ano passado até agora, nós estamos agendando hoje audiências com relação a crimes e contravenções que foram registrados aqui na Delegacia para novembro desse ano já. Estamos entrando quase no ano 2003, para as audiências para aquilo que nós já fizemos aqui. Por exemplo, amanhã é feito um TC e encaminhado ao juízo, esta audiência vai se dar somente em novembro desse ano. Então isso dado ao grande volume de procedimentos realizados pela Delegacia da Mulher.”

Algumas funcionárias da DPCAPM também se queixaram da demora deste procedimento, argumentando que o Termo Circunstanciado, que deveria ser uma coisa rápida para crimes de menor poder ofensivo, estão “emperrados” no Fórum sendo que existem processos para 2003. Uma das polícias, Isabela, ainda comentou que “quando chegar a chamar as pessoas lá [no Fórum] perdeu-se o sentido de justiça, é muito demorado. E infelizmente o nosso público não sabe de seus direitos, pq o promotor de justiça tá lá pra que, ele tá lá pra isso, pra fazer com que cumpram-se as leis. Porque você tá sendo violentada duas vezes, tá sendo violentada nos teus direitos duas vezes: uma quando é agredida pelo teu companheiro e outra pela demora porque não justifica isso. Já foi feita uma lei que é a 9099 que é pra agilizar as coisas entendeu? Pq tem poucos juizes, o Fórum tem edital, olha é n motivos.”

* Sobre a Lei 9099 ver: TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de - “A lei 9099/95 e a Criação do Juizado Especial Criminal”. In: O que é violência contra a Mulher? São Paulo, Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos)

⁹⁷ As policiais também argumentam que as intrigas acontecem por que essas mulheres não tem o que fazer e não compreendem que mesmo quando aparecem oportunidades de emprego para elas na própria delegacia - como pude constatar- inventam qualquer desculpa para não trabalhar. Cansei de ouvir queixas das policiais que não conseguiam encontrar empregadas domésticas ou babás para trabalharem em suas casas e cuidarem de seus filhos. Conforme comentado na seção 4.0, mesmo tendo possibilidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, as mulheres provavelmente não o fazem porque só teriam a perder, segundo os comentários de Fonseca (2000, p.72).

[...] eu lembro de comentários, nesses casos de injúria, difamação e calúnia, de brigas de vizinhas.. – você é seca!!! Ou – eu vou matar você e o filho que tá na tua barriga – e também comentários em que uma dizia assim – **você é uma mulher sem marido** – entendeu? Falar que é sem marido mesmo, ofende demais, ofende demais as mulheres. E agora ligando as coisas assim nessas discussões, a outra respondia assim – olha, ela gritava pra mim! Imagina dizer que eu era mulher sem marido!!! – ... Porque... essa que me disse isso se sentiu muito ofendida, quando a outra disse que ela não tinha marido. Porque a outra tinha marido, e falava assim – sua mulher sem marido – e a outra ficou muito ofendida, sabe? E não foi só um caso que atendi assim. São diversos casos. As outras chamam, sabe que vai ofender muito, pra quem ouve, vem aqui que não admite esse tipo de comentário... (Nelise, 38 anos, Escrivã. DPCAPM - Lages, 05/03/2002)

Esses ataques entre as vizinhas, conforme exposto por Nelise, representam uma ofensa extremamente grave. Os comentários “Você é seca” ou “vou matar você e o filho que tá na tua barriga” ou “você é um mulher sem marido” são calúnias imperdoáveis, pois direcionam-se inteiramente a questões de honra feminina, uma vez que a fertilidade, a maternidade e o casamento são compreendidos como um destino natural das mulheres, as quais obtêm e afirmam sua *identidade social* somente através desses atributos. Ser seca, correr o risco de sofrer aborto e, além disso, não ter um marido que lhe garanta um status *honroso e respeitável* (Fonseca, 2000, p. 32), não se enquadram numa “identidade social normal” (FUNCK, 1999, p. 301) almejada e apreendida por essas mulheres.

Assim sendo, as policiais de forma geral acreditam que qualquer pessoa pode assumir o papel de vítima, também consideram que a mulheres têm fortes implicações nas relações violentas, salientando que muitas delas provocam tais situações assumindo o papel de *vítimas* quando procuram a delegacia. Do mesmo modo, as profissionais entrevistadas demonstram que as principais razões de conflitos entre mulheres são as rixas provocadas pelas *fofocas*, que envolvem ataques sobre a fertilidade alheia (você é seca), a gravidez (vou matar você e o filho que tá na tua barriga) e ao casamento (sua mulher sem marido), pontos que interferem diretamente nas questões de honra femininas.

6. GRAVIDEZ GERADORA DOS CONFLITOS?

Após analisar como o grupo de profissionais e também como o grupo das gestantes envolvidas em relações violentas em Lages interpretam os significados inerentes a gravidez e maternidade, procuro discutir neste capítulo se a gravidez desdobra-se em razões emissárias de conflitos entre homens e mulheres em situação afetivo/conjugal.

Para tanto, tais desdobramentos sugerem a partir das representações de meus informantes, que as violências podem se intensificar a partir gravidez, sendo que a desconfiança em torno da paternidade e o envolvimento de parentes consanguíneos ou afins – a exemplo das relações de gênero envolvendo irmãs, noras e sogras - engendram boa parte dos conflitos a partir dos posicionamentos adotados por estes personagens nas relações de parentesco.

6.1 A Irrupção das Violências

Observando a perspectiva elaborada por Eleonora Menecuci de Oliveira e Lucila Amaral Vianna (1993) sobre a hipótese de que a violência doméstica “começa com a gravidez”, pude verificar que tal suposição é refutada pelos profissionais entrevistados em Lages, os quais acreditam que as violências fazem parte de um processo anterior a este período, não transparecendo a gravidez representar a principal razão para os desentendimentos entre os casais:

A violência nunca acontece só na gravidez. Eu não tenho nenhum caso que ela foi agredida só depois que ficou grávida. ***Ela já havia sido agredida antes.*** E a agressão começa muito antes do casamento. Então quer dizer, a violência começa muito antes numa relação de concubinato, de uma relação marital, sempre há precedentes. No PROCEVIC de Lages, *não existe nenhum caso que a agressão tenha acontecido pura e simplesmente por causa da gravidez.* (Dr. Eduardo, coordenador PROCEVIC. Lages, 29/02/2002).

Não. Não batem porque estão grávidas. ***É porque realmente já estão acostumadas a serem agredidas e o companheiro já é acostumado a agredir sabe?*** Não importa a situação da mulher sabe? Grávida ou não ela é agredida igual. Então não acredito que seja assim diferenciado não, sabe? Porque ela tá grávida, já é costume.... (Neusa, 50 anos, Escrevente. DPCAPM – Lages, 01/03/2002).

Não, não, dificilmente é por causa da gravidez. É um fator de um homem e de uma mulher violenta... *já vem de uma violência que já existia. A gravidez não causa violência, a gravidez motiva a acionar a violência que já existia.* (Padre Heloir, 51 anos, professor, Coordenador Cáritas Diocesana de Lages. 08/04/2002)

Tais declarações demonstram que as agressões no período gestacional ocorrem entre homens e mulheres que possuem um histórico de violência conjugal – *ela já havia sido agredida antes ... vem de uma violência que já existia* - e, dessa maneira, indicam que a gravidez por si não é precursora dos desentendimentos - *não existe nenhum caso que a agressão tenha acontecido pura e simplesmente por causa da gravidez* - Existe um “*costume*” em agredir e um “*costume*” de apanhar, sendo que a gravidez “*motiva*” e “*aciona*” esse “*costume*”. Nesse sentido, os profissionais constataam - conforme também observado por Oliveira e Vianna (1993) – que a gravidez não gera a violência mas, por outro lado, a intensifica.

Segundo argumentam as autoras, várias razões suscitam violências no que tange ao período gestacional, intensificando os conflitos entre homens e mulheres envolvidos em relacionamentos afetivo/conjugais, como por exemplo:

- a) A recusa da gestante em manter relações sexuais e/ou a aversão “ao corpo gravídico” pode levar o homem a desinteressar-se por sua companheira buscando relacionamentos extra-conjugais;
- b) carência da mulher por não encontrar ressonância do companheiro;
- c) A dependência emocional ou mesmo física do companheiro através do sentimento de ciúmes do filho que irá nascer;
- d) Questões referentes à dúvida sobre a paternidade.

Tais circunstâncias refletem boa parte das razões por mim constatadas através dos discursos dos profissionais entrevistados no município de Lages, principalmente no que diz respeito ao estupro conjugal, a dependência emocional - tanto dos homens como de suas companheiras - e a insegurança do homem sobre a paternidade da criança. Entre as mulheres grávidas e os homens entrevistados, o que fica mais evidente em relação aos conflitos durante o período de gravidez, são as questões referentes a paternidade.

6.2 A prática sexual na conjugalidade: obrigação de mulher casada?

Tanto as profissionais do PROCEVIC como as policiais da DPCAPM, sustentam que, em relação ao estupro conjugal, os homens agredem, espancam e mesmo ameaçam buscar relacionamentos extraconjugais quando suas companheiras recusam-se a manter relações sexuais durante a gravidez. Argumentam que as mulheres nesse período não gostam de manter relações, ficando mais frágeis e sensíveis por não ter o retorno afetivo esperado por elas.

Os homens forçam durante a gravidez a manter relações de qualquer maneira, ameaçando que procurariam fora. E muitas mulheres não gostam de ter relações nesse período, principalmente quando estão no período final da gravidez. E a mulher **quando fica grávida ela fica muito frágil, num estado muito frágil, né?** E daí o marido não tem essa mesma sensibilidade. (Andréa, Assistente Social PROCEVIC)

Ainda sob esta perspectiva, as policiais da DPCAPM observam que o estupro conjugal existe mas não é denunciado. Geralmente as mulheres silenciam esse fato registrando ocorrências por outras razões, sendo que essa forma de agressão vem à tona normalmente quando os casais se separam.

Tem, tem sim, não é denunciado [o estupro conjugal] mais tem. Vai aparecer mais quando o casal se separa... Então aí aparecem essas coisas. Elas vem na delegacia por outros motivos. Mas geralmente as mulheres silenciam. Não sei por que motivo mas silenciam. (Isabela, 42 anos, Escrevente. DPCAPM – Lages, 24/02/2002)

Neste sentido, Grossi e Brazão observam que as denúncias realizadas nas Delegacias Especiais de Atendimento as Mulheres de Natal (RN), o estupro conjugal é quase impossível de ser desvendado, pois, como também pude constatar em minha pesquisa, este tipo de ocorrência encontra-se em outros itens tais como lesão corporal, ameaça ou vias de fato. Para as autoras, os dados etnográficos recolhidos nas delegacias demonstram “*o quanto ainda está arraigado na mentalidade das mulheres vítimas o sentimento de que relações sexuais são uma obrigação no casamento*”(GROSSI; BRAZÃO, 2000, p. 48), transparecendo em minha opinião, umas das possíveis explicações para a ausência de tal registro nas delegacias especializadas ou em outras Instituições, a exemplo do PROCEVIC.

Conforme ilustra Lourdes Bandeira em seu artigo “Um recorrido pelas estatísticas da violência sexual no Distrito Federal” (1999), o Código Penal Brasileiro não defende a existência de crime de estupro entre os casais, pois é obrigação da mulher casada a prática

sexual. O companheiro no máximo estaria cometendo o crime de “exercício arbitrário das próprias razões”, de acordo com o artigo 345 do CPB. Segundo a autora,

O sistema jurídico não é explícito em relação a recusa de uma das partes e ao omitir-se nesse ponto. Pode inverter os papéis, fazendo com que seja a agredida que termine por responder a um processo pela prática de estupro e não o agressor. Nada assegura o direito da mulher ou do homem de se negar ao ato”, [mas, em termos jurídicos] “o respaldo e a legitimidade que o homem tem a reclamar pela ausência da mulher na cama tem peso maior. (BANDEIRA, 1999, p. 460)

Dentre as mulheres por mim entrevistadas que participam efetivamente de relacionamentos violentos, apenas Beatriz declarou que Alcenir a forçava a manter relações sexuais. Inclusive argumentou ter medo de estar grávida novamente, pois o companheiro “a pegava dormindo”. Todavia, no decorrer da entrevista com Beatriz, ela me disse que ele nunca a forçou a manter relações enquanto estava grávida.

R: “Quando é que ele fica mais agressivo, por que motivo?”

B: “*Quando eu não quero ter relação com ele, daí ele fica mais agressivo.*”

R: “Ele te força a ter relação?”

B: “*Força. E o que mais ele briga é isso.*”

R: “E das vezes que você estava grávida ele te forçava também?”

B: “*Não. Só depois que eu ganhava neném.*”

R: “Ele então te rejeitava quando estavas grávida?”

B: (*ela pára e pensa ou pouco*) “*Não!?!...*”

Beatriz deixa claro que em suas gestações nunca foi obrigada pelo companheiro a manter relações sexuais, pelo menos diante do que compreende ser ou não uma relação forçada. Porém, quando não estava grávida ou quando encontrava-se no período pós-parto, essa ação era registrada. Quanto as outras informantes, nenhuma delas afirmou tal episódio, talvez por realmente não serem forçadas ou por não perceberem que tal fato lhes era imposto pelos companheiros, ajustando esse comportamento as obrigações matrimônias conforme nos lembram Grossi e Brazão (2000).

6.3 O pequeno-grande rival

Pude focalizar que as violências no período de gravidez se intensificam, segundo as representações de algumas profissionais, devido a manifestação de ciúmes do companheiro

em relação a criança que irá nascer. Ressaltam estas profissionais, que os homens apresentam comportamentos de hostilidade dirigidos as companheiras e aos filhos, pois sentem-se rejeitados e trocados pelo recém-nascido. Esse sentimento de rejeição também pode articular a busca de novos relacionamentos extraconjugais conforme ilustram os depoimentos abaixo relacionados:

As mulheres... *aquela coisa de ficar lambendo a cria e esquecem um pouco deles.* Daí pode acontecer do ciúme, deles não gostarem, de eles procurarem outras mulheres na rua, é assim que eu acho que é... (Simone, DPCAPM)

[...] o homem também se afronta por causa da gravidez, *como se o nenê fosse um rival pra ele, pode ser também... sentir rejeição, ciúme,* como se ele ficasse em segundo plano né?. (Isadora, Psicóloga PROCEVIC)

Como ressaltam as profissionais “aquela coisa de ficar lambendo a cria” ou “como se o nenê fosse um rival para ele”, refletem exatamente o que Maria Ignez Costa Moreira (1997) observa sobre o relacionamento de casais que passam por conflitos conjugais devido a gravidez, conforme aludido no capítulo três. Segundo a autora, alguns homens sentem-se excluídos da díade mãe/filho, sendo a representação do recém nascido como a de um estranho com o qual o companheiro terá que dividir a atenção e o amor de sua companheira. Nesse processo, o filho é convertido em adversário devendo ser enfrentado, uma vez que possui “o poder” de separar os pais, seja durante a gestação ou no puerpério, período aliás marcado como um momento crítico bastante vulnerável à ocorrência de crises por causa das próprias mudanças desencadeadas pelo parto.

Interessante observar que referente ao sentimento de ciúmes ou rejeição do companheiro em relação aos filhos, essa suposição foi radicalmente refutada por minhas informantes e por seus companheiros. Quando em algum momento indagava se os conflitos conjugais se concretizavam em função de algum desses fatores, as respostas eram simples mas psicologizadas:⁹⁸

⁹⁸ Na perspectiva de Anna Carolina Lo Bianco (1985) a afetividade em relação ao feto não se articula da mesma maneira entre as camadas sociais. Em trabalho realizado comparativamente com mulheres pertencentes a grupos populares e de camadas médias no Rio de Janeiro, apreende que dentre suas informantes existe tal diferenciação, distinguindo o que denomina de “psicologização do feto” em duas categorias: para os grupos populares a gravidez significa “um período transitório para a maternidade” e para as mulheres de camadas médias a gravidez é “estágio transitório da maternidade”: (Lo Bianco, 1985, p.103) Ao contrário da pesquisa de Lo Bianco, algumas de minhas informantes pertencentes a grupos populares também aparentam preocupar-se com o feto

R: e ele não tem assim, um ciúme do nenê?

Zelândia: não, ele dá carinho. Ele pega a minha barriga e beija, passa mão.

R: e ele não tem ciúmes de repente da tua gravidez, do nenê...

Graça: Não. ele faz tudo pro nenê ficar melhor possível. (risos)

Nesse sentido, a interpretação de Oliveira, Vianna (1993) e Moreira (1997) bem como de algumas profissionais aludindo ao fato de os homens sofrerem uma certa instabilidade emocional rejeitando e tendo ciúmes da criança que está por nascer, parecem não se encaixar nas representações dos homens e mulheres envolvidos em relacionamentos violentos entrevistados em Lages. Ao que tudo indica, os conflitos registrados nesse período acionam ou aumentam as violências entre os casais. Entretanto, diante das representações de minhas informantes e de seus companheiros – no caso Alcenir e Cledenir – os homens assumem posturas violentas não por perceberem seus filhos como rivais, mas por colocarem em dúvida a fidelidade da companheira, desencadeando, como veremos adiante, a desconfiança em torno da paternidade, circunstância que nos remete mais uma vez as noções ligadas a honra como referenciado em capítulo anterior. É interessante destacar que há uma discrepância entre o discurso das profissionais e de Moreira (1997) face ao que dizem as mulheres grávidas. As primeiras interpretam a violência por uma suposta rivalidade entre pai/feto, enquanto o discurso das grávidas vai contra tal argumentação. Do ponto de vista dessas parece existir um investimento emocional do pai em relação ao feto, futuro(a) filho(a), afeição essa que por vezes é conjugada com agressão/violência à esposa grávida.

6.4 “Toma que o filho é teu”: da dúvida em relação à paternidade aos exames de DNA

Conforme mencionado, a dúvida em torno da paternidade representa um fator que intensifica as violências no período de gravidez. Os profissionais em Lages argumentam que

durante a gestação, e não somente após o nascimento. Pelo menos diante das representações dessas mulheres, a fronteira existente entre as camadas sociais parece não ser tão marcante conforme confere Lo Bianco, no que diz respeito a uma forma de “psicologização do feto”. Certamente, deve-se levar em consideração que a pesquisa de Lo Bianco foi realizada a mais de 15 anos, época em que começavam a surgir diferentes instituições prestando serviços de ordem assistencial, jurídica e psicológica, a exemplo das Delegacias Especializadas de Atendimento as mulheres, Organizações não governamentais, bem como programas de atendimento à vítimas de crimes, dentre várias outras não necessariamente voltadas para criminalização. Paulatinamente, mulheres pertencentes aos grupos populares começam a circular em meio a estas instituições e, dessa maneira, apropriam-se de discursos “institucionalizados” e “psicologizados” absorvendo características antes observadas somente entre mulheres de outras camadas sociais.

muitos casos atendidos nas instituições geralmente estão relacionados com a desconfiança do companheiro em relação a paternidade, sendo que os conflitos se intensificam principalmente quando a mulher viveu um outro relacionamento e, também, quando ela já possui filhos de um primeiro casamento. Dessa forma, a propensão para que os homens desconfiem do comportamento de suas companheiras é ainda maior, pois não acreditam nem mesmo nos exames de DNA.

[...] porque daí tem rejeição, tem aquele problema da inter-relação, se o filho é realmente do pai. Já vi casos de mães que quando se casam [novamente], o companheiro atual **desconfia da paternidade mesmo fazendo o DNA**. Porque tem toda aquela marca do passado, tem toda aquela desconfiança. (Gisele, secretária da assistência social da prefeitura de Otacilio Costa)

[...] tem homens que não querem ter mais filhos, ou se têm filhos **não querem admitir, que aquilo ali, que a mulher tá grávida e é filho dele, é de praxe já, né?** Não querem admitir que a mulher tá grávida. Dizem que - ela não pode tá grávida, que o filho não é meu, que é de outro - mas há uma diferenciação: o homem agride muitas vezes porque a mulher está grávida... (Isabela, 42 anos, Escrevente. DPCAPM – Lages, 24/02/2002)

Os homens via de regra **desconfiam da paternidade**, pois existe **toda aquela marca do passado, tem toda aquela desconfiança, não querem admitir que a mulher está grávida**, não acreditando na paternidade **mesmo fazendo o DNA**. Através das proposições dos profissionais entrevistados, verifica-se que o sentimento de desconfiança freqüentemente ligado ao sentimento de ciúmes, parece explicar uma das presumíveis razões para os desentendimentos entre os casais nesse período. Até mesmo as novas tecnologias como no caso dos exames de DNA que garantem 99,99% de precisão para comprovar a filiação genética, é refutada por alguns “pais” por mais que as decisões jurídicas garantam a paternidade do indivíduo. Tal prática parece indicar que o segmento social investigado não aderiu completamente ao ideário que normalmente acompanha as técnicas de identificação genética, qual seja, a crença na Ciência como produtora de verdade. Isto é, o uso de exames de DNA não implicou automaticamente numa adesão à racionalidade bio-médica, por mais que esse mecanismo seja longamente solicitado.

Assim sendo, percebe-se que a comprovação biológica nestes episódios não garante a conquista do sentimento fraterno entre pais e filhos embora muitas vezes, esse realmente não seja o intuito para a realização destes exames. Conforme lembra Fonseca (2001) muitas mulheres ao investirem suas expectativas nos exames de DNA, esperam ser compensadas

tanto financeiramente⁹⁹ – através da pensão alimentícia ou herança – bem como para afastar incertezas do companheiro ciumento – que necessariamente não garante a afeição pelo filho - ou ainda abrandar “línguas fofoqueiras da vizinhança”. (FONSECA, 2001, p. 10-14)

No caso de meus informantes, algumas mulheres e homens entrevistados declararam ser a desconfiança em torno da paternidade – como observado pelas profissionais - uma das principais razões que engendram os conflitos durante o período de gestação. Conforme mencionado, a desconfiança envolta nos ciúmes fazem explodir a insegurança do futuro pai, o qual muitas vezes acredita estar sendo traído por sua companheira. Lembrando que nesse contexto social – alicerçado pelas heranças mediterrâneas da honra – a mulher é honrada quando casta ou fiel ao marido, qualquer fato mal esclarecido levanta desconfianças por parte do companheiro, mesmo que estas sejam - conforme nos chamam atenção Machado e Magalhães (1999) – “os curingas da relação” utilizados consciente ou inconscientemente pelos homens – ou em alguns casos por mulheres - para disfarçar situações há tempo mal resolvidas ou para descarregar insatisfações provenientes de outros aspectos que circundam a vida das pessoas de modo geral.

Dessa forma, a preocupação dos homens parece não estar em relação ao reconhecimento do filho como seu, como legítimo; mas na representação da gravidez como signo de uma traição. Isso nos leva a pensar que o feto não é nitidamente percebido como uma entidade em si mesma, mas como um indicador da fidelidade de sua esposa. Em outras pesquisas realizadas com segmentos populares, a paternidade costuma estar estreitamente vinculada com a afirmação pública da virilidade ou, em outras palavras, da potência masculina, como nos mostra, por exemplo, Alejandro Villa:

As supostas intenções ou desejos de fecundidade femininos, ao questionar a autonomia sexual masculina, constituem uma ameaça de convertê-la em atividade totalmente dependente das mulheres. Os filhos e a maternidade convertem-se em signos sociais que as mulheres usariam para personalizar e singularizar o produto do exercício da sexualidade masculina. Já não se trata então de qualquer homem, que pode ‘deixar as mulheres grávidas’, mas de um homem que pode ser particularizado e reconhecido socialmente, como responsável por uma gravidez. A imputação da paternidade, por parte da mulher, personaliza o resultado dos comportamentos sexuais masculinos, ao mesmo tempo que introduz uma figura de pai na cena social. É possível pensar que tal personalização explique uma forte desconfiança nos homens, tanto das mulheres, quanto de si mesmos (VILLA, 1996, 120 - 121)

⁹⁹ A autora nos lembra que embora algumas mulheres invistam nesses exames para garantir o mínimo de sustento para seus filhos, não se deve “...reduzir a investigação da paternidade à dimensão econômica”, pois existem vários casos em que o objetivo de garantir a paternidade esteja ligada a honra feminina ou a busca evidente de suas origens o que caracteriza um tipo de interesse não material. (FONSECA, 2001, p. 13 - 14)

Entretanto, após o impacto dos testes de DNA encontrarem ressonância no contexto brasileiro, o dilema em torno da paternidade conforme ilustra Fonseca (2001) começa a perder o sentido – ou talvez seja investido de outros significados - uma vez que essas novas tecnologias tornaram-se populares e, dessa forma, puderam atravessar as fronteiras existentes entre as camadas sociais.

Neste sentido, pude constatar através das narrativas de meus informantes que essa perspectiva é concreta o que, de certa forma, não causa surpresas.¹⁰⁰ Demonstro no próximo tópico, como as representações dos próprios homens e mulheres envolvidos em relacionamentos violentos no município de Lages são paradigmáticos para ilustrar tais configurações.

6.4.1 *O Caso Cledenir e Zelândia*

Cledenir e Zelândia vivem a algum tempo situações conflituosas causadas por ciúmes e desconfianças. Zelândia argumenta que o companheiro é muito nervoso e, ao mesmo tempo em que relaciona-se “normalmente” com ela, torna-se grosseiro e agressivo sem que possa compreender as razões para tais atitudes do marido. Ele já a agrediu verbal e fisicamente durante os mais de 2 anos em que moram juntos inclusive durante a gravidez. Zelândia comenta que jamais se envolveu com outro homem, sendo inclusive que parou de estudar para evitar comentários que surgiam na escola. Trabalha somente em casa. Minha informante lembra que as brigas começaram gradativamente, assim como descreve:

Só que eu comecei a estudar, e falavam muito de mim, eu tinha 13 anos, uma criança, né? Daí, foram falar pra ele que os guri passavam a mão na minha bunda, daí ele já foi dizer que ... *daí já perdeu a desconfiança né* ... E falavam muito de mim que eu andava aprontando, né, nunca fiz nada disso né, e o meu único homem foi ele, e ele duvida isso de mim, que eu andei mais do que um homem... Mas é por causa do ciúme, da desconfiança que faz isso... Ele diz na minha cara que eu andei com fulano, que eu ando... mas eu sei a pessoa que eu sou.

Zelândia comenta que além dos problemas que aconteceram na escola, outros episódios contribuíram para piorar a sua situação do casal:

Daí uma vez um primo dele tava na sala, daí ele tava jogando com os pais dele, né. Daí, eu falei pra ele que ia com o Ted - eu vou com o Ted lá na cozinha pra ver o que que ele ta fazendo. Daí, esse rapaz primo dele disse – ô Zelândia não precisa sair daqui que eu não vou te morder. E eu burrinha, né, fui dizer isso pra ele. Daí daonde

¹⁰⁰ Segundo Fonseca (2001), influências externas tais como os programas de televisão, cartazes, anúncios em jornais ou guias telefônicos ampliam os conhecimentos mesmo daquelas pessoas que não possuem experiências particulares sobre os testes de paternidade.

que ele perdeu a desconfiança em mim. Ele tinha muita confiança em mim. Aí fui contar pra ele e deu isso....

Pergunto então a Zelândia por que planejaram ter um filho e se por acaso Cledenir alguma vez duvidou da paternidade da criança:

Ihhh!!! já, já. Imagine. Disse que era filho de outro. pois eu achava que esse filho ia trazer muita esperança, né? de que ele mudasse... daí diz que o filho não é dele né, que - ele é vesgo, ele é vesgo - porque ele tem um primo que é vesgo né. Deus que me perdoa, se eu andei com o primo dele... *Mas eu vô fazê o DNA...* Só porque um dia ele tinha muito serviço né, não tinha ninguém em casa, e primo dele tava ali na escada e eu tava ali sentada na caixa de lenha, e ele disse que o primo dele saiu do quarto, e ele tem dúvida e ele desconfia que meu filho não é dele e vai nascer vesgo. E aí que jeito você quer que eu fique dizendo uma coisa dessa.

Após falar com Zelândia conversei separadamente com Cledenir que estava um pouco tenso em função da entrevista.¹⁰¹ Basicamente direciono as mesmas questões feitas a sua companheira, sendo que meu informante confessa ser muito ciumento e desconfiar de Zelândia por motivos engendrados, segundo ele, pela própria esposa. Ele não admite tê-la espancado durante os anos de sua convivência, ao contrário do que ela informou. De qualquer maneira, revela que desconfiou da paternidade da criança pelas mesmas razões expostas anteriormente por Zelândia. Observe como transcorreu o diálogo:

R: e você já teve desconfiança dela?

C: já, já tive sim.

R: com quem? Amigo, parentes?

C: sempre tem um né.

R: mas na tua opinião ela te deu motivos pra desconfiança?

C: na minha opinião já.

R: em que ocasião, como é que foi a história?

C: ah, eu tava trabalhando, né? Daí cheguei em casa, tudo fechado, porta fechada, bati, bati bastante, demorou pra atender, depois quando veio ela tava sentada lá no caixote de lenha, e tava o cara do lado dela, sei lá, não sei o que aconteceu, ficou chato. Não falou nada. daí perguntei por que que demorou, disse que tava no telefone, daí eu perguntei de novo, porque não abriu a porta, porque a demora, daí eu fiquei todo desconfiado...

R: quem era?

¹⁰¹ Fui até a residência desse casal para realizar a entrevista acompanhada de Padre Gerson. Quando chegamos apenas Zelândia estava em casa. Aguardo por Cledenir que chega minutos depois. Ambos atenderam-me sem problemas. Conversei com Cledenir separadamente em outra peça da casa enquanto sua companheira preparava o almoço.

C: era um primo meu. E foi daí que começou as briga. Até ali não tinha sido, ficava de mal, mas não tinha. A partir daquele momento que começou as briga, que eu fiquei desconfiado, foi dali.

R: e, você duvidou alguma vez que o filho fosse teu?

C: por ciúme, desconfiança. Não vou negar que já passou pela minha cabeça. Mas foi por causa de ciúmes.

R: E hoje?

C: Eu tento não pensar mais nisso. Eu cheguei numa conclusão que pra que briga? Eu evito.

R: vai fazer algum teste para comprovar a paternidade?

C: (para e fica algum tempo pensativo) Se ela quiser...

Nota-se que Cledenir não esqueceu do episódio envolvendo Zelândia e seu primo. Diz que tenta *não pensar mais nisso*, porém, *se ela quiser* concorda em realizar o teste de DNA. Interessante observar que o suposto *amante* de Zelândia não é um estranho, mas um *primo* de seu *companheiro*, o qual faz parte de suas relações de parentesco.

6.4.2 O Caso Alcenir e Beatriz

Dentre as várias situações conflituosas entre esse casal, também surgiram as dúvidas em relação a paternidade. Quando entrevistei Beatriz pela primeira vez, minha informante comentou que além de todas as ameaças e espancamentos, Alcenir lhe acusava de ter relacionamentos extra-conjugais argumentando que os filhos não eram dele. Em uma dessas brigas, confidenciou que o companheiro a jogou no chão estando ela no pós-parto e com um dos filhos nos braços:

[...] teve uma confusão que... que ele me jogou... jogou com criança e tudo! Disse que era pra eu ter morrido no parto... que era pra eu ficar torta na minha dieta. Se eu andasse com outro, tudo bem dava razão, mas nunca tive nada com ninguém as criança são a cara dele ... *quero fazê se eu pudé o tal do teste do DNA pra jogá na cara dele...*

Posteriormente entrevistando Alcenir, indaguei a meu informante se alguma vez havia espancado sua companheira por causa da gravidez e, do mesmo modo, se ele tinha ciúmes e desconfianças de Beatriz. Alcenir confirmou que tinha ciúmes da companheira bem como não só desconfiava, mas tinha certeza que ela o traía por tê-la surpreendido com outro homem. Meses depois a companheira engravida e ele desconfia da paternidade da criança.

*Não, eu nunca bati nela por causa de gravidez não. Tive desconfiança dos filhos... tive desconfiança uma vez que a gente foi morar em Florianópolis mais ou menos a um ano e meio. Daí ela deixou a criança sozinha, sabe, ele tava desesperado dentro de casa e trancado, daí eu tive que arrombar a janela e entrar, cuidar dele, daí eu cuidei dele a noite toda, daí eu peguei e pensei – isso não tá certo, onde ela foi se enfiar – e daí, onde a gente morava tinha uma boatezinha bem perto, daí eu pensei de ir lá pra ver se ela não tava lá que eu já tava com desconfiança. *Ceguei lá peguei ela no flagra com outro rapaz.* Mas eu também, tive, tive, sei lá, num tentei agredir nem nada, só olhei aquilo ali, levei aquele choque, e saí, sabe, peguei, voltei pra casa, fui cuidar do meu filho sabe, depois ela chegou em casa... *E daí, e dali uns meses dali e tal ela engravidou.**

Observa-se que Alcenir por mais certeza que tenha, segundo ele, sobre a companhia manter relacionamentos extra-conjugais, argumenta que não pode fazer um exame de DNA – provavelmente se quisesse fazê-lo procuraria por autoridades assim como fez quando solicitou atendimento psicológico no Conselho Tutelar¹⁰² - pois estava à época desempregado. Porém, o mais interessante é que meu entrevistado admite que mesmo não ficando comprovada a filiação biológica ele assume a paternidade da criança, sendo que, de qualquer maneira, ela já faz parte de suas responsabilidades familiares como também já produziu todo um “apego” do pai pelo filho:

Eu tinha uma desconfiança assim no começo de que esse filho poderia não ser meu sabe, mas eu não posso ... não posso fazer um DNA nem nada, e também me apeguei demais a criança, mesmo que não seja pra mim ele é sabe, é meu filho (chora muito neste momento) sabe?...

Em ambos os casos, percebe-se diante das representações de meus informantes que os ciúmes e a desconfiança em relação a companhia engendram a dúvida em torno da paternidade, representando, dessa forma, a gravidez como um símbolo de traição, sendo que os homens vinculam a paternidade a potência masculina, ou seja, a sua virilidade.

Porém, estes mesmos informantes possuem conhecimento de tecnologias avançadas e sabem que podem, de uma maneira ou de outra, fazer uso dos exames de DNA para comprovarem conforme os casos aqui pronunciados a paternidade de seus filhos. Como pode-se observar, estes casos relacionam-se aos comentários de Fonseca (2001) a qual verifica que pessoas de camadas populares estão de certa maneira envolvidas com a “ciência” não enfrentando mais os mesmos problemas de poucas décadas atrás, pois hoje pode-se aderir a

¹⁰² No dia em que entrevistei Alcenir no Conselho Tutelar, ele queria que eu o atendesse mais vezes. Disse que não morava em Lages e, dessa maneira, ficaria complicado de nos encontrarmos. Quando estávamos posteriormente conversando os quatro (Alcenir, Beatriz o Conselheiro e eu) ele mesmo solicitou ao Conselheiro

“vingança de Capitu”¹⁰³. Ou seja, existem métodos tecnológicos ao alcance das várias camadas sociais que conseguem livrar-se do dilema seja qual for o objetivo da “provação”, apesar que ainda em alguns casos, os exames de DNA não provoquem espontaneamente uma adesão à racionalidade bio-médica.

Ainda em relação ao caso de Beatriz e Alcenir, meu interlocutor argumenta não fazer mais diferença os laços consangüíneos ou a afinidade “não tão eletiva” de seu filho. A questão que se pode levantar a partir das representações deste informante, é se ele realmente afrouxou “os elos que amarravam impreterivelmente o parentesco aos fatos ‘naturais’ das relações consangüíneas” (FONSECA:2001) a partir do momento em que “me apeguei demais a criança, mesmo que não seja pra mim ele é sabe, é meu filho sabe?” ou se as estratégias adotadas por esse informante não estariam intimamente relacionadas ao que Grossi e Gregori reconhecem como fazendo parte da “guerra conjugal”.

Dessa situação, depreende-se que a violência conjugal durante o estado gestacional articula, segundo meu ponto de vista, características diferenciais no que diz respeito as razões que engendram os conflitos e, dessa maneira, verifica-se que um terceiro elemento dispensa atenções mesmo que sejam antagônicas às mormente almejadas. Voltarei ainda neste ponto no próximo tópico, pois, conforme verificado através de meus dados etnográficos, alguns fatores que produzem violências entre os casais não se limitam a tríade mãe/pai/filhos. Parentes consangüíneos ou afins também fazem parte dos conflitos domésticos, sendo protótipo nos casos verificados as relações de gênero envolvendo irmãs, noras e sogras.

6.5 Outras Razões Para os Conflitos no Período de Gravidez: As Sogra e as Irmãs nas Relações de Parentesco

Diante das narrativas de meus informantes, pude observar que as violências no período de gravidez não se limitam as relações de gênero entre homens e mulheres em situação afetivo/conjugal, mas, além disso, envolvem outros atores sociais nesse contexto específico, sobretudo parentes consangüíneos e afins. Do mesmo modo, os Boletins de Ocorrência verificados na DPCAPM de Lages trazem à tona essa perspectiva:

acompanhamento psicológico para ele e Beatriz. Vim a saber duas semanas depois que eles estavam sendo atendidos por Isadora, psicóloga do PROCEVIC.

¹⁰³ FONSECA, Claudia – “A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea”. Comunicação apresentada no XXV Encontro Nacional da ANPOCS, ST Gênero, Sexualidade e Parentesco. Caxambú/MG, 2001.

QUEIXA NA DPCAPM:

HISTÓRICO: “Relata-nos a comunicante (sogra) que a vítima irá casar com seu filho e no momento encontra-se hospitalizada no hospital e maternidade Tereza Ramos, a vítima está grávida de 4 meses e na data e hora acima mencionada **seu pai** além de fazer-lhe ameaças efetuou 2 disparos de arma de fogo em sua direção. Não acertou nenhum somente atingiu a janela, a porta do banheiro e a parede do quarto”. (BO nº tal/2001 – DPCAPM/Lages).

QUEIXA NA DPCAPM:

HISTÓRICO: “Compareceu nesta delegacia a comunicante relatando-nos que **seu cunhado** acima mencionado **e sua esposa** ficam fazendo-lhe ameaças. Nos relata a comunicante que seu companheiro havia comprado uma residência na área verde de seu irmão a dois meses, seu companheiro foi preso por um homicídio e seu cunhado quer tirá-la da residência, quer que ela saia e fica fazendo ameaças. A comunicante está grávida de 6 meses e não tem onde ficar. Era o relato”. (BO nº tal/2000 – DPCAPM/Lages).

Conforme estes exemplos, diversos boletins de ocorrência evidenciam em seu histórico narrativas de violências causadas não somente pelos companheiros dessas gestantes, mas, nessa mesma direção, histórias de violências perpetradas por outros integrantes da família como por exemplo pais/mães, padrastos/madrastas, irmãos/irmãs, cunhados/cunhadas, dentre outros familiares que fazem parte do cotidiano dessas pessoas.

Segundo as explicações das policiais da DPCAPM, essas brigas originam-se, via de regra, pelas possíveis condições materiais de existência, pela maneira que essas famílias encontram de enquadrar os parentes em seu grupo residencial, o que, muitas vezes, gera sérios conflitos pois existem muitas pessoas para dividir o mesmo espaço:

Aqui, as mães de classe mais baixa elas não tem emprego, elas não tem como sobreviver, então *elas se amontoam*. Tem casos aqui que *num terreno, moram cinco ou seis famílias*, daí morava a vó, aí veio a filha, daí nasceu a neta, aí foi casando e a bisneta e esse tipo de coisa ... um dia teve uma briga que atendi de 8 famílias num mesmo lote cada um numa casa e tão se matando agora... cada vez tá crescendo mais e tá *entrando gente estranha...* (Lidiane, 50 anos, Escrevente. DPCAPM – Lages, 22/02/2002)

Os familiares *se amontoam* e, dessa forma, vai *entrando gente estranha*. Provavelmente minha informante está se referindo aqueles parentes que não são marcados pela consangüinidade, como por exemplo, aquela mulher que se casa e vai residir com os pais do companheiro, levando consigo outros filhos ou familiares tais como a irmã ou a mãe, para

morarem todos juntos na mesma casa ou terreno, demarcando o que comumente costuma-se considerar como parentes *agregados*¹⁰⁴ ou afins¹⁰⁵.

Pude constatar em relação as mulheres grávidas e alguns companheiros entrevistados, que meus informantes contemplam um modelo de família nuclear, convivendo na mesma unidade residencial o casal com seus filhos ou somente a gestante com seu companheiro. Contudo, numa análise mais atenta, descobri que seus parentes – tanto consangüíneos como afins – residem muito próximos às suas moradias: habitualmente vivem noutra casa no mesmo terreno, ou na casa ao lado, na mesma rua ou no máximo no mesmo bairro¹⁰⁶, dado já observado por vários pesquisadores brasileiros sobre as regras de moradia em camadas populares (entre outros Fonseca (2000), Rial (1988), Victora (2000), Duarte (1987):

Informante	Parentesco	Local de residência
Zelândia	Sogra e Sogro	Residem na esquina da casa de Zelândia
Carla	Sogra e Sogro	Residem ao lado da casa de Carla
Regiane	Mãe e pai Sogra e Sogro	Na rua transversal quase esquina da casa de Regiane Na rua paralela a sua casa
Estela	Mãe e pai	No mesmo terreno
Graça	Mãe e pai	No mesmo bairro
Kátia	Mãe e pai	No mesmo bairro
Beatriz	Sogra e Sogro	Residem a 3 casas de diferença da casa de Beatriz
Mariane	Mãe e pai	Residem na rua paralela a casa de Mariane

Desse modo, as famílias freqüentemente se misturam entre as residências, compondo diante de tal dinâmica familiar uma rede extensa de parentesco – ou seja, uma conjugalidade extensa - sendo que, muitas vezes, acabam por se envolver nos conflitos existentes entre os casais.

¹⁰⁴ Escutei algumas vezes meus informantes referirem-se aos cunhadas/os, sogras/os ou enteadas/os como parentes agregados a família.

¹⁰⁵ Segundo Fonseca, uma de suas informantes – uma menina de aproximadamente 11 anos – classificava o marido de sua irmã como um estranho, pois dizia que ele era apenas casado com sua irmã. Não era o que considerava ser um parente de “sangue”: “É o marido da minha irmã. Ele não é nada nosso.” (FONSECA, 2000, p. 75)

¹⁰⁶ Lembro que algumas de minhas informantes à época das entrevistas estavam separadas de seus companheiros e, portanto, algumas delas – como no caso de Mariane, Katia, Carla e Regiane – retornaram a casa dos pais.

Porém, uma das personagens mais marcantes nos conflitos familiares segundo minhas informantes, são as mães de seus companheiros, as quais, assim como outros fatores que engendram violências entre os pares, representam ser em muitos momentos as responsáveis pelas intrigas conjugais. Considerando-se que 4 das 8 mulheres por mim entrevistadas foram morar com suas sogras após se casarem, fiquei me perguntando se a questão da residência explicaria as queixas dessas mulheres em relação as mães de seus companheiros. Como veremos adiante, certamente esta questão influencia nas tensões entre noras e sogras, todavia, não pode ser considerada a única razão para a produção dos conflitos. No próximo tópico, reflito sobre os casos de Carla e Regiane pois são modelares e ilustram como as relações de parentesco são centrais nas queixas dessas mulheres. Posteriormente, reflito sobre um caso envolvendo duas irmãs também em conflitos de parentesco.

6.5.1 As Representações de Carla e Regiane sobre as sogras: “a implicância” e “a coisa feita”

6.5.1.1 O caso de Carla

QUEIXA NA DPCAPM:

HISTÓRICO: “Compareceu nesta delegacia a comunicante relatando-nos que conviveu com o autor 4 meses e está grávida de 6 meses, sendo que não mais foi possível a convivência devido a *implicância* da mãe dele. A mãe do autor fica ligando para sua casa chamando-a de vagabunda e dizendo que o filho não é dele. Era o relato.”

Através deste boletim de ocorrência cheguei até Carla. Quando a entrevistei já estava separada do companheiro e residindo com seus pais e sua filha recém nascida. Conforme demonstra o BO, Carla aponta sua sogra como a principal razão do desentendimento entre o casal. Durante o tempo de namoro e noivado (1 ano e 2 meses), comenta que jamais houvera qualquer discussão entre suas famílias. Todavia, a partir do momento em que foram viver na casa de sua sogra, começaram a surgir os conflitos, sendo minha informante inclusive agredida fisicamente pela mãe do companheiro, passando por pressões psicológicas expressas em xingamentos, falta de privacidade, dúvida em questão a paternidade sem contar com a influência direta exercida sobre o filho.

Depois que a gente casou, a gente foi morar com os pais dele. A mãe dele começou a se meter demais, ele não aceitava nada, e com isso acabei me desentendendo um pouco com ela... Teve uma vez que ela chegou a me empurrar e eu tava grávida de 3 pra 4 meses. Passei muito mal... e a nossa separação... "olha, 50%... não, 70% foi por causa dela. Porque a gente foi morar junto com ela.... qualquer briga ela entrava quarto a dentro sem bater... ainda disse pra mim que o filho não era dele. Mas ele nunca falou. Mas a mãe dele chegou a dizer. Ela até ligou no celular da minha mãe dizendo que o filho não era dele... ouvi isso da mãe dele, ouvi várias vezes...

Conforme discutido em capítulo anterior, as dúvidas em relação a paternidade surgiram na maior parte dos casos por causa dos ciúmes e desconfianças expressos pelos companheiros de minhas informantes. No episódio de Carla, essa circunstância surge mas a partir das falas de sua sogra, pois segundo afirmou esta informante, seu marido nunca levantou tal questão. Em relação ao companheiro, Carla argumenta que ele nunca a agrediu fisicamente havendo mais discussões verbais ou silêncio por parte dele. Minha interlocutora desabafa dizendo que o marido jamais falou em separação. Simplesmente a colocou dentro do carro – ainda grávida – e a deixou na casa da mãe, ou melhor, na esquina da casa de sua mãe na frente da igreja...

Não, ele não falou nada. Não disse – olha não quero mais – ele simplesmente me colocou no carro e me deixou lá na esquina, na frente da igreja e tchau! Não teve isso de - ah foi bom enquanto durou, ou o nosso relacionamento não está dando certo por causa disso, vai pra casa da tua mãe - não, não teve nada. E o que é pior, nunca deu bola pra filha. Simplesmente entrei no carro, ele me deixou lá, e por isso que eu te digo, se eu falar pra você que não teve um motivo lógico não sei te dizer. Foi por causa da mãe dele mesmo.

Quando persisti com Carla sobre quais seriam as razões da separação, indagando se a gravidez seria uma das causas dos conflitos entre eles, Carla insistia na “implicância” da mãe de seu companheiro, “*porque tudo quem começava era a mãe dele ... era ela quem colocava coisa na cabeça dele... não foi por causa da gravidez*”. Estranha-se o fato de o casal possuir casa própria – ao lado da casa da mãe dele - e ainda assim conviver com a sogra. Carla argumenta que insistiu várias vezes para que eles fossem morar sozinhos, todavia, o marido preferia morar com a mãe, lembrando que ele “*faz tudo pela mãe, tudo, tudo, tudo...*”.

Tanto a mãe de Carla quanto ela mesma, acreditam que a sogra possui ciúmes doentios do filho e não conseguem compreender a mudança radical que se configurou após tanto tempo de convivência. Segundo Carla, o companheiro parecia querer uma outra mãe, e não uma companheira. Lamentava constantemente que o marido nunca a defendeu, sempre ficando ao lado da mãe. Porém, comecei a compreender melhor a história de minha informante quando descobri já no final da entrevista, que o companheiro de Carla possuía um filho e que havia

retornado com a ex-mulher pouco tempo depois de se separar de Carla. Segundo a informante, teve certeza disso no dia em que foram chamados na delegacia para prestarem depoimento (após a queixa de Carla) pois lá estavam ele, sua mãe e a ex-mulher, a qual passou a ocupar novamente seu status de esposa ao lado do agora ex-companheiro de Carla, e conforme narrou minha entrevistada, com toda a “bênção” de sua sogra. Nesse ínterim, percebe-se que a primeira mulher do (ex) companheiro de Carla é quem (pelo menos naquele momento) agradava sua (ex) sogra e não a própria Carla, havendo assim uma escolha por parte da mãe do (ex) marido pela ex-nora.

6.5.1.2 O Caso de Regiane

QUEIXA NA DPCAPM:

HISTÓRICO: “Compareceu nesta Delegacia a comunicante relatando-nos que está separada de seu esposo e que o mesmo constantemente a ameaça. A comunicante saiu da residência e foi morar com seus pais, sendo que ele disse que vai atear fogo na casa. A comunicante está grávida de seis meses e ele não para de fazer ameaças. Tais fatos se repetem constantemente, inclusive por telefone ele faz várias ligações. É o relato”.

Como pode-se observar, Regiane não registra um BO contra os apelos de sua sogra, mas o faz diretamente contra o companheiro. Ao contrário de minha outra informante, Regiane credita à sogra o casamento com o seu ex-marido, pois, através de forças exteriores, mágicas e inexplicáveis, lá estava ela no altar contra sua vontade:

Não sei porque casei, acho que foi *coisa feita*. Sumiu uma foto minha, daí a mãe dele não saía de uma...de uma mulher que trabalha com essas coisa assim, e de repente a gente casou! Agora, tô [grávida] de gêmeos... Nós terminava e voltava, daí eu não queria mais, né. De repente, não sei como é que eu fui parar no altar!!! Simplesmente...

O casal a princípio, também conviveu durante algum tempo na casa da família do companheiro.

[...] daí a gente morou na casa da mãe dele, *a gente tava conversando e a mãe dele achava que a gente tava brigando. Então ela vinha – abre a porta que vocês tão aí brigando e não sei o que – e daí foi indo. Daí moremo bem dizer um ano, um ano com ela.*

Conseguiram posteriormente adquirir uma casa – quase ao lado da casa da mãe de Regiane - sendo que entre brigas e discussões resolveram ter um filho. Regiane achava que

uma criança poderia melhorar a situação do casal que vivia em conflito coisa que não aconteceu. Separaram-se quando ela estava grávida de 2 meses.¹⁰⁷

Como na entrevista de Carla, perguntei a Regiane quais eram as razões das brigas que resultaram na separação, questionando se os desentendimentos estavam relacionados a sua gravidez. A informante explica que o problema entre os dois eram os ciúmes do marido, o qual acreditava que ela o traía com outros homens, e que “*não tinha nada a ver com a gravidez*”. No entanto, a gravidez é o signo dessa traição, motivando as acusações do marido.

No momento da separação, sua sogra entra novamente em cena, alimentando as desconfianças do filho. Dizia que Regiane queria separar-se dele porque “*tinha outro*” e que “*não era pra ele deixar a casa porque ela iria morar com vagabundo.*”

Regiane ainda passa por várias ameaças feitas por seu companheiro, o qual também desconfiou da paternidade de seus filhos. Argumenta que apesar das brigas enquanto eram namorados, jamais imaginou que ele fosse tão agressivo, chegando ao ponto de bater nela mesmo estando grávida, assim como infernizava e batia na mãe, sogra de minha informante.

Não sabia que ele era tão agressivo, que era assim, vim saber depois que casei. Daí que fui saber que brigava bastante, *que batia até na mãe dele... por isso ela quis que eu casasse com ele...*

Regiane acredita que tanto a manipulação de forças malignas por sua sogra quanto a sua maledicência, dirigiam-se, de uma maneira ou de outra, para que ela não deixasse o companheiro em hipótese alguma. É interessante observar que tal qual o companheiro de Carla, o marido de Regiane também já estava com outra mulher, porém, segundo minha informante, sua sogra não “*fazia gosto*” ao novo relacionamento do filho, lamentando que o casamento deles tenha terminado praticamente na delegacia e, dessa forma, ao contrário da sogra de Carla, a mãe do companheiro de Regiane não concordava com a “*troca de mulheres*” efetivada por seu filho.

De acordo com as narrativas de minhas informantes, percebe-se a princípio que os conflitos com suas sogras poderiam ser justificados por uma questão de residência, uma vez que tanto Carla quanto Regiane conviveram na casa das mães de seus companheiros nos primeiros meses de casamento. Porém, acredito que esta seria uma explicação reducionista – assim como as condições materiais de existência conforme referenciado por uma das policiais

¹⁰⁷ Vale destacar que após a separação, nem o companheiro de Carla e nem o companheiro de Regiane dão pensão alimentícia para os filhos ou ajudam financeiramente minhas informantes.

da DPCAPM - para tais conflitos. O que verifica-se a partir das representações de minhas informantes, é um tratamento preferencial dado pelas sogras de Carla e Regiane a seus companheiros, traduzindo-se conforme sugere Fonseca (2000) numa solidariedade produzida por laços de “sangue” face à precariedade dos laços conjugais ou afins entre nora e sogra.

Mesmo a sogra de Regiane que passava por sérios problemas com o filho, amplifica suas investidas contra a nora tentando esclarecer a seu descendente que “*não era pra ele deixar a casa porque ela iria morar com vagabundo*”. Contudo, a própria Regiane percebe que isso não era para favorecer a separação do casal. Segundo as narrativas de minha informante, identifica-se o anseio da sogra para a permanência do filho junto a nora, pois, seu retorno à casa da mãe, significaria a volta de sérios conflitos familiares.

No caso de Carla, observa-se claramente que o companheiro não esconde que as opiniões de sua mãe tem muito mais peso do que as da companheira e, dessa forma, a sogra inevitavelmente vira rival. Carla não admite que o companheiro a tenha trocado pela ex-mulher e pelo filho de quatro anos, jogando toda a culpa de seu descasamento nas “implicâncias” de sua sogra. Certamente existe a manipulação da sogra de Carla sobre o filho – pode-se inclusive considerar que a separação e a volta com a ex-mulher tenham sido “planejadas” pela mãe de seu companheiro - evidenciando-se os privilégios dos laços consangüíneos - ele *faz tudo pela mãe, tudo, tudo, tudo...*” – configurando-se o apoio moral entre esses parentes (mãe e filho) de suma importância em detrimento aos laços conjugais.¹⁰⁸

Também pode-se analisar a história de Carla sob outro aspecto: conforme sua própria narrativa, seu companheiro estava querendo uma réplica de sua mãe ao invés de uma esposa, o que lembra algumas considerações feitas por Tarlei de Aragão em seu texto “Em Nome da mãe”:

[..] A figura da ‘mãe’ ocupa posição totalmente central... [sendo]... que muitos homens, quando não se casavam com uma ‘mãezinha’ – réplica dos cuidados e atenções maternas -, desenvolviam um trabalho obsessivo de transformar a categoria ‘esposa’ em ‘mãe’. Por outro lado, as mulheres que fogem ao modelo de recato, fidelidade e resignação representado na metáfora da mãe são mais cedo ou mais tarde identificadas ao amálgama ideológico que recobre a categoria prostituta (ARAGÃO, 1983, p. 139)

¹⁰⁸ Segundo Fonseca (2000) as consangüíneas – mãe, irmãs, tias – assumem papel fundamental na vida de um homem, pois podem realizar em troca de seu apoio tarefas femininas que incluem desde serviços domésticos, ajuda com obrigações administrativas, a criação de seus filhos – se por acaso aconteça uma separação – e ainda carinho e apoio moral desta sua família de origem.

Considerando essa perspectiva, pode-se aferir que Carla não se enquadra na categoria de esposa/mãe almejada por seu companheiro, sendo abandonada por ele após todos os conflitos com sua sogra. Retorna por algum motivo para a ex-esposa, é influenciado pela mãe e surge assim a dúvida em torno da paternidade. Conseqüentemente, Carla é transferida do status de “esposa” para o status de “prostituta”, conforme identificado e categorizado por Aragão.

Mas uma outra questão aqui se segue. Ambos companheiros de minhas informantes já estavam pouco tempo depois (ou ao mesmo tempo) vivendo com outras mulheres. A sogra de Carla aceitou muito bem a ex-mulher de seu filho que já possuía um rebento com mais ou menos 4 anos. Renegou a outra neta inclusive afirmando e até mesmo quase convencendo o filho (o qual parecia realmente querer acreditar nisso, uma vez que retornara a ex-mulher) de que a gravidez de Carla era de outro homem. A sogra de Regiane, ao contrário, disse para o filho não sair da casa por que ela iria colocar outro no lugar dele e, provavelmente, ele perderia seu status de pai, de marido e de dono da casa. Também não era seu desejo que o filho se envolvesse com outra mulher que não fosse Regiane.

Considera-se que o desejo dessas mulheres corresponde a uma escolha em relação a descendência de seus netos e, assim, entram em descompasso tentando manipular seus consangüíneos. Representaria uma descendência por escolha – das matronas¹⁰⁹ – tanto eletiva (das noras) quanto consangüínea (dos netos). Conseqüentemente, essa afinidade eletiva e consangüínea se fecha a negociações: a descendência deve respeitar a legitimidade correspondente as representações das sogras de Carla e Regiane. Não importa se a filha de Carla é ou não filha de seu companheiro, pois, de uma maneira ou de outra, ela é ilegítima aos olhos da sogra. Seu outro neto, filho da ex-mulher do companheiro é quem representa verdadeiramente sua descendência, é ele quem faz a sogra de Carla se transpor no status parental: ou seja, de mãe ela passa a ser avó.

Ao contrário, a sogra de Regiane não desejava que o filho a substituísse por outra mulher nem tampouco aceitaria futuros netos que não fossem filhos de Regiane, os quais poderiam ser considerados como ilegítimos. Elege os filhos de Regiane como sendo os responsáveis por sua transposição na escala de parentesco e, por conseguinte, eles representariam seus verdadeiros descendentes.

¹⁰⁹ Mulheres idosas que já atingiram a menopausa. (HERETIER:1989)

Afora outras considerações, o que está fortemente arrolado nessas relações de parentesco é a questão da descendência¹¹⁰, o que implica no engendramento dos conflitos entre parentes consanguíneos, “eletivos” e afins, permanecendo – conforme sugere Fonseca (2001) - a dicotomia existente na era pré-contemporânea sobre a distinção entre esposas e amásias (no caso as noras) e filhos legítimos e ilegítimos (quais sejam, os netos) de acordo com o que poderíamos considerar como sendo as representações das sogras destas duas informantes.

6.6 Seu *Flor* e suas 2 companheiras?

Retornando as mulheres grávidas¹¹¹ e seus conflitos domésticos, uma de minhas informantes, Andréa, profissional que trabalhava à época no PROCEVIC¹¹², expõe um caso curioso sobre a briga entre duas irmãs que faziam parte de um relacionamento caracterizado pelo sororato¹¹³, que acabou na delegacia por causa da disputa pelo companheiro provocada após a gravidez de uma dessas mulheres.

A princípio, segundo Andréa, o trio convivia em harmonia, sendo que dividiam a mesma casa, a mesma cama, possuindo uma vida (tri) conjugal em comum. Tanto as irmãs tinham um bom relacionamento entre elas, assim como o companheiro conseguia compartilhar “seu afeto” com as duas mulheres. Porém, com a gravidez de uma das irmãs, a relação começou a se complicar. A mulher que engravidou acreditava ser – nas palavras de minha informante – “a primeira”, pois sentia-se privilegiada por sua condição de gestante, restando a outra dentro desse relacionamento um “segundo lugar” o que, conseqüentemente, refletiu em sua auto-estima provocando posteriormente as brigas que resultaram em agressões:

[...] e quando uma engravidou aí a coisa ficou complicada, pela outra se sentir menos, diminuída, pela questão dele estar aceitando o filho. E aquela que estava grávida se sentia a primeira. E a outra a segunda. Aí brigaram, teve agressão, daí teve... pela condição de uma estar privilegiada perante a outra. Então tinha aquela situação assim – estou grávida então eu vou ter meu repouso – isso numa classe bem

¹¹⁰ Agradeço os comentários e sugestões realizados pela Professora Maria Filomena Gregori (UNICAMP) a época em que apresentei parte deste capítulo na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia – 16 a 19 de junho, Gramado-RS, 2002, Coordenado pelos professores Theophilos Rifiotis (UFSC) e Guita Debert (UNICAMP).

¹¹¹ Lembro que nenhuma das gestantes por mim entrevistadas (que participam efetivamente de relacionamentos violentos), argumentaram ter se desentendido com outras mulheres ou vizinhas, a não ser no caso das sogras.

¹¹² Embora alguns profissionais no PROCEVIC acreditem que as mulheres sejam cúmplices nas brigas entre os casais, pude perceber que o ponto de vista desta instituição de modo geral, é voltado mais para a vitimização das mulheres, ao contrário das profissionais da DPCAPM que possuem um olhar relativizador sobre essa questão.

¹¹³ Relação sororal : Casamento entre um homem e duas irmãs. (Heritier, 1989, p.106)

assim, classe baixa – ah, eu não vou fazer isso – o marido que vivia com as duas em harmonia, então a outra tinha que assumir. E teve o momento que realmente brigaram, com agressões indo parar na delegacia por causa dessa disputa. (Andréa, 26 anos, Assistente Social PROCEVIC. Lages, 07/03/2002).

Mesmo após todos os desentendimentos, Andréa argumenta que as irmãs ainda continuaram morando juntas por um determinado tempo, porém, o nascimento da criança transformou a convivência entre elas, sendo que, posteriormente, “a segunda esposa” foi embora, ficando “a primeira” com o companheiro, os quais tiveram mais dois filhos.

Observando-se particularmente o episódio, verifica-se que o relacionamento existente entre essas pessoas transcorria sem conflitos até a chegada de uma gravidez. Similar as relações de gênero entre noras e sogras, também existe entre as irmãs a disputa por um status diferenciado, porém, nesse caso, dentro da relação sororal: as duas irmãs eram iguais e possuíam os mesmos direitos perante o companheiro. A gravidez faz com que uma delas duplique esses direitos, porquanto, além de ser mulher, também se torna mãe, e, conseqüentemente, se transforma na “primeira esposa”. A “segunda esposa” “traída” e “desprestigiada” por sua retardatária fertilidade, se sente excluída da tríade e se retira do relacionamento. A gravidez nesse caso, dá e ao mesmo tempo retira o poder, transformando o status assim como os direitos dessas mulheres. Somente a gestante acaba por garantir o seu lugar na relação conjugal – e portanto a que fica com o marido - e exime a outra – temporariamente “seca” e assim considerada (e se considerando) a “segunda esposa” - de partilhar essa mesma relação.

A partir das considerações, verifica-se como a gravidez tem um significado relevante nessas relações de gênero. A gravidez intensifica, motiva e aciona as violências. Dá e retira poder transformando status, direitos e posicionamentos das pessoas. Mexe com a virilidade dos homens e com a identidade feminina que se caracteriza pela capacidade reprodutiva. Envolve inúmeras relações de parentesco: pai, mãe, filhos, irmãs, noras e sogras. A gravidez permite a estas mulheres a manipulação tanto dos laços de solidariedade quanto das tensões entre parentes consanguíneos e afins. A gravidez gera violência porque permite dúvidas, gera ciúmes e sobretudo porque muitas vezes é interpretada como um signo de traição feminina. E nestes conflitos a “ciência”, pelos testes de DNA, muitas vezes é acionada como uma ameaça pelas partes envolvidas em busca da “certeza” da paternidade.

Parentesco é portanto um eixo central das queixas na delegacia e das representações dos atores sociais envolvidos na luta contra as violências doméstico-conjugais. A consanguinidade, categoria central nas relações de parentesco, é usada como uma das razões

da violência masculina, pois, conforme o discurso de meus informantes, ela pode ser transmitida “geracionalmente”. No próximo item, faço uma discussão a partir das representações de meus informantes embasada pela literatura, levantando algumas questões em torno desse assunto.

6.7 O sangue puxa¹¹⁴ ... a violência puxa?

Puxa. Pelo menos sob o ponto de vista dos profissionais entrevistados “a violência puxa”. Independente das mulheres estarem ou não em estado gestacional. A discussão articulada sobre a noção de que a violência pode ser transmitida “*transgeracionalmente*”, ou seja, ser transmitida dentro de casa de “pai”/”mãe” para “filho/filha”, é aceita sem discussões entre meus informantes, representando outra razão para justificar a violência doméstica. Boa parte dos profissionais entrevistados acredita que pessoas envolvidas em conflitos afetivo/conjugais provêm de famílias violentas, partindo do princípio de que todo agressor já foi uma vítima em potencial. Meus informantes acreditam que estes homens e mulheres possuem um histórico de violência que vai se reproduzir no comportamento dos filhos, os quais se tornarão adultos agressivos, inseguros e revoltados. Os dados etnográficos confirmam este repertório de imagens por onde transitam meus informantes:

A maioria delas já vem de famílias violentas. Ou tinham o pai violento, ou tinham o pai que já batia na mãe, e elas diziam assim - *até parece que puxa, parece um destino*. E os companheiros também. Geralmente. Poucos casos que não, 20 ou 30%. Mas de forma geral já vem de famílias violentas. (Padre Heloir, 51 anos, professor, Coordenador Caritas Diocesana de Lages. 08/04/2002)

E você sabe que a educação e a criação é tudo né, porque o detento, aquele cara que ta no presídio, ele é o produto da sociedade, assim como o agressor é um produto de meio dele. Nenhum agressor, nenhum cara que deu tapa na mulher, no filho, que quebrou o vizinho ou a vizinha de pau, ele não passou pela vida impune *ele foi agredido quando criança*. Essa é a verdade absoluta que a gente trabalha na área de violência a mais de 25 anos e eu posso afirmar: *todo agressor já foi agredido de alguma maneira, como o filho do agressor que presencia a agressão será com*

¹¹⁴ FONSECA, Claudia – “Criança, Família e Desigualdade Social no Brasil”. In: A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio. Irene Rizini ... [et all] – Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993, pp. 113 – 131. Neste artigo, Fonseca observa que os laços de sangue têm prioridade sobre relacionamentos “contratuais” como o matrimônio, sendo que a identidade familiar é dada quando a criança nasce, e os pais adotivos não possuem tanto valor como se pensa. Por isso “o sangue puxa”.

certeza um agressor no futuro. Isso não é o PROCEVIC aqui que ta descobrindo a verdade. Isso ta comprovado em quaisquer anais de qualquer entidade aí que trabalham nessa área de violência. (Dr. Eduardo, coordenador PROCEVIC. Lages, 29/02/2002).

Para Malvina Muszkat (2002), a exposição das crianças à violência familiar é responsável pelo chamado “ciclo da violência intergeracional”, fator correspondente à reprodução das violências no âmbito doméstico. Segundo a autora, estudos comprovam¹¹⁵ que o ciclo da violência começa cedo na vida das crianças, e, conseqüentemente, estas podem reproduzir os conflitos por sentirem-se abandonadas ou por serem abusadas sexualmente pelos adultos. Do mesmo modo, ainda podem aprender através das relações conflituosas familiares, que é através das violências que se resolvem as diferenças, podendo transforma-las futuramente em homens e mulheres violentos. (MUSZKAT, 2002, p.50).

Tal como aponta Bárbara Musumeci Soares (1999, p.83), o debate em torno da violência intergeracional representa um alicerce importante na formação das imagens referentes a vitimização. A socióloga argumenta que a transmissão “hereditária” das violências constitui um importante ponto de referência, no qual se baseiam muitos autores¹¹⁶. Porém, apesar de amplamente disseminado, o ciclo da violência intergeracional possui um certo caráter ambíguo, podendo ser forjado por advogados, ou mesmo comprometer a maternidade e a paternidade dos atores sociais envolvidos, tornando-os alvos de exclusão:

O ciclo da violência, tal como tem sido definido [pelas feministas norte-americanas], acaba sendo uma estrada de mão dupla. Por um lado, corre-se o risco de aplicar ex post facto aos agressores o rótulo de ‘child abused’ – recurso muitas vezes utilizado por advogados de defesa no esforço de minimizar a pena dos acusados. Por outro lado, se a tese da transmissão da violência faz sentido, as vítimas de violência serão, sempre, agressores potenciais. Se tiverem filhos, serão vistos como ‘pais de alto risco. (SOARES, 1999, p. 89)

Esse fator também não é aceito unanimemente entre algumas profissionais que preocupam-se em estudar a violência doméstica. Baseando-se nos estudos de Kalmus e Seltzer (1986) bem como nos de Pagelow (1984), Soares observa que para as profissionais, a violência doméstica não está necessariamente radicada na infância e pode originar-se nos primeiros relacionamentos afetivo/conjugais. Demonstra dessa forma, que as autoras possuem uma visão alternativa sobre a idéia de os comportamentos violentos serem transmitidos

¹¹⁵ A autora infelizmente não cita tais estudos.

¹¹⁶ Soares (1999) cita dentre outros, Lenore Walker (1979), Anson Shupe (1987), William Stacey (1987) Lonnie Hazlewood (1987), Robert Robertson (1992), etc.

geracionalmente, uma vez que podem ser constitutivos das relações de gênero. (SOARES, 1999, p. 86-88)

Nessa perspectiva, apesar de acentuar a mesma preposição à pedagogia do ciclo intergeracional, um de meus informantes – profissional na área médica - relata ter prestado atendimento a casais que por razões alheias acabaram envolvendo-se em sérios conflitos conjugais. Porém, o informante observa que não eram pessoas provenientes de famílias violentas¹¹⁷, ou seja, estes episódios podem supostamente ter se originado a partir da convivência entre os casais. A narrativa abaixo, ilustra um dos atendimentos prestados por meu entrevistado a uma gestante que ficou seriamente ferida ao ser espancada pelo companheiro. Segundo o informante, a paciente argumenta que o companheiro nunca havia lhe agredido anteriormente:

[...] é uma moça que eu atendi desde a adolescência, desde que ela tinha 13, 14 anos, ela vinha com a mãe consultar comigo, e aí um dia ela apareceu aqui com o marido, marido não companheiro, grávida, e ele, eu também conhecia, e *me surpreendeu a situação porque eu sempre percebi esse rapaz assim como uma pessoa tranqüila, tranqüila, eu conheci e percebia assim, do dia a dia, eu conhecia alguns familiares dele, e a moça conhecia bem porque desde a adolescência*. E quando ela chegou aqui, cheia de hematomas, equimoses, até eu fiz um laudo a pedido da delegacia porque eles estavam sem o perito aquele dia. Daí eu disse pra ela, ela naquele estado – teu marido que eu sei não bebe – ela disse – não doutor ele não bebe realmente – eu disse – que eu saiba também ele não usa drogas -...- não realmente não usa – eu conhecia esses detalhes assim, né. E nesse dia chegou alucinado em casa agredindo, agredindo. Nunca tinha agredido antes... segundo a moça né? Segundo informações dela. Ela ficou num estado realmente deplorável, tanto física como emocionalmente falando. Fisicamente ela ficou com hematomas nos braços, aqui no pescoço, no rosto, ele deu um soco no rosto dela, horrível. (Dr. Hermes, 43 anos, médico ginecologista/obstetra. Lages, 04/04/2002)

Durante minha pesquisa, não era incomum encontrar pessoas envolvidas em relacionamentos conflituosos, que, segundo suas representações, não provinham de um lar violento, ao contrário do ponto de vista da maior parte dos profissionais¹¹⁸.

Fazendo-se uma analogia com o trabalho de Fonseca sobre “circulação de crianças” (1995, p.16), a autora observa que era corriqueiro descobrir que muitas pessoas com as quais

¹¹⁷ Este informante é ginecologista e obstetra em Lages conhecendo boa parte de sua clientela. Trabalha na cidade há mais de 23 anos, possui consultório particular, bem como realiza plantões na maternidade. Além disso, é nascido neste município atendendo pacientes que foram colegas de escola, vizinhas, conhecidas realizando dessa forma, o parto de muitas delas e também de suas filhas e noras. Assegura que essas pessoas envolvidas em relacionamentos conflituosos (das quais ele me falou), não conviveram com famílias violentas durante a infância. Pelo menos que ele saiba.

¹¹⁸ Certamente para confirmar essa possibilidade, precisaria conviver mais tempo com essas pessoas, porém, não é o objetivo dessa pesquisa ficar descobrindo verdades, e sim, trabalhar em cima das representações de meus informantes.

falava - donas de casa, pais de família, etc. - passaram boa parte de sua infância circulando entre diversas famílias ou mesmo na rua. Explica que no começo surpreendia-se que “um menino de rua” pudesse estar ali conversando com ela sendo um adulto “aparentemente normal”. Ou seja, que estes meninos e meninas não tivessem optado, devido sua condição estigmatizada, por uma carreira “autônoma” transformando-se em ladrões, prostitutas ou traficantes. Ressalta que o imaginário sobre o comportamento de determinados grupos sociais muitas vezes é inventivo, acreditando-se que estas pessoas seriam incapazes de voltar, comprovadamente, a uma vida “normal”.(FONSECA, 1995, p. 16-17)

Dessa maneira, comparando-se o destino das “crianças de Fonseca” com as prerrogativas do ciclo intergeracional, pode-se estimar que não necessariamente, homens e mulheres envolvidos em relacionamentos afetivo/conjugais violentos provêm de famílias violentas e/ou “desestruturadas”¹¹⁹, assim como “meninos de rua” não transformam-se essencialmente em marginais.

Representariam estes casos ^{exceções} que não se enquadrariam nas explicações sobre o ciclo intergeracional tão solicitado pelos especialistas em violência doméstica? O comportamento abusivo de homens e mulheres estaria realmente radicado na infância? Fatores externos a exemplo da mídia não estariam invadindo ou mesmo reelaborando o ethos da violência familiar? As instituições não estariam se pautando nessa afirmação e, dessa maneira, também reelaborando o pensamento de sua clientela e do público de forma geral?¹²⁰

Não refuto a hipótese engendrada pelos profissionais de que a violência é produzida e reproduzida no âmbito doméstico. Todavia, penso que é necessário pesquisar mais intensamente a gênese desses comportamentos violentos associados a homens e mulheres, analisando as várias interpretações sobre este assunto que ainda causa muita polêmica dentre os pesquisadores.

¹¹⁹ Fonseca (2000, p.219) faz sérias críticas a esta adjetivação, questionando se os grupos populares aos quais consideramos “desestruturados” realmente tratam-se de uma “desorganização social” ou de uma “organização que nos repugna”.

¹²⁰ Chamo atenção para esta última questão, pois, diante das entrevistas realizadas com homens e mulheres que se envolveram de alguma forma em relações violentas no período de gravidez, percebi que o discurso de algumas mulheres que passaram pelas instituições eram diferentes daquelas que não passaram. Por exemplo: perguntei a Beatriz (que vem sendo acompanhada por algumas instituições como a DPCAPM mas principalmente pelo PROCEVIC) como era seu filho mais velho. Ela respondeu-me que era muito revoltado pois sempre assistia as brigas e discussões entre ela e Alcenir. (Aliás seu companheiro discorda dessa informação). Estela por outro lado, tinha um outro discurso em relação ao comportamento dos seus filhos. Apesar deles assistirem as discussões e brigas entre o casal, e mesmo entre a família do casal (os pais de Estela vivem no mesmo terreno que ela e o companheiro) argumenta que as crianças são muito tranquilas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizado no município de Lages - SC, procurei estudar como são representadas e vividas as violências doméstico-conjugais no período de gravidez.

Para isto trabalhei com amplo universo de instituições de atendimento a mulheres em situação de violência: Delegacia de Proteção a Criança, ao Adolescente e a Mulher de Lages - DPCAPM – PROCEVIC, Cáritas Diocesana de Lages, Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos incluindo também o Conselho Tutelar.

Nelas entrevistei 17 profissionais de várias áreas – tais como advogados, religiosos, assistentes sociais, uma psicóloga, uma jornalista, um médico, e policiais da delegacia¹²¹ - oito mulheres e dois homens envolvidos em relações violentas no período de gravidez. Também realizei entrevista com a secretária da assistência social da Prefeitura de Otacílio Costa (município vizinho a Lages) e entrevista coletiva com um grupo de mulheres acompanhadas pela psicóloga do PROCEVIC. No total foram realizadas 28 entrevistas individuais e uma entrevista coletiva.

Ficou claro sob meu ponto de vista, que os profissionais – principalmente as policiais da DPCAPM - enfatizam a existência de um recorte de classe na violência, pois se classificam pertencendo as camadas médias da região de Lages, em detrimento às pessoas que procuram os serviços desses estabelecimentos geralmente características de camadas populares.

Porém, essa dicotomia que se constitui para marcar uma diferença ou um contraste entre os grupos, torna-se fluida face a algumas categorias aqui analisadas como: maternidade, gravidez, violências, honra, ciúmes, dentre outras, sugerindo que não há representações estanques da problemática, mesmo que exista uma certa circulação entre as classes no que se refere a visões de gênero.

Sendo uma região que se caracteriza pela *cultura da fazenda* alicerçada num ethos que meus informantes reconhecem como herdado dos portugueses, as relações de gênero em Lages tem características similares aquelas conhecidas pela literatura antropológica como de honra mediterrânea. A honra entre esses grupos vai se configurar como “elemento simbólico”

¹²¹ Dentre as policiais entrevistadas, seis são formadas ou estão cursando Direito, sendo que uma delas é formada também em Economia. Liliane é formada em Administração de Empresas e Neusa possui o Ensino Médio. O Delegado também é formado em Direito.

que regula o comportamento dos membros da região e, dessa forma, ao mesmo tempo em que a classe social separa esses grupos, as questões de honra - que também englobam as discussões sobre as amantes, maridos provedores, ciúmes - os unificam, conforme pude observar, por exemplo, tanto na fala das polícias como das mulheres grávidas entrevistadas: “mulher na verdade gosta mesmo é de apanhar”... “eu queria mesmo era ser esposa de delegado pra não precisar mais trabalhar”... “a minha vizinhança ultimamente está um horror”... “a gravidez para mim é uma coisa santa”... dentre outros comentários pertinentes a ambas as partes.

Busquei então identificar os múltiplos olhares produzidos por estes informantes sobre os significados inerentes a gravidez e a maternidade mediante suas próprias experiências. Pude constatar que o grupo dos profissionais, propiciam suas representações em contraste ao modo pelo qual as gestantes - que procuram estas instituições de apoio - articulam suas percepções em torno da gravidez e da maternidade.

Para estes profissionais, a gravidez é tomada como sinônimo de saúde, de santidade, sendo planejada e desejada. Ao contrário disso, interpretam que a gravidez para as mulheres de camadas populares não possui um diferencial, não havendo planejamento, pois acreditam que a gravidez para essas mulheres é vista como doença ou com indiferença, devido sua falta de informação. Neste sentido, as consideram como mães desnaturadas que há muito perderam - ou mesmo nunca possuíram - um instinto materno (BADINTER, 1985), ignorando que certas atitudes adotadas por essas mulheres assumem lógicas diferenciadas (DUARTE, 1987), porém incompreensíveis para o grupo dos profissionais.

Todavia, pude constatar que as mulheres por mim entrevistadas, ao contrário do que foi indicado, articulam suas percepções em torno da gravidez de maneira similar em muitos momentos aos profissionais. Com exceção de duas de minhas informantes, todas planejaram sua gravidez. Inclusive Estela que possuía menos recursos entre as entrevistadas fez tratamento para engravidar do primeiro filho, após ter um aborto espontâneo. Apreendi que os filhos subsequentes é que não são planejados, indo então de encontro as perspectivas dos profissionais. Mesmo assim, minhas entrevistadas descartam a possibilidade em realizar aborto, pois, tal qual os profissionais, consideram a gravidez como algo sagrado. Ainda existe a possibilidade de uma “circulação de crianças”, demonstrando, conforme observa Fonseca, a existência de uma solidariedade consanguínea entre os parentes. Assim, as mulheres preferem “dar” a “tirar os filhos”, utilizando raramente outros métodos contraceptivos os quais poderiam interferir na natureza de seus corpos.

Isso posto, percebi em meu estudo que a gravidez é também uma fonte de poder feminino, sendo que muitas mulheres se prevalecem de seu estado gestacional para provocar ou incrementar brigas, ao mesmo tempo em que se utilizam da gravidez para se fazerem de vítimas em diferentes relações.

Constatei que as funcionárias da DPCAPM particularmente acreditam que qualquer pessoa pode assumir o papel de vítima, pois consideram que as mulheres têm fortes implicações nas relações violentas, salientando que muitas delas provocam tais situações aderindo ao papel de “vítimas” quando procuram a delegacia. Do mesmo modo, as profissionais entrevistadas demonstram que as principais razões que engendram os conflitos entre as próprias mulheres, direcionam-se as rixas provocadas pelas fofocas que envolvem ataques sobre a fertilidade alheia, a gravidez e ao casamento, pontos que interferem diretamente nas questões de honra femininas, uma vez que essas características são compreendidas como um destino natural das mulheres as quais somente obtém e afirmam sua “identidade social” através desses atributos. Ser seca – conforme os xingamentos entre essas mulheres que procuram a DPCAPM - correr o risco de sofrer aborto e, além disso, não ter um marido que garanta um status “honroso” e “respeitável” (Fonseca,2000, p.32), não se enquadrariam numa “identidade social normal” (FUNCK, 1999, p.301) almejada e apreendida por essas mulheres.

Penso que a gravidez e a maternidade se incluem nesse universo simbólico como condição essencial para que se realizem como mulheres, ou seja, a reprodução torna-se inerente à construção do gênero, pois é nessa capacidade reprodutiva que associam sua identidade de mulher/mãe, articulando a gravidez a tarefa “natural” da maternidade.

Também pude constatar, que a gravidez em si não propicia desentendimentos entre os casais, porém, as violências podem se intensificar nesse período motivando e acionando conflitos já existentes. A recusa em manter relações sexuais durante a gravidez, a manifestação de ciúmes do companheiro em relação a criança que irá nascer e sentimentos de rejeição, seriam as presumíveis causas das violências nesse período.

Porém, diante das representações das gestantes e de seus companheiros, os homens assumem posturas violentas não por perceberem seus filhos como rivais, mas por colocarem em dúvida a fidelidade da companheira desencadeando a desconfiança em torno da paternidade, circunstância que se remete as noções ligadas a honra.. Os homens desconfiam da paternidade até mesmo quando realizam exames de DNA. Neste sentido, muitos não concordam com o ideário que acompanha as técnicas de identificação genética, não

implicando o uso de exames de DNA numa adesão à racionalidade bio-médica, por mais que esse mecanismo seja amplamente reconhecido e longamente utilizado. Ao que tudo indica, não está em jogo a legitimidade do filho mas a gravidez como signo de traição, uma vez que a paternidade – como demonstram alguns estudos em camadas populares - costuma estar estreitamente vinculada com a afirmação pública da virilidade.

Parentes consangüíneos ou afins também fazem parte dos conflitos domésticos, sendo protótipo nos casos verificados as relações de gênero envolvendo noras e sogras e o caso das duas irmãs que viviam numa relação sororal. Referente as sogras, percebe-se que existe uma solidariedade produzida por laços de “sangue” entre mãe e filho em detrimento aos laços conjugais, sendo que o desejo dessas mulheres corresponde a uma escolha em relação a descendência de seus netos e, assim, entram em descompasso tentando manipular seus consangüíneos. Representaria uma descendência por escolha tanto eletiva (das noras) quanto consangüínea (dos netos) devendo assim, a descendência respeitar a legitimidade correspondente as representações das sogras. Uma outra perspectiva também presente nestes conflitos parentais, é que o homem não consegue identificar em sua mulher a figura de sua mãe, transferindo-a de seu status de esposa para o status de prostituta conforme analisado por Aragão (1983).

Em relação ao caso de sororato, a gravidez acaba por garantir somente à “irmã gestante” o seu lugar na relação conjugal e exime a outra irmã de partilhar essa mesma relação.

Conforme também verificado, existe uma certa contaminação entre as mulheres que freqüentam essas instituições, as quais assimilam discursos psicologizados e, dessa forma, acreditam veementemente dentre outras questões que “a violência puxa”, ou seja, começam a repetir o discurso dos profissionais, que acreditam que homens e mulheres que possuem um histórico de violência, se reproduzirá necessariamente no comportamento dos filhos, os quais se tornarão adultos agressivos, inseguros e revoltados.

Representariam esses casos ^{exceções} que não se enquadrariam nas explicações sobre o ciclo intergeracional tão utilizado como explicação pelos especialistas em violência doméstica? O comportamento abusivo de homens e mulheres estaria realmente radicado na infância? Fatores externos a exemplo da mídia não estariam invadindo ou mesmo reelaborando o ethos da violência familiar? As instituições não estariam se pautando nessa afirmação e, dessa maneira, também reelaborando o pensamento de sua clientela e do público de forma geral?

Não refuto, conforme já mencionado, a hipótese engendrada de que a violência é produzida e reproduzida no âmbito doméstico. Porém, penso que é necessário pesquisar mais intensamente a gênese desses comportamentos violentos associados a homens e mulheres, analisando as várias interpretações sobre este assunto que ainda causa muita polêmica dentre os pesquisadores.

Ainda em relação aos centros de atendimento a violência doméstica, existem alguns pontos que mereceriam uma investigação mais detalhada, como por exemplo a articulação entre os serviços prestados por essas instituições.

As pessoas que procuram apoio vão diretamente prestar queixa na delegacia? Elas não passariam primeiramente por outras instituições como ONGs ou outras parcerias? Se realmente existe esta intermediação, qual seria o critério de encaminhamento dessas pessoas? Estaria associada a questões de classe? E se assim fosse, muitas delas deixariam de ser encaminhadas a delegacia? Talvez não fossem diretamente a outras instituições e, dessa forma, tratariam de seus casos de maneira mais discreta ao não se exporem prestando queixas? Ou se fossem encaminhadas a delegacia trariam em seus Boletins de ocorrência o carimbo de confidencial? Ou, ao contrário, um caso que poderia ser resolvido, digamos, no Conselho Tutelar, é transferido para outra instituição somente porque os funcionários do conselho não se dispõem a ouvir um problema que talvez pudesse ser resolvido ali mesmo?

Outro ponto que merece investigação, diz respeito a estratégia utilizada tanto por homens quanto por mulheres, suas relações de parentesco e também vicinais, para resignificar o contexto doméstico através da manipulação de determinadas religiões. Esse aspecto chamou-me atenção a partir das narrativas de Regiane, que diz ter se casado contra vontade porque estava enfeitiçada pela magia encomendada por sua sogra. Lembrei-me de um texto chamado “O caso da pomba-gira: religião e violência” no qual a esposa trama a morte do marido em um terreiro, primeiramente tentando elimina-lo pela via espiritual e, sem obter sucesso, decide, junto a Maria Padilha pomba gira do terreiro que frequentava, a assassinar o companheiro. Diante do discurso nativo e também de pistas que proporcionam estudiosos da antropologia da religião, acredito que seria interessante investigar casos envolvendo homens, mulheres e suas relações de parentesco, nesse contexto de reordenação conjugal ou familiar através da manipulação de forças sobrenaturais implicadas a partir de determinadas religiões (principalmente das religiões afro-brasileiras).

Conforme pode-se observar nesta pesquisa, trabalhei de forma mais enfática com as representações dos profissionais selecionados e das mulheres que passaram por violências no

período de gravidez. Em relação aos homens entrevistados, pude constatar que um deles realmente se enquadra no discurso dos profissionais, que argumentam que os homens raramente admitem ter praticado atos de violências no âmbito doméstico. Alcenir, meu outro informante, embora confesse sua agressividade, explica que o faz para se defender. De qualquer forma, a partir das lamentações de Alcenir, pude constatar que aos poucos os homens começam a se queixar e a admitir – mesmo que seja para se defender – seus atos violentos. Mas esta é uma questão que, em minha opinião, também mereceria uma investigação mais aprofundada.

Para finalizar, desejo desenvolver um tópico que diz respeito particularmente as violências engendradas pelas mulheres em situação afetivo/conjugal envolvendo casais, parentes e vizinhas, uma vez que possuo muitos dados sobre este ponto e não pude utilizar nesta dissertação, mas que utilizarei futuramente para desenvolvimento de um artigo. Percebi que este ponto, o da violência das mulheres, ficou em aberto, todavia ele esteve presente não apenas durante o trabalho de campo mas sobretudo na escrita da dissertação, representando certamente um dos pontos mais polêmicos e o que me parece mais complexo de ser investigado sobre a violência das mulheres.

A partir das considerações, verifica-se como a gravidez tem um significado relevante nessas relações de gênero. A gravidez intensifica, motiva e aciona as violências. Dá e retira poder transformando status, direitos e posicionamentos das pessoas. Mexe com a virilidade dos homens e com a identidade feminina que se caracteriza pela capacidade reprodutiva, marca essencial para a construção do gênero. Envolve inúmeras relações de parentesco: pai, mãe, filhos, irmãs, noras e sogras. A gravidez permite a estas mulheres a manipulação tanto dos laços de solidariedade quanto das tensões entre parentes consangüíneos e afins.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA**, Sueli Souza de. Femicídio: algemas (in)visíveis do público privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.
- ALMEIDA**, Maria Isabel Mendes. Maternidade: um destino inevitável? Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1987.
- AMERICA'S WATCH RELATÓRIO**. Americas Watch, Human Rights Watch, Núcleo de Estudos da Violência, USP, Comissão Teotônio Vilela, 1991.
- ARAGÃO**, Luiz Tarlei. "Em nome da mãe: posição estrutural e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira". In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro, Zahar, Ed., 1983, pp. 109-145.
- ARDAILLON**, Danielle e **DEBERT**, Guita. Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- ARIÈS**, Phillippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, editora Zahar, 1978.
- ASCENCIO**, Rafael Lozano. "O impacto da violência doméstica na saúde: Cidade do México" In: *A Família Ameaçada: violência doméstica nas Américas/Andrew R. Morrison e María Loreto Biehl*, eds. Tradutor Gilson B. Soares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BADINTER**, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BANDEIRA**, Lourdes e **SÚAREZ**, Mireya (Orgs.) et alii. Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal – Brasília, Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.
- BANDEIRA**, Lourdes e **SÚAREZ**, Mireya. "A crítica feminista e a administração dos conflitos interpessoais". In: *Seminário Estudos de Gênero face aos dilemas da Sociedade Brasileira*, Itú, SP, 2000.
- BANDEIRA**, Lourdes e **ALMEIDA**, Tânia Mara Campos. "O pai-avô: o caso de estupro incestuoso do pastor". In: *BANDEIRA, L. & SÚAREZ, M. (Orgs.) et alii – Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal – Brasília, Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.*
- BARSTED**, Leila Linhares. "Metade Vítimas, Metade Cúmplices? A Violência nas Relações Conjugais". In: *Feminino Masculino: Igualdade e Diferença na Justiça*. Org. Denise Dourado Dora. Porto Alegre, Sulina, 1997, pp. 73-84.
- BASTERD**, L. Linhares. Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas. Cadernos do Cepia, Rio de Janeiro, v. 1, 1994.
- BENTO**, Berenice Alves de Melo. "O Acusado, quem é?" In: *Primavera já Partiu: Retrato de Homicídios Femininos no Brasil*. OLIVERIA, D. et alii (Orgs.). Brasília, MNDH, 1998, pp. 155-171.
- BITENCOURT**, Henrique. "Vidas Marcadas: um estudo das relações de gênero na família em Lages". Dissertação, UFSC, CFH, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, agosto 2001.
- BONETTI**, Alinne de Lima. "Entre Feministas e Mulheristas: Uma Etnografia sobre Promotoras Legais Populares e Novas Configurações da Participação Política Feminina Popular em Porto Alegre".

Dissertação de Mestrado, Florianópolis, PPGAS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, Elaine Reis. “Violência conjugal e o recurso feminino à polícia.” In: BRUSCHINI, C. e BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Orgs.), *Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Ed. 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

BRANDÃO, Elaine Reis. *Nos Corredores de uma Delegacia de Mulher: um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal*. Dissertação de mestrado, Instituto de Medicina Social, UERJ, 1996, 188 pp. Orientadora: Maria Luiz Heilborn.

BRUDER, Silvana Rassi. *Poder e Proteção na Delegacia da Mulher de Florianópolis – Análise de Discurso*. Florianópolis, UFSC, TCC, 1992.

CAMARGO, Aspásia et all. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, 222p.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. GONÇALVES, R (org.), RJ, Editora UFRJ, 1998.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. *Apanhar dói e machuca: as ambivalências das mulheres sobre a violência de gênero*. Recife, 1995, 231 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Orientadora: Zélia Maria Pereira da Silva.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família*. São Paulo, Graal, 1983.

CORRÊA, Mariza. *Os Crimes da Paixão*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

DA MATTA, Roberto. “O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Édson de Oliveira (Org.) – *A Aventura Sociológica*. Biblioteca de Ciências Sociais, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: Uma Introdução a Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

DA MATTA, Roberto. “Panema: uma tentativa de análise estrutural”. In: *Ensaio de Antropologia Estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1977.

DEBERT, Guita Grin e **GREGORI**, Maria Filomena. “As Delegacias Especiais de Polícia e o projeto Gênero e Cidadania”. In: *Gênero e Cidadania*. Mariza Corrêa et all. Campinas-SP, PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002, p. 9-19.

DESLANDES, Suely Ferreira et all. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 18ª Edição, 1994.

DESCHAMPS, Adriana Schmitt, IMHOF, Jussara. *As relações conjugais conflituosas e a abordagem do Serviço Social*. Blumenau, 1995. 69 p. Orientadora: Prof. Maria da Graça S. Fernandes.

DORA, Denise (Org.). *Feminino Masculino: Igualdade e Diferença na Justiça*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1966.

DUARTE, Luís Fernando D. “Pouca Vergonha, Muita Vergonha: Sexo e Moralidade entre as Classes Trabalhadoras Urbanas”. In: *Cultura & Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. Coord. LOPES, José Sérgio et al. Rio de Janeiro, Marco Zero, PROED, UFRJ, Museu Nacional, 1984.

_____. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese? São Paulo, Perspectivas, Coleção Estudos 85, Tradução Gilson Cardoso de Souza. 1983, 184 p.

FIGUEIRA, Sérvulo A. “O moderno e o arcaico na família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social”. In: *Uma nova família?* Zahar, 1987, pp. 11–30.

FISCHER, Michael. “Da Antropologia Interpretativa à Antropologia Crítica”. In: *Anuário Antropológico 83*, Direção: Roberto Cardoso de Oliveira, Ed. UFC, Tempo Brasileiro.

FLAX, Jane. “Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista”. In: *Pós-modernismo e Política*. HOLLANDA, Heloísa B. (Org.), Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1994, pp. 217-250.

FONSECA, Claudia. “A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea”. Comunicação apresentada no XXV Encontro Nacional da ANPOCS, GT: Gênero, Sexualidade e Parentesco. Caxambu/MG, 2001.

_____. “Criança, Família e Desigualdade Social no Brasil”. In: *A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio*. Irene Rizini ... [et all] – Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993, pp. 113 – 131.

_____. “Feminino, masculino e formas de poder: o código de honra em uma vila portolegrense”. In: *Cadernos do PPGAS/UFRGS*, nº 10, 1988.

_____. Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares: Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Caminhos da Adoção. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. “Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa Etnográfica e Educação.” Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998.

FONTANA, Mônica e **SANTOS**, Simone Ferreira dos. “Violência contra a mulher”. In: *Saúde da mulher e direitos reprodutivos: dossiês/Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos*. São Paulo, 2001.

FOOT-WHITE, Willian. “Treinando a observação participante”. In: *ZALUAR*, Alba (Org.) – *Desvendando máscaras sociais*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Ed., 1980, Segunda edição, pp. 77–86.

FRANCHETO, Bruna et al. (Orgs). *Perspectivas Antropológicas da Mulher. Sobre Mulher e Violência*, nº 4, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

FRANCHETO, Bruna; **CAVALCANTI**, Maria Laura; **HEILBORN**, Maria Luiza. “Antropologia e Feminismo”. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, E. Zahar, nº 1, 1981, pp. 11-48.

FRANÇA, Danielli Jatobá. “Retóricas sobre o crime.” In: *SUÁREZ*, Mireya, **BANDEIRA**, Lourdes (Orgs.) *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília, Parelelo 15/Editora UnB, 1999, pp.

277-296.

FUNCK, Susana Bornéo. “Representações da maternidade e da paternidade na literatura feminista contemporânea”. In: Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras. Alcione Leite da Silva, Mara L. Lago, Tânia Regina Ramos (Orgs.). Florianópolis, Editora Mulheres, 1999.

GEERTZ, C. A Interpretação as Culturas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1978.

_____. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

GODELIER, Maurice. “As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina.” In: La condition feminine, Paris, Ed. Sociales, 1978. (tradução de Maria Cristina Rangel de Paula) pp. 9-29.

GOFFMAN, Erving. “A elaboração da face”. In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.) Psicanálise e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1980, pp. 76-114.

GOLDENBERG, Miriam. “A outra: uma reflexão antropológica sobre a infidelidade masculina”. In: NOLASCO, Sócrates - A desconstrução do masculino. RJ: Rocco, 1995, pp. 131-14.

GOLDMAN, Marcio. “Antropologia Contemporânea, sociedades complexas e outras questões”. In: Anuário Antropológico 1983, 1995.

GONÇALVES, Marco Antônio. Algumas reflexões e críticas sobre os ‘estudos de gênero’ na Antropologia. IFCS/UF RJ, 1999. (mimeo).

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e Queixas: Mulheres e Relações Violentas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

GROSSI, M. P. “Rimando amor e dor: Reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal”, In: PEDRO, Joana & GROSSI, Miram Pillar (Orgs.), Masculino, Feminino, Plural, Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.

_____. “Na busca do ‘outro’ encontra-se a ‘si mesmo’ ”. In: Trabalho de Campo & Subjetividade. Florianópolis, UFSC, PPGAS, 1992, pp. 7-18.

_____. “Novas/Velhas Violências contra as Mulheres no Brasil”. In: Revista Estudos Feministas, ano 2, 2º semestre, 1994, pp. 473-483.

_____. “Vítimas ou Cúmplices? Dos diferentes caminhos da produção acadêmica sobre violência contra a mulher no Brasil.” Caxambú, XV Encontro Anual da ANPOCS, 15 a 18 de outubro de 1991.

_____. Discours sur les femmes battues: representations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul, These de Doctorat, Universite de Paris V, 1988.

_____. Identidade de Gênero e Sexualidade. Florianópolis, Antropologia Primeira Mão, UFSC. PPGAS, 1998.

GROSSI, M., **MALUF**, S., **MIGUEL**, S., **SILVA**, M. O conceito de gênero: um novo “coração de mãe” nas pesquisas sobre a mulher. Grupo En Canto. Florianópolis/ SC, 1989.

GROSSI, Miriam Pillar & **BRAZÃO**, Analba (Orgs.). Histórias para Contar: Retrato da Violência Física e Sexual contra o Sexo Feminino da Cidade de Natal. Natal, Casa Renascer, Fpolis, NIGS, 2000.

GUATTARI, Félix e **ROLNIK**, Suely. “Micropolítica: Cartografias do Desejo. Amor, territórios de desejo e uma nova suavidade...” Petrópolis, Vozes, 1986. Cap.VI, pp. 280-287.

HEILBORN, Maria Luiza. “Corpo, Sexualidade e Gênero” . In: *Feminino Masculino: Igualdade e Diferença na Justiça*. DORA, Denise (Org.), Porto Alegre, Sulina, 1997.

HEILBORN, Maria Luiza. “Fazendo Gênero? A Antropologia da mulher no Brasil”. In: *Uma questão de gênero*. Albertina de OLIVEIRA COSTA & Cristiba BRUSCHINI (Orgs.), São Paulo, Editora Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992, pp. 93-126.

HEILBORN, Maria Luiza . “Gênero e Hierarquia: A costela de Adão Revisitada”. In: REF, RJ, 1993, pp. 50-82.

HEILBORN, Maria Luiza e **SORJ**, Bila. “Estudos de gênero no Brasil.” In: *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, Sociologia (volume II) Sérgio MICELI (Org.), São Paulo, Editora Sumaré: ANPOCS, Brasília, DF: CAPES, 1999, pp. 183–222.

HERITIER, Françoise. “A coxa de Júpiter: reflexões sobre os novos modos de procriação.” In: *Revista Estudos Feministas*, CFH/UFSC, vol. 8, nº 1/2000, pp. 98-114.

_____. “Masculino/Feminino” – in: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI* n. 20, Parentesco, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.

_____. *Masculino/Feminino: o pensamento da diferença*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

HRDY, Sarah Blaffer. *Mãe Natureza: Uma Visão Feminina da Evolução – Maternidade, Filhos e Seleção Natural*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

KIMMEL, Michel. “A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas”. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 4, outubro 98.

KNABBEN, Júlia de Macedo. *Mulher vítima de violência atendida pela 6ª delegacia de polícia da capital*. Florianópolis, 1992. 132 p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina.

LARAIA, Roque de Barros. “Ética e Antropologia”. In: LEITE, Ilka B. – *Ética e Estética na Antropologia*. Florianópolis, PPGAS/CNPq, 1998, pp. 89-98.

LAVINAS, Lena. “As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro.” In: *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, vol. 4, nº 2/1996, pp. 464-479.

LEAL, Ondina Fachel. “Suicidio y Honor em la Cultura Gaucha”. In: *Masculinida/des: Poder y Crisis*. Valdés, Teresa y Olavarria, José (eds.). Chile-Santiago: Ediciones de las Mujeres, nº 24, 1997.

LEAL, Ondina F. e **BOFF**, Adriane de Melo. “Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, R. e BARBOSA, R. (Orgs.) – *Sexualidades Brasileiras*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/ABIA-IMS-UERJ, 1996, pp. 121.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “A Família”. In: Shapiro, H. *Homem, Cultura e Sociedade*, Rio: Fundo de Cultura Econômica, 1972.

_____. “Introdução a Obra de Marcel Mauss”. *Sociologia e Antropologia*, 1974.

_____. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2ª Edição, 1985.

- LO BIANCO**, Anna Carolina. “A Psicologização do Feto”. In: *Cultura da Psicanálise*. Sérvulo Figueira (Org.). Editora Brasiliense, 1985.
- MACHADO**, Lia Zanotta. “Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas”. In: *Gênero sem Fronteiras*, SCHPUN, Mônica (Org.0, Florianópolis, Editora Mulheres, 1997, pp. 93-140.
- _____. “Sexo, Estupro e Purificação.” In: SUÁREZ, Mireya, BANDEIRA, Lourdes (Orgs.) *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília, Paralelo 15/Editora UnB, 1999, pp. 297-352.
- _____. “Matar e Morrer no feminino e no masculino”, In: LIMA, Oliveira & GERALDES (Orgs.), *A primavera já partiu. Homicídios femininos*, Petrópolis, Vozes, 1998.
- MACHADO**, Lia Zanotta, **MAGALHÃES**, Maria Tereza Bossi de. “Violência conjugal: os espelhos e as marcas.” In: *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. SUÁREZ, Mireya, BANDEIRA, Lourdes (Orgs.) et al.. Brasília: Paralelo 15, Editora UnB, 1999, p. 173-238.
- MAGNANI**, José Guilherme C. “Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole”. In: *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. Torres, Lillian de Luca (Org.) São Paulo, Edusp, 1996.
- MALINOWSKI**, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, 1976.
- MARCUS**, G. O que vem (logo) depois do “pós”: o caso da etnografia. Departamento de Antropologia – Rice University, s/d.
- MATTOS TAUBE**, Maria José. “Alianças Partidas ou a Dor da Separação Conjugal nas Camadas Populares.” In: PORCHAT, Ieda (Org). *Amor, casamento, separação*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MEAD**, Margareth. *Sexo e Temperamento*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- MEDEIROS**, Camila Pinheiro. “Violências contra as mulheres no Brasil: A invisibilidade da violência contra mulheres grávidas”. Relatório Final de Pesquisa PIBIC/CNPq. Florianópolis, UFSC, Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade, 2001.
- MELHUS**, Marit. “Una Verguenza para el honor, una verguenza para el sufrimiento”. In: PALMA, M. (Org.) *Simbólica de La Femenilidade*, Quito, Ed. Abya-yala, 1990, pp. 39-72.
- MILLER**, Tom. “A Ética da Pesquisa”. In: *O Método Científico e seus Desafios: Epistemologia e Ética nas Ciências Antropológicas*. Série sala de aula, nº 9, Antropologia como ciência nº 1, UFRN, 1990, pp. 51-77.
- MOREIRA**, Maria Ignez Costa. *Gravidez e Identidade do Casal*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- MOREIRA**, Maria Ignez et alii. *Violência Contra a Mulher na Esfera Conjugal: Produção e Enfrentamento*, Relatório de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, SP, 1989.
- MOTTA**, Flávia de Mattos. “Falando Sério: a gente sabe (maternidade e aborto)”. In: *Velha é a Vovozinha: Identidade Feminina na Velhice*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998, pp. 91-94.
- _____. *Gênero e Reciprocidade: uma ilha no sul do Brasil*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2002.
- MUNIZ**, Jacqueline. “Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de

conflitos nas DEAMs/RJ”. In: *Violência e Política no Rio de Janeiro*/Luiz Eduardo Soares e colaboradores, Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996, pp. 125-164.

MUSZKAT, Malvina. “Violência e Intervenção”. In: *Gênero e Cidadania*. Mariza Corrêa et alli. Campinas-SP, PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002, pp. 47-57.

NOVAES, Luciane Costa dos Santos. *Mulheres agressoras: a violência física praticada por mulheres dos setores médios da sociedade Manausa contra seu parceiro sexual a partir de 1990*. Manaus, 1997, 48 p. Dissertação (Mestrado) - TCC - UFAM. Orientadora: Bernadete Grossi dos Santos

NUDLER, Alicia. *Violencia doméstica contra la mujer y derechos reproductivos*. Argentina: Fundação Bariloche, [s.d.], Projeto de Pesquisa.

OLIVEIRA, Dijaci et alii (Orgs.). *Primavera já Partiu: Retrato dos Homicídios Femininos no Brasil*. Brasília, MNDH, 1998, 216 pp.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci e **VIANNA**, Lucila Amaral Carneiro. “Violência Conjugal na Gravidez.” In: *Revista Estudo Feministas*, vol. 1, n.1, Rio de Janeiro – CIEC-ECO-UFRJ – 1993.

OLIVEIRA, Kátia Neves Lenz César de. “Relações conjugais violentas: suas contradições e novas configurações contemporâneas pós-feminismo”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ribeirão Preto, SP, 2001.

OLIVEN, Ruben George. *A Antropologia de Grupos Urbanos – Petrópolis*, Editora Vozes, 2º Edição, 1987.

ORTNER, Sherry B. “Está a Mulher Para o Homem, assim como a natureza para a cultura?” In: Michelle Rosaldo e Louise Lamphere: *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979, pp. 95–120.

PAIM, Heloisa Helena Salvatti [1998] ‘Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares’. In: DUARTE, L F D & LEAL, O F (org.) *Doença, Sofrimento, Perturbação: Perspectivas Etnográficas*. Rio: Fiocruz. 31-47

PEDRO, Joana Maria. “A Criminalização de Práticas Abortivas”. In: *Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras*. Alcione Leite da Silva, Mara L. Lago, Tânia Regina Ramos (Orgs.). Florianópolis, Editora Mulheres, 1999.

PEIRANO, Mariza. Onde está a antropologia? *Mana* 3/2, 1997.

_____. “Artimanhas do Acaso”. In: *A Favor da Etnografia*, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1995, pp. 119-133.

PEREIRA, Lúcia Serrano. “A Conjugalidade nos Anos 90”. In: *Feminino Masculino: Igualdade e Diferença na Justiça*. DORA, Denise (Org.), Porto Alegre, Sulina, 1997.

PERISTIANY, J.G. “Honra e vergonha numa aldeia cipriota de montanha.” In: PERISTIZNY, J. G. *Honra e Vergonha (valores das sociedades mediterrâneas)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp.139–156.

PISCITELLI, Adriana. “Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco”. In: *Revista Estudos feministas*, ano 6, segundo semestre, 1998, pp. 305–321.

PITT RIVERS, Julian. “A Doença da Honra”. In: *A Honra: Imagem de si ou o dom de si – um ideal*

equivoco; Organização de Nicole Czechowsky. Porto Alegre: L&M, Coleção Ética, 1992.

PONTES, Heloísa Andréa. Do Palco aos Bastidores (O SOS Mulher de São Paulo e as Práticas Feministas Contemporâneas), Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1986.

PORTO, Rozeli Maria. “Violências contra as mulheres no Brasil”. Relatório Final de Pesquisa CNPq/PIBICS. Florianópolis, UFSC, Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da Informação viva. São Paulo: USP, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1988, 182p.

RIAL, Carmen Sílvia. Mar de dentro: o espaço social na Lagoa da Conceição. Dissertação de Mestrado. Antropologia Social. Porto Alegre, UFRGS, 1988.

RIFIOTIS, Theophilos. “Dilemas Éticos no Campo da Violência”. In: Revista Educação & Comunicação (USP) (13):26:32, 1998.

_____. “Nos campos da violência: diferença e positividade”. Antropologia em Primeira Mão (19) 1-18, 1997.

_____. Ação policial e violência intra-familiar. Montréal, Centre International de Criminologie Comparée, 1999. (mimeo).

ROBERTSON, Robert. Confessions of an abusive husband: a how-to book for ‘abuse-free’ living for everyone. Oregon: Heritage Park Publishing Company, 1992.

ROSALDO, Michelle. “A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica”. In: A mulher, a cultura e a sociedade. ROSALDO, M. e LAMPERE, L. (Orgs.), Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, pp.33-64.

RUBIN, Gayle. “El tráfico de mujeres: notas sobre la ‘economía política’ del sexo.” In: Nueva Antropología, Vol. VIII, nº 30, México, 1986, pp. 95-145.

SAFFIOTI, Heleieth. “Violência de Gênero no Brasil atual”. In: Revista Estudos Feministas, número especial, Rio de Janeiro – CIEC-ECO-UFRJ – 1994.

SALÉM, Tânia. “O casal igualitário: princípios e impasses”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. SP, ANPOCS- número 9 vol. 3. Fevereiro de 1989.

SANTOS, Bernadete Grossi dos. “O Reino da Impura Sorte: Mulheres e Homens, Garimpeiros em Minas Gerais”. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, PPGAS/UFSC, 2001.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. “Notas sobre ética e ciência”. In: LEITE, Ilka B. – Ética e Estética na Antropologia. Florianópolis, PPGAS/CNPq, 1998, pp. 83-88.

SANTOS, Victória Regina dos. Práticas Policiais nas Delegacias de Proteção à Mulher de Joinville e Florianópolis. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, PPGAS/UFSC, 2001.

SARDENBERG, Cecília M. B. “De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica”. In: Revista Estudos Feministas, CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2, nº 2/1994, pp. 314-344.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: Educação & Realidade, v. 15, nº 2, jul/dez. 1990.

SEGATO, Rita Laura. “A Estrutura de Gênero e a Injunção do Estupro”. In: Violência, Gênero e

Crime no Distrito Federal – Brasília, Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999, cap. 11.

_____. “Inventando a natureza: família, sexo e gênero no Xangô do Recife. Anuário Antropológico (85). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

SHUPE, Anson, **STACEY**, William A e **HAZLEWOOD**, Lonnie R. *Violent Men, Violent Couples - The Dynamics of Domestic Violence*, Lexington/Massachusetts/Toronto: Lexington Books, 1987.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O Antropólogo e sua Magia: Trabalho de Campo e Texto Etnográfico nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro/Brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Maria Lucia da. *O nervo cala, o nervo fala: a linguagem da doença*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Coleção Antropologia & Saúde, 2000, 124 p.

SINGLY, François. “A Sociologia da família na França nos últimos 30 anos”. In: *Interseções, Revista de Estudos Interdisciplinares*, Ano 1, nº 1, 1999, RJ, UERJ, NAPE, p. 31 – 44.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. “Novas formas de paternidade: repensando a função paterna à luz das práticas sociais”. In: *Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras*. Alcione Leite da Silva, Mara L. Lago, Tânia Regina Ramos (Orgs.). Florianópolis, Editora Mulheres, 1999.

SOARES, Barbara Musumeci. “Delegacia de atendimento à mulher: questão de gênero, número e grau”. In: *Violência e Política no Rio de Janeiro/Luiz Eduardo Soares e colaboradores*, Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996, pp. 107-124.

SOARES, Bárbara Musumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo, **SOARES**, Bárbara Musumeci e **CARNEIRO**, Leandro Piquet. “Violência contra a Mulher: as DEAMs e os pactos Domésticos”. In: **SOARES**, L. E. (Ed). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo (Org.). *Violência e Política no Rio de Janeiro*, RJ, Relume Dumará, 1996.

SORJ, Bila e **MONTERO**, Paula. “SOS-Mulher e a luta contra a violência”. In: **FRANCHETTO**, B. **CAVALCANTI**, M. L. (Coord.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1985.

SPERBER, Dan. *O saber dos Antropólogos*. Lisboa: Edições 70, 1991.

STRATHERN, Marilyn. “Necessidade de Pais Necessidade de Mães”. In: *Revistas Estudos Feministas*. Vol. 3, nº 2, 1995, pp. 303-330.

_____. “Reproducing the future (Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies), London/New York, Routledge, 1992, Cap. 3 – Future Kinship and the study of culture, pp. 44-63.

SÚAREZ, Mireya. “A problematização das diferenças de gênero e a Antropologia”. In: *Gênero e Ciências Humanas*, **AGUIAR**, Neuma (Org.), Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1997, pp.31-48.

_____. “O Discurso Policial Comentado”. In: *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. **SUÁREZ**, Mireya e **BANDEIRA**, Lourdes (Orgs.) et alii. Brasília, Paralelo 15, Editora UnB, 1999.

_____. "O Discurso Policial Comentado". In: *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (Orgs.) et alii. Brasília, Paralelo 15, Editora UnB, 1999.

TARNOWSKI, Flávio Luiz. *Pais Assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, PPGAS/UFSC, 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida e **MELO**, Mônica de. *O que é violência contra a Mulher?* São Paulo, Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos)

VELHO, Gilberto. *Projeto Metamorfose: antropologia das sociedades complexas/Gilberto Velho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

VICTORA, Ceres; **KAUDT**, Daniela; **AGRA HASSEN**, Maria de Nazareth. *Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2000.

VILLA, Alejandro Marcelo. "Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos". In: **COSTA**, Albertina de Oliveira (Org) *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: PRODIR/FCC, Ed. 34, 1997.

VON SMIGAY, Karin E. et alii. "A Delegacia de Costumes e os Costumes das Delegacia". *Mulher/Violência*. In: **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, Belo Horizonte, 1 (2) outubro de 1985, pp. 5-9.

VON SMIRGAY, Karin E. *Delegacias de Mulheres: Visibilidade para a Violência sobre a Mulher*, (sr).

WALKER, Lenore E. *The Battered Woman*. Nova York. Harper&Row, 1979.

XAVIER, Euthalia de Freitas. *Fragmentos de um discurso interdito: sobre a voz do homem no conflito conjugal*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, 280 p.